



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA –
MESTRADO EM GEOGRAFIA**



ROBERVAL SOARES SANTOS

**CIDADES E MUROS: DA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS EXCLUSIVOS À NEGAÇÃO
DO DIREITO À CIDADE
VERSÃO PRELIMINAR**

**Vitória da Conquista, Bahia.
Abril de 2019**

ROBERVAL SOARES SANTOS

**CIDADES E MUROS: DA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS EXCLUSIVOS À NEGAÇÃO
DO DIREITO À CIDADE.**

Dissertação para a obtenção do título de mestre junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Área de concentração: Produção do espaço geográfico.
Linha de pesquisa: Produção dos espaços urbanos e rurais.

Professor Orientador: Dr. Mário Rubem Costa Santana

**Vitória da Conquista, Bahia.
ABRIL de 2019**

Roberval Soares Santos

**CIDADES E MUROS: DA PRODUÇÃO DE ESPAÇOS EXCLUSIVOS À NEGAÇÃO
DO DIREITO À CIDADE.**

BANCA EXAMINADORA

1º. Examinador/Orientador (Prof. Dr. Dr. Mário Rubem Costa Santana PPGeo/UESB)

2º. Examinadora interna (Prof. Dra. Mirian Cléa Coelho Almeida PPGeo/UESB)

3º. Examinador externo (Prof. Dra. Nacelice Barbosa Freitas)

Vitória da Conquista, Ba. 10 de Abril de 2019.

AGRADECIMENTOS

A seção dos agradecimentos se apresenta como o espaço menos científico e talvez o mais humano, onde o escritor pode descrever histórias, anseios, frustrações, sentimentos vivenciados em todo o processo de construção da pesquisa.

Desde a escolha do tema de pesquisa, todas as etapas da seleção, difíceis por sinal, as viagens por mais de 275 km nas madrugadas de Caetité para Vitória da Conquista. Não foi fácil escrever, como não foi fácil os dois anos de curso, esse trabalho é sim, sinônimo de vitórias. Então vamos agradecer!

Agradecer ao criador que me deu vida e disposição acolhendo-me no momento das minhas angustias e tribulações que não foram poucas.

Agradecer a minha família, minha esposa que, mesmo eu estando distante por dias, assumiu com afinco o papel de mãe e as vezes de pai do nosso pequeno Heitor.

Agradecer aos colegas do curso do Mestrado, que são e foram colegas de faculdade para a vida, Tadeus, Luzia, Ieda, Fernanda Oliver, além de todos colegas do curso, que compartilharam experiências, sonhos e frustrações.

Não poderia deixar de agradecer ao meu Comandante de Unidade (94º CIPM/Caetité) Major PM Moreira, ao Subcomandante da Unidade Cap PM Pedro Paulo, ao Comandante do meu Pelotão o Ten PM Félix, sempre que solicitado folgas, mudanças de serviço, nunca se negaram, e aos demais Oficiais e Praças que, direta ou indiretamente, contribuíram para a consolidação desse trabalho.

Agradecer ao meu orientador Dr. Mário Rubem Costa Santana que aceitou esse orientando complicado por ora, agradecer, pela paciência, tolerância e sabedoria, direcionando para a condução dos rumos que viria a se tornar o presente projeto.

Agradecer os professores do PPGeo, responsáveis pela construção e solidificação do conhecimento, as professoras: Suzane, Fernanda, Ana Emília; os professores: Altamar, Janio Santos, Janio Diniz, João Phelipe, além de, professores convidados.

Agradecer as Professoras Mirian Cléa Coelho Almeida e Nacelice Barbosa Freitas, pelas sugestões que fizeram no exame de qualificação.

Agradecer a Capes pelo financiamento do PPGeo – UESB, Vitória da Conquista - BA.

Agradecer a Janaína, sempre atenciosa na secretaria do PPGeo.

Agradecer enfim, a todos amigos e colegas de trabalho que de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

Há muros que separam nações, há muros que dividem pobres e ricos, **mas não há hoje, no mundo um muro, que separe os que têm medo dos que não têm medo. Sob as mesmas nuvens cinzentas vivemos todos nós, do sul e do norte, do ocidente e do oriente.** Citarei Eduardo Galiano acerca disto, que é o medo global, e dizer: "Os que trabalham têm medo de perder o trabalho; os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho; quando não têm medo da fome têm medo da comida; os civis têm medo dos militares; os militares têm medo da falta de armas e as armas têm medo da falta de guerras. E, se calhar, acrescento agora eu: **há quem tenha medo que o medo acabe.**"

Murar o medo
(Mia Couto)

RESUMO

A insegurança urbana e o medo, marcas presentes e acentuadas no período atual de produção capitalista, têm se combinado a estratégias de reprodução capitalista e gerado novas formas de segregação espacial. Em Caetité - BA, a classe abastada e segmentos da classe média, tem transformado o espaço urbano em busca de tranquilidade e segurança. À vista disto, esta pesquisa busca analisar o processo de produção do espaço urbano, e, neste caso, a produção de “espaços exclusivos”, “nobres e tranquilos”, construídos em função do discurso ideológico da insegurança urbana. Observa-se que estes, contribuem para o processo de valorização do espaço e acumulação do capital, e são as principais referências do processo de segregação socioespacial em Caetité. Empiricamente, a produção de espaços exclusivos se traduz em formas arquitetônicas, mudanças no perfil de construção, tendo sido destacadas neste trabalho, as mansões, os enclaves, os fortes urbanos, construídos para uma parcela da população em áreas tranquilas e nobres, com o propósito de afastar sujeitos (in)desejáveis que estão fisicamente vizinhos, mas social e economicamente distantes. Transformações espaciais como essas são particularmente percebidas em Caetité - BA, município brasileiro ao mesmo tempo rico, com importantes empresas mineradoras e universidades, e ao mesmo tempo pobre. Foram analisados em trabalhos de campo que, contaram com entrevistas colhidas de sujeitos dos locais, fotografias e cartografias, com o intuito de identificar o processo de produção de espaços exclusivos e, especialmente, conduzir a uma reflexão sobre suas consequências. Conclui-se que a maneira pela qual o distanciamento urbano tem sido buscado, pela construção de espaços exclusivos, aumenta as desigualdades socioespaciais e promove um processo de valorização do espaço urbano, que se desenha como uma negação do direito a cidade para aqueles que estão desigualmente inseridos no espaço.

Palavras-chave: Insegurança urbana, Violência, Espaços exclusivos, Valorização espacial, Caetité-BA.

ABSTRACT

Urban insecurity and fear, present and accentuated marks in the current period of capitalist production, have combined with strategies of capitalist reproduction and generated new forms of spatial segregation. In Caetité - BA, the wealthy class and segments of the middle class, has transformed the urban space in search of tranquility and security. In view of this, this research seeks to analyze the process of production of urban space, and in this case, the production of "exclusive spaces", "noble and tranquil", built according to the ideological discourse of urban insecurity. It is observed that these contribute to the process of valorization of space and accumulation of capital, and are the main references of the process of socio-spatial segregation in Caetité. Empirically, the production of exclusive spaces translates into architectural forms, changes in the construction profile, and the mansions, the enclaves, the urban forts, built for a part of the population in quiet and noble areas, with the purpose of (desirable) subjects who are physically neighbors, but socially and economically distant. Spatial transformations such as these are particularly perceived in Caetité - BA, a Brazilian municipality at the same time rich, with important mining companies and universities, and at the same time poor. They were analyzed in field works that, with interviews collected from subjects of the sites, photographs and cartographies, with the purpose of identifying the process of production of exclusive spaces and, especially, leading to a reflection on its consequences. It is concluded that the way in which urban distancing has been sought, through the construction of exclusive spaces, increases socio-spatial inequalities and promotes a process of valorization of urban space, which is designed as a denial of the right to city to those who are unequally inserted in space.

Keywords: Urban instability, Violence, Exclusive spaces, Spatial valorization, Caetité-BA

Lista de Fotografias

Fotografia 01: Propaganda de venda de imóveis pela Imobiliária, Caetité, 2019.....	80
Fotografia 02: Caetité – Comparativo da paisagem urbana – Bairro Santa Rita, Bairro Nossa Senhora da Paz, 2019	89
Fotografia 03: Caetité, Rua XV – Bairro São Vicente, Enclaves Fortificados , “escondidos pelo muro”, 2019.	90
Fotografia 04: Caetité, Avenida Olimar Oliveira Rodrigues, principal ligação dos bairros (Ovídio Teixeira, Nossa Senhora da Paz, Santo Antonio, Prisco Viana, Buenos Aires)	92
Fotografia 05: Placa de publicidade – Prefeitura Municipal de Caetité – Local da Placa: Rua Doze de outubro.	103
Fotografia 06: Rede de esgotamento – Rua Capitão João Fraga – Loteamento Vilage Santa Rita, Caetité, 2019	104
Fotografia 07: Caetité – Rua Pernambuco - Bairro Santa Rita, Enclave fortificado , 2018.	106
Fotografia 08: Caetité –Trav. Nossa Senhora Aparecida- Bairro São Vicente II, Enclaves fortificados , 2018.....	107
Fotografia 09: Caetité –Rua Capitão João Fraga – Loteamento Vilage Santa Rita, Enclave fortificado , 2018.	113
Fotografia 10: Caetité , Rua doze de outubro - Bairro Santa Rita, Praça da Ciência, Eixo Sudeste, 2018.....	119
Fotografia 11: Caetité , Parque Paulo Jakson - Bairro Ovídio Teixeira, Eixo Norte, 2018 .	120
Fotografia 12: Caetité - Vista aérea do Loteamento São Vicente II, Eixo Sul, 2018.....	123
Fotografia 13: Caetité - Vista aérea do Loteamento Vilage Santa Rita, Eixo Sudeste, 2018,	123

Lista de Mapas

Mapa 01: Localização dos Bairros e Loteamentos na cidade de Caetité, BA, 2019.....	15
Mapa 02: Distribuição de Renda Mensal por Setor Censitário na Cidade de Caetité – BA, 2010	84
Mapa 03: Distribuição das Ocorrências Registradas pela PMBA na Cidade de Caetité – BA, 2016	86
Mapa 04: Localização dos Espaços Exclusivos na cidade de Caetité - BA, 2018	116

Mapa 05: Expansão territorial urbana de Caetité - Ba, 1970 a 2018	118
Mapa 06: Expansão territorial urbana Caetité - Ba, 1970 a 2018.....	122

Lista de Tabela

Tabela 01: Loteamentos implantados em Caetité de 1980 - 1989.....	52
Tabela 02: Loteamentos implantados em Caetité de 1990 - 1999	52
Tabela 03: Crescimento Populacional de Caetité 1997- 2010	53
Tabela 04: Loteamentos implantados em Caetité de 2000 - 2012	54
Tabela 05: Caetité-Ba - Preço do solo por m ² na área urbana, em reais (R\$)	55
Tabela 06: As novas corporações implantadas em Caetité - Bahia de 1995-2012.....	64

ABREVIATURAS E SIGLAS

BAMIN - Bahia Mineração

CERB - Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos

DIREC 24 - Diretoria Regional de Educação

DIRES 24 - Diretoria Regional de Saúde

EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário

FFCLC - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetitê

FIOL - Ferrovia de Integração Oeste Leste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INB - Indústria Nuclear do Brasil

SEI - Superintendência de Estudos

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOB A ÉGIDE DO CAPITAL	
2.1 Da produção do espaço como condição de reprodução humana, à apropriação do espaço pelo capital.....	
2.2 O espaço mercadoria: a vitória do valor de troca sobre o valor uso.....	
2.3 A cidade como condição da reprodução capitalista.....	
3 A VIOLÊNCIA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	
3.1 A insuficiente noção de ‘violência’ urbana.....	
3.2 Urbanização, e a violência como reprodução das relações de propriedade.....	
3.3 Da renda da terra à forma violenta de valorização do espaço urbano.	
3.3.1 O papel dos agentes produtores do espaço.	
4 DO DISCURSO DO INSEGURO À PRODUÇÃO DE ESPAÇOS EXCLUSIVOS	
4.1 A presença do medo e da insegurança no cotidiano.....	
4.2 A produção estratégica do espaço, e a construção de novos produtos imobiliários a partir do medo e da insegurança.	
4.3 Caetité, exclusão e segregação: os espaços exclusivos para além da violência urbana.....	
5 CAETITÉ: OS ESPAÇOS EXCLUSIVOS E A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	
5.1 A valorização do espaço urbano através da produção de espaços exclusivos em Caetité.....	
5.2 Os espaços exclusivos em Caetité – Homogeneização e fragmentação espacial.....	
5.3 A produção dos espaços exclusivos e as práticas socioespaciais em Caetité.....	
REFERÊNCIAS	
Apêndices	

INTRODUÇÃO

As cidades pós-industrialização apresentam um processo de (re)produção do espaço urbano motivado pelo capital que modela, drasticamente, as formas e as práticas espaciais, ora para (re)produzir o lucro através da especulação imobiliária, ora para sustentar as desigualdades socioespaciais através da segregação social, processos esses inerentes ao sistema de produção capitalista.

O capital encontra na produção do espaço urbano, um mecanismo para se reproduzir, assim, reproduz as relações socioespaciais de produção e mantém o ciclo de acumulação capitalista. Nesse caso, a cidade assume um sentido de não só reproduzir as condições para acumulação do capital no espaço urbano, mas o de reproduzir diretamente o capital por meio da produção do espaço como mercadoria.

Dessa forma, o capital financeiro invade o urbano e produz áreas valorizadas para serem consumidas pelas camadas sociais privilegiadas, apropriando na contemporaneidade como uma das maneiras para acumulação, do discurso do “*inseguro*”. Esse processo tende a valorizar o espaço e incorporar uma condição de estratificação social embasada, principalmente, pela segregação e autosegregação espacial.

O problema que envolve a produção do espaço ganha ainda mais relevância quando aliado ao discurso ideológico de “insegurança urbana”, produzido pelo medo e pelas práticas socioespaciais de diferenciação através da propriedade privada. Por vez, o medo vai além das situações de violência conhecidas em nossa sociedade. Em tempos de crise, as incertezas do mercado e as oscilações na economia geram temores muito mais significativos na classe burguesa e na classe que ideologicamente não se reconhece como classe trabalhadora (classe média). Para Santos (1992, p. 8), “[...] sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado”.

Dessa forma, o discurso ideológico da insegurança, principalmente no urbano, cria temores, além de uma quantidade de informações que resultam em mudanças sociais nos sujeitos e mudanças espaciais nas cidades. Esse processo, por sua vez, é apropriado pelo capital que se realiza, não como simples processo de acumulação capitalista, mas sim, como um processo contínuo de reprodução estratégica. Isso significa dizer, que no momento atual, o capital apropria-se do espaço como lugar possível de realização do investimento produtivo na forma de “valorização do espaço”, neste caso, produz o espaço urbano por meio da criação de novos espaços que serão classificados nessa pesquisa como “*espaços exclusivos*”, esses,

transformam as práticas socioespaciais das cidades e, são condição para reprodução ampliada do capital.

Nessa perspectiva, os “espaços exclusivos” são assentamentos de propriedade privada que demarcam o espaço urbano e criam restrições de acesso material ou simbólico, esses espaços são construídos em função de fenômenos sociais, e, especificamente, nesse estudo, são erguidos em função do discurso da insegurança urbana. Os espaços exclusivos impõem divisões e distanciamentos, constroem separações, multiplicam regras de exclusão e restringem movimentos intraurbanos. Tais ações atreladas ao discurso do “inseguro” incorporam ao processo de valorização e nega o direito ao indiferente na cidade.

Dado o exposto, esta pesquisa busca analisar o processo de produção do espaço urbano, e, neste caso, a produção de “espaços exclusivos”, construídos em função do discurso ideológico da insegurança urbana, observa-se que estes, contribuem para o processo de valorização do espaço e acumulação do capital, e são, os principais responsáveis pela segregação socioespacial na cidade de Caetité/BA.

Dessa forma, a análise passa a ter como recorte empírico a cidade de Caetité localizada no Território Sertão Produtivo, se destaca pela sua morfologia urbana encravada entre vales e encostas nos riachos (Pedreira, Alegre, Jatobá) e no rio São João. O urbano caetiteense e suas formas revelam a ação violenta do capitalismo, ao segregar de um lado os trabalhadores e do outro a classe que detém o monopólio da tomada de decisões, destacam-se também segmentos da classe média que não se reconhecem como trabalhadores e apropriam de um discurso de diferenciação.

A cidade é cortada pela rodovia federal BR-030, que demarca significativamente o espaço urbano caetiteense impondo limites socioespaciais. Ao eixo norte da cidade onde estão localizados os bairros (Ovídio Teixeira, Prisco Viana, Nossa Senhora da Paz) as formas residenciais tem características, em sua maioria, casas de autoconstrução com acabamento paupérrimo, conforme o Mapa 01; quase todas as ruas com buracos, sem pavimentação, esgotamento e saneamento básico. A maior parte da população que mora do eixo norte exerce trabalho informal (pedreiro, ajudante de pedreiro, diaristas, empregadas doméstica, entre outros), segundo o (IBGE, 2010). Em contrapartida, do outro lado da cidade, o Bairro Santa Rita ao eixo leste; Bairro São Vicente e os loteamentos (São Vicente, Bosque do Jacarací, Bosque Morada Imperial) ao eixo sul, loteamentos esses em processo acelerado de ocupação, apresentam suas formas bem equipadas, com estruturas de engenharia sofisticadas, onde o vidro e o concreto liso e bem acabado compõem a paisagem desse lugar, ver Mapa 01.

Mapa 01- Localização dos Bairros e Loteamentos na cidade de Caetité, BA, 2019.



Fonte: SEI (2015); Embasa (2011); IBGE (2010).

Elaboração: Santos (2018).

Percebe-se que, por meio da morfologia espacial da cidade de Caetité alguns conteúdos socioespaciais podem ser revelados, a exemplo, a segregação socioespacial que se apresenta de forma violenta, através, principalmente, da produção de *espaços exclusivos* e de toda sua forma de (*enclaves fortificados*) que impulsionam para práticas socioespaciais conflituosas.

Assim, os espaços exclusivos analisados nessa pesquisa têm como características a utilização de equipamentos de segurança, práticas socioespaciais de diferenciação, bem como, são responsáveis pelo distanciamento crescente entre os cidadãos numa relação contraditória de homogeneidade e diferenciação. Neste caso, a acepção “espaços exclusivos” tomada neste trabalho, refere-se a bairros e loteamentos onde estão inseridos os tipos de residências verticais e horizontais (abertos as prática socioespaciais), mas com grandes muros residências particulares, encravados em locais de hipervalorização no espaço urbano de Caetité, e destinados a uma parcela da população que possa pagar um alto valor pela moradia e por toda parafernália de equipamentos de segurança. Os *exclusivos* buscam diferenciar e se afastar de toda sorte de (*in*)*desejáveis*. Esses espaços têm como lógica expressar a condição socioeconômico de seu proprietário.

Observa-se à vista disso, que parte das mudanças no espaço urbano caetiteense, que a princípio deveriam ocorrer em virtude da insegurança urbana, escondem a verdadeira razão da construção de tais espaços que é a reprodução do capital e a manutenção das desigualdades socioespaciais.

Assim, para alcançar o objetivo traçado neste estudo pensou-se o espaço como, iminentemente, a produção e reprodução do homem em sociedade, (re)produção essa que se realiza por meio do movimento histórico e na contradição capital-trabalho. Para isso faz-se necessário uma construção de pensamento de forma reflexiva. Entende-se que, é através da análise do real concreto, que se alcança um estudo da sociedade.

Dessa forma, o método que norteará a pesquisa será o materialismo histórico dialético. Nesse método, a relação entre sujeito e objeto se dá de forma contraditória não ocorrendo à soberania de nenhum deles do decorrer da pesquisa. Dessa maneira, o materialismo histórico dialético é aquele método que busca romper com as aparências sensíveis do objeto, e demonstrar, por meio do vivido e da análise do concreto, realidades intangíveis.

No método materialismo histórico dialético o sujeito se constrói e se transforma vis-à-vis o objeto e vice-versa. Nesse caso, teremos as antíteses e as teses em constante contradição e movimento. Sposito (2004, p. 47) reforça, “[...] os trabalhos que se utilizam desse método se

caracterizam por ser mais críticos da realidade por sua concretude e pelo fato de mostrarem as contradições existentes no objeto pesquisado”.

No campo empírico, a perspectiva utilizada para a realização da pesquisa é a abordagem qualitativa, ou seja, considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o objeto, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade na interpretação dos fenômenos, a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No plano metodológico, a pesquisa se desdobrará por meio da análise do processo de produção do espaço urbano, além de, verificar se o processo de criação de espaços exclusivos na cidade de Caetité está relacionado ao sentimento de insegurança; analisar-se-á a formação territorial da cidade pesquisada; caracterizar de acordo a formação socioeconômica os bairros e loteamentos onde os espaços para exclusividade estão encravados; serão analisados, também, os valores do m² urbano de Caetité e quais áreas estão em processo de valorização; investigar-se-á como se desenvolvem as práticas socioespaciais dos sujeitos que vivem nos espaços exclusivos e sua relação com a cidade. Para isso, será feito um projeto cartográfico subdividido na análise de aspectos da cartografia sistemática e na produção de dados possibilitado pela cartografia temática na construção de mapas sobre a expansão territorial urbana de Caetité de 1970 a 2018; mapa da mancha criminal; mapa da localização dos espaços exclusivos. Inicialmente será feito um levantamento bibliográfico, através da pesquisa bibliográfica e documental utilizando de informações do IBGE, SEI, Legislação e documentos cartográficos, além do levantamento sobre a implantação de bairros e loteamentos na cidade de Caetité.

Dessa forma, para construção dos mapas foram escolhidos os softwares QGis e MapViewer por serem de fácil acesso e aquisição. Serão utilizadas as bases de dados vetoriais e raster, sendo que nos dados vetoriais serão aproveitadas as cartas topográficas para realiza os recortes intramunicipais. As fontes de dados raster serão as imagens de satélite/SRTM, as imagens com Processamento Digital de Imagens.

A pesquisa empírica com base no trabalho de campo contará com a observação, registro fotográficos, a aplicação de questionários semiestruturado com moradores dos bairros e loteamentos que seguem o padrão definido como espaço exclusivo nessa pesquisa, com isso busca-se identificar, a escolha do local, o sentimento de insegurança, as práticas socioespaciais entre os moradores. Será realizado também entrevistas com incorporadores, imobiliárias e produtores do espaço urbano caetiteense para descobrir o real motivo da escolha de locais para construção de um empreendimento residencial.

A coleta de dados da pesquisa se divide em dados secundários e primários. Os dados secundários serão obtidos juntos aos órgãos públicos e/ou privados como disponibilizados pela SEI, IBGE e outros organismos estatais, a exemplo à Secretaria de Infraestrutura de Caetité, Arquivo Público da cidade entre outras informações afins para a criação de mapas temáticos. A base de dados primária resultará dos dados coletados nas entrevistas e questionários, devidamente tratados.

O aporte teórico que fundamenta a pesquisa apoia-se nos aspectos da produção do espaço como mercadoria, da contradição entre valor de uso e valor de troca, do sentimento de insegurança, da valorização do espaço como forma de segregação. Para melhor compreensão, será necessário entendimento do conceito de espaço tratado pela Geografia e seu processo de produção pelo homem, além da compreensão de como ele se estabelece como mercadoria para acumulação capitalista.

Para isto, serão utilizados os trabalhos e discussões desenvolvidos por Karl Marx (2008, 2013, 2014) sobre o conceito de trabalho e valor, percebe-se que é através do trabalho que o homem se realiza como ser social. As concepções construídas por Henri Lefebvre (1972, 2000, 2001, 2008), também tomam destaque nesse trabalho, o conceito lefebvriano de espaço, parte-se, então, do entendimento que o espaço é um produto social, em que se produz e reproduz as relações sociais de produção. Para Lefebvre (2000) o espaço não é só um meio de produção, onde as mercadorias são produzidas, o espaço passa a não só conter mercadorias, mas ser a própria mercadoria.

Tratar-se-á também do conceito abordado por Marx (2008, 2013, 2014) e David Harvey (1980) sobre os elementos da mercadoria (valor de uso e valor de troca) e como o espaço assume uma condição de mercadoria. Outro conceito de suma importância para a nossa análise é a aceção defendida por Ana Fani Alessandri Carlos (1994, 2007, 2015, 2016) sobre a produção do espaço como produto, meio e condição da reprodução capitalista, além de outros autores que discutem o espaço com base na visão dialética, como condição da reprodução humana, e, nessa perspectiva, como condição da reprodução capitalista.

Este trabalho é composto por 5 seções. Na primeira seção, a **Introdução** apresenta os objetivos e justificativa do trabalho, assim como o trabalho está estruturado. Já na segunda seção, **A produção do espaço urbano sob a égide do capital** será abordada a produção do espaço como condição da reprodução humana, e como o espaço urbano a partir do capitalismo, torna-se mercadoria para a reprodução e acumulação capitalistas, recapitulando os principais autores que de perto contribuíram para a compreensão da produção do espaço sob o modo capitalista de produção.

Na terceira seção, **A violência do processo de urbanização**, apresenta-se a noção do conceito de violência, esse conceito sempre esteve carregado de adjetivos. Em princípio pensou-se em evidenciar a noção de violência, pois é a partir dela e de toda cortina de fumaça que a encobre, que são elaborados os discursos do medo e da insegurança urbana, no contexto atual. Neste caso, o que se pretende nessa seção é pensar o conceito de violência em sua relação com a problemática urbana de produção do espaço e estabelecer nexos e relações importantes. Assim, centrou-se a seção na problemática relacionada à violência que mais se coloca em discussão e está muito presente na imaginação das pessoas, a “violência urbana”. Tal proposta, objetiva inverter a análise, ou seja: ao invés de partir da reflexão dos acontecimentos, dos sentidos e dos conteúdos daquilo que se compreende como violência urbana, pensou-se em trazer para o primeiro plano da análise o processo de urbanização capitalista como um processo essencialmente violento. Será discutida a lógica da propriedade privada que é um dos fundamentos do processo de acumulação capitalista, e a valorização do espaço. Analisar-se-á como estes, associados ao processo de urbanização capitalista transforma os espaços da cidade em espaços mercadoria e imprime um valor de troca. Essa prática se estabelece sob a forma de violência fundamentada pela expropriação massiva dos meios de produção das mãos da maioria da população

Discorrer-se-á na quarta seção, **O discurso do “inseguro” e a produção de espaços exclusivos**, como o capital se apropria da atmosfera da insegurança e por meio da produção do espaço urbano, criam-se novas estratégias para a valorização do espaço urbano, por meio da produção de espaços para exclusividade.

Já na quinta seção, **Caetité: os espaços exclusivos e a valorização do espaço urbano**, será tratada a produção dos espaços exclusivos em Caetité/BA, e como tais transformam as práticas socioespaciais dos sujeitos que vivem nos espaços para exclusividade através do discurso do inseguro. Percebe-se que há um processo de valorização do espaço urbano caetiteense, e nesta mesma medida, uma construção de diferenciação dos sujeitos.

Após apresentar a estrutura da pesquisa, procedimentos metodológicos, ressalta-se a importância das estratégias e dos instrumentos técnicos, porém deve-se fazer ressalvas sobre os instrumentos empregados, destaca-se entre eles as fotografias, imagens, estatísticas e as representações cartográficas.

A fotografia e as imagens são instrumentos profícuos, não devem ser lidas como documentos ou algo irrefutável, devem ser lidas como ilustrações. Neste caso, o caminho a ser desenvolvido pela utilização da fotografia e das imagens dever ser o da reflexão. Assim, a fotografia é uma simplificação do espaço, visto que é um fragmento da paisagem que, por sua

vez, é uma totalidade menor em relação ao conceito de espaço proposto por esta pesquisa. Ela é, assim, uma representação parcial e pessoal (já que depende da escolha do fotógrafo dentre inúmeras tomadas possíveis) de um instante congelado do tempo.

Assim, deve ser feita também consideração quanto às representações cartográficas que serão utilizadas na pesquisa. O mapa, por mais matematicamente rigoroso que seja elaborado, é sempre uma dentre infinitas maneiras de se representar cartograficamente um fenômeno.

Dessa forma, pretende-se com este estudo contribuir com a sociedade acadêmica, a fim de, desvendar os interesses na produção de espaços exclusivos e como estes tomam forma nas cidades médias e grandes. Percebe-se, então, que os verdadeiros interesses, encobertos, vão da sensação de insegurança urbana à reprodução ampliada do capital.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOB A ÉGIDE DO CAPITAL

O homem se objetiva construindo um mundo real e concreto, ao mesmo tempo em que se subjetiva no processo de reprodução da vida humana e ganha consciência sobre sua produção. Dessa forma, o homem se estabelece como ser social no plano real e abstrato. No plano do real o homem e seus objetos ocupam um lugar no espaço, já no plano do conhecimento o espaço ocupado pela sociedade revela-se em uma dimensão abstrata por meio das práticas socioespaciais, uma vez que a produção social do espaço liga-se ao plano concreto. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, revelando a dimensão da produção/reprodução do espaço.

Pensar o espaço e a produção do espaço abre-se, como um caminho possível de compreensão do mundo contemporâneo, que sob a égide do capitalismo, vai impondo novos padrões de (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submete a sociedade ao desenvolvimento do mundo da mercadoria). A partir dos novos padrões vão se redefinindo as relações entre as pessoas, numa sociedade fundada na necessidade constante de consumir mercadorias (CARLOS, 2015).

Não há dúvidas de que a acumulação capitalista passa pelo espaço, realizando-se através dele como condição e produto do processo. Dessa maneira, a necessidade de compreender o mundo moderno pela análise geográfica exige: a) compreender a produção das coisas, mas também dos indivíduos, que é determinada socialmente; b) destacar que o processo de produção do espaço acentua a alienação do humano (tornando-o força produtiva “mercadoria” e “consumidor”).

A produção do espaço, no momento atual, se realiza como negativo do seu sentido, o espaço produto histórico social, assume a condição de mercadoria e impõe à sociedade condições de acesso de forma desigual por meio do poder de compra. Sob a égide do capitalismo, o espaço que é produto da ação humana ganha vida própria, transforma-se em mercadoria e nega o direito de uso a seu criador e produtor, o homem, o ser social.

2.1 Da produção do espaço como condição de reprodução humana, à apropriação do espaço pelo capital.

O processo de reprodução da sociedade se concretiza no processo de produção espacial, tendo como indutor o modo de acumulação capitalista e na urbanização o momento e consolidação das forças produtoras do capital que se revela por meio do espaço urbano. Neste

caso, entender o processo de produção e reprodução do espaço é condição necessária para compreender o objeto de estudo da ciência geográfica. Dessa forma, ter o conhecimento de quem produz esse espaço, como ele está sendo apropriado e usado socialmente, e ainda, saber como esse processo se revela como prática social, é prerrogativa básica para conhecer os principais motivos pelos quais esse mesmo espaço, torna-se o lócus de desigualdade.

Assim, o caminho a ser traçado deve ser o de pensar o espaço como imediato a produção e reprodução do homem em sociedade, (re)produção essa que se realiza através do movimento histórico no espaço e que se tornou fundamento para o processo de acumulação capitalista. Para isso faz-se necessário uma construção de pensamento de forma reflexiva, entende-se que é por meio da análise do real concreto que é ponto de partida e de chegada, não desfocada da teoria, que se alcança um estudo da realidade.

Para esse fim, serão utilizados os trabalhos e discussões desenvolvidos por Karl Marx (2008, 2013, 2014), Henri Lefebvre (1972, 2000, 2001, 2008), David Harvey (1980, 2005), Ana Fani Alessandri Carlos (1994, 2007, 2015, 2016), e outros autores que discutem o espaço com base na visão dialética, como condição da reprodução humana, e, nessa perspectiva, como condição da reprodução capitalista. Para Carlos (2016, p. 56), é com o filósofo Henri Lefebvre que o conceito de espaço se investe em uma dupla determinação com base na tradição marxista: “[...] uma *objetiva*, voltada para produção de objetos, mercadorias e da produção do espaço como condição da reprodução da vida social; outra *subjetiva*, na qual o processo de subjetivação se dá pela linguagem e representação contida na produção do mundo da mercadoria”.

Crítico do urbanismo funcional e de todas as formas de especialização espacial Lefebvre, busca em seu postulado, desmascarar a realidade urbana inserida como condição de reprodução capitalista, e como crítico, acredita na utopia concreta como forma de interferir na práxis cotidiana e formar um pensamento sobre um novo humanismo espacial. Foi um ferrenho debatedor do papel do Estado, da forma de ciência empregada pela filosofia, das desigualdades sociais e do capitalismo.

É com os preceitos lefebvrianos, que o conceito de espaço passa a ser reformulado como realidade prática, em um movimento de compreensão dialética do próprio homem, pensado como condição e produto da ação humana. Nessa perspectiva, Carlos (2015, p. 41) realizando uma leitura lefebvriana assevera que “[...] o ato de produzir a vida é, conseqüentemente, um ato de produzir o espaço [...]”.

Em sua obra “*A produção do espaço*” Lefebvre (2000), ressalta que os arquitetos e urbanistas de forma prática negligenciaram o conceito de produção para os estudos espaciais.

Para o autor, as nebulosas determinações defendidas pelo grupo funcionalista escondem no espaço da modernidade, no espaço planejado certas características precisas como: homogeneidade – fragmentação – hierarquização. Nessa perspectiva Lefebvre (2000, p.7) adverte que o espaço planejado:

[...] tende para *homogêneo* por diversas razões: fabricação de elementos materiais – exigências análogas intervenientes -, métodos de gestão e controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de fato, isolados. Pois paradoxalmente (ainda) esse processo homogêneo se *fragmenta*: lotes, parcelas. Em pedaços! Os que produzem guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma *hierarquização* estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. [Grifos nosso]

Nesse caso, a noção de espaço esteve entrelaçada entre planejadores e urbanistas que seguiam a ideologia dominante, defendiam um espaço sem conteúdo e como simples palco das atividades humanas. A geografia tradicional vai servir aos planejadores e arquitetos do espaço ao defender que o espaço deve ser planejado e exercer uma funcionalidade em que as contradições socioespaciais¹, serão resolvidas com o planejamento e com intervenção estatal.

Com o movimento de ruptura da geografia tradicional, as reflexões epistemológicas-filosóficas sobre o espaço funcional expõem suas fragilidades em explicar a problemática que envolve a produção do espaço. Apesar do imenso número de publicações e trabalhos a postura tradicional, não proporcionou um eixo ou um conhecimento sobre espaço tratado pela geografia. Para Lefebvre (2000) as pesquisas da geografia tradicional tinham um cunho descritivo e resumiam em sua maioria, a recortes do que há no espaço, o autor assevera que:

As pesquisas culminam seja em descrições (sem alcançar o momento analítico, ainda menos o teórico), seja em fragmentações e recortes do espaço. Porém, muitas razões induzem a pensar que descrições e recortes chegam somente a inventários do que há no espaço, no melhor dos casos, a um discurso sobre o espaço, jamais chegam a um conhecimento do espaço. (LEFEBVRE 2000, p. 17)

Partindo da premissa de negar o espaço como simples palco das relações social, Lefebvre (2000) propõe uma teoria de que o espaço não existe em “si mesmo”, ou seja, ele é *produzido*. O espaço não pode ser mais concebido como passivo, vazio. O autor defende a noção de espaço como um produto social, esse espaço apropriado pelo capital transforma-se em espaço-mercadoria e serve de ferramenta para a acumulação capitalista, funciona como

¹ É um termo utilizado por Carlos (2015, p. 12), para enfatizar as relações sociais e o espaço, simultaneamente, levando em conta a articulação dialética de ambos no contexto da totalidade social.

meio de produção, de controle e dominação. Assim considera o espaço, como *espaço (social)* que se realiza em um *tempo (social)* não mais como um simples fato da *natureza* mais ou menos modificada, ou como um simples fato da *cultura*, mais como produto, um produto social.

O caminho seguido pela postura lefebvriana para pensar o espaço como produto social se pautou nas formulações marxistas sobre o conceito de *produção*, e, neste caso o autor, sugere avaliar o que está posto como teoria do espaço. Essa postura deve-se pautar pela crítica da sociedade capitalista. Não se trata simplesmente em criticar-destruir códigos ou criar uma nova teoria crítica, mas o de explicar a destruição de velhos paradigmas e demonstrar os efeitos por meio de um novo projeto teórico. Para Lefebvre (2000, p. 31) “[...] a inversão consiste em passar dos produtos (estudado de perto ou de longe, descritos ou enumerados) à sua produção”.

Sobre uma concepção ampla para o conceito de produção, Marx (2011) afirma que os homens como seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Para o autor, não há nada na história, na vida ou na sociedade que não seja adquirido ou produzido. Nesse contexto, Carlos (2015), assevera que são as necessidades do homem, do grupo, da sociedade, que os colocam diante da mediação com a natureza, a autora afirma:

O homem, o grupo, e, mais tarde, a sociedade encontra-se diante das necessidades de sua produção, o que se dá inicialmente como produção das condições que permitem a realização da vida defrontando-se com a natureza – com isso, a atividade, o modo de realizar a produção, e um modo de consumi-la requer um conjunto de mediações. (CARLOS, 2015, p. 24)

Nessa perspectiva, é com a atividade humana produtiva e com a sua relação direta com a natureza, atividade essa não como concepção geral do significado da palavra produção, mas como ato histórico e concreto, que os homens criaram meios de subsistência, e é esse ato, que diferencia os seres humanos dos outros animais. Para Smith (1988, p. 72), “[...] produzindo os meios de produção para satisfazer as suas necessidades, os seres humanos coletivamente produzem a sua própria vida material, e no processo produzem novas necessidades humanas cuja satisfação requer outras atividades produtivas”.

Sobre o ato de produzir Lefebvre (2008) conclui que no neocapitalismo a produção invade as relações e ganha um sentido amplo, e, desse modo, o espaço inteiro torna-se lugar de reprodução das relações sociais de produção, garantindo assim nos espaços do não trabalho a reprodução do capital, para o autor:

Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e reprodução de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc.(LEFEBVRE 2008, p. 48),

Elucida-se que na obra Grundrisse, Marx (2011), não deixa o conceito de produção com sentido vago. Ele inscreve que a produção não se trata mais da produção no sentido amplo do conceito, e sim, refere-se à produção de coisas, produtos, mercadorias. Assim para Marx (2011), as forças produtivas seriam a natureza primeiramente, e em seguida o trabalho. Este por sua vez, com a organização (divisão social do trabalho), dos instrumentos, das técnicas, dos conhecimentos, o trabalho na acepção marxista produz coisas.

Destarte, o conceito de trabalho, produção, produto e mercadoria, emergem simultaneamente com Marx e permite fundar a Crítica da Economia Política. Constitui dessa forma, abstrações privilegiadas e procedimentos metodológicos concretos que permitem analisar as relações de produção. Para Lefebvre (2000), as relações de produção estiveram por muito tempo encobertas pela ideologia dominante, a fim de que, as contradições sociais não fossem reveladas e nem superadas.

Ainda para Lefebvre (2000), a tradição economicista fez uma grande abertura do conceito de produção, permitindo que fossem feitas diversas interpretações de tal modo que, o conceito perdeu o seu contorno e sua compreensão. O autor propõe uma retomada dos conceitos tais como: trabalho- produto - obra sendo indicada a revalorização desses conceitos, desde que, seja feita com certo rigor teórico-epistemológico aprimorando a relação; natureza-produção, obra-trabalho, produto-mercadoria.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que separa, Lefebvre reúne em um movimento dialético os conceitos de *obra, produto, mercadoria, natureza e produção*, como proposta para analisar o processo de produção social do espaço. Na opinião de Lefebvre (2000) a obra tem características únicas, o produto pode se repetir e resultar em gestos de repetição por sujeitos em um trabalho organizado. Para o autor:

[...] *obra* tem algo de insubstituível e de único, enquanto *produto* pode se repetir e resulta em gestos atos repetitivos. A *natureza* cria mais não *produz*; ela oferece recursos a uma atividade criadora e produtiva do homem social; [...] no entanto, a natureza não trabalha; e é um mesmo traço que a caracteriza: ela *cria*. [Grifos nosso] (LEFEBVRE 2000, p. 63)

Nessa perspectiva, a natureza cria seres distintos, que surgem e desaparecem não como produtos, mas como *obras*. Desse modo, nos aponta Lefebvre (2000, p. 64) que “[...] uma

árvore, uma flor, um fruto não são “produtos”, mesmo em um jardim. A rosa não tem razão de ser, ela floresce porque floresce. [...] ela não sabe que é bela, cheirosa.” Quem dá sentido ao cheiro e a beleza das rosas que são obras da natureza, é o homem.

Nesta condição, a natureza não pode operar seguindo as mesmas finalidades humanas, o que a natureza cria são seres, são obras, são coisas. Essas coisas, as obras, nascem, crescem e morrem. O que a natureza cria pertence também há um gênero a uma espécie. Em contrapartida, o homem por meio do trabalho, cria obras e produz coisas. Nas duas hipóteses, ele necessita da atividade trabalho, no que se refere à obra, o papel do trabalho parece secundário, pois ele, o trabalho, domina a fabricação de produtos (LEFEBVRE, 2000).

Na distinção entre obra e produto, Lefebvre (2000) busca a ontologia do ser social em Marx, embasada na categoria *trabalho*. É o trabalho que produz a segunda natureza e que diferencia as qualidades específicas do homem de outros animais. Nessa condição, os animais têm atividades e só o homem trabalha, pois o trabalho implica em pré-ideação, consciência da ação. É isso que distingue como assevera Marx (2014, p. 211), “[...] o pior arquiteto da melhor abelha, o pior tecelão da melhor aranha, é que, o homem figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade”.

Neste caso, ao final do processo do trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. O trabalhador não transforma apenas o material sobre o qual ele aplica o trabalho, ele imprime ao material o projeto que ele tinha conscientemente na memória (MARX, 2014).

O trabalho como atividade proposital, orientado pela inteligência, é produto especial da espécie humana. Mas a sociedade, por sua vez, é produto especial desta forma de trabalho. Desse modo, ao agir assim sobre o mundo externo e transformá-lo, o homem, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (BRAVERMAN, 1984).

Para Marx (2011), a história colocou condições para a vida humana, a primeira condição foi manter os homens vivos e a segunda assegurar sua reprodução. Através do sexo o homem se reproduziu, aumentou o número de indivíduos no grupo. Essa dinâmica fez com que o homem criasse condições para sua reprodução e manutenção de sua prole, o que estabeleceu algumas determinações como: fixação no solo, desenvolvimento da agricultura, domesticação de animais, criação de instrumentos, tais como: arado, irrigação, divisão do trabalho, organização social.

Com a especialização da técnica o homem intensifica a divisão do trabalho, e com isso transforma a organização social. Dessa forma, ao produzir a natureza através do trabalho o homem organiza e se reproduz como ser social no espaço. Para Carlos (2015), no ato de

produzir a vida o homem produz o espaço, isto significa para autora que, a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas da produção da história humana.

Pensando dessa forma, o par dialético produção/reprodução da vida, produção/reprodução do espaço revela o sentido e o conteúdo da ação de produzir que é a manutenção do homem em sociedade. Desse modo, o homem em sociedade se estabelece mediante a prática que envolve um conjunto de produção, criação de objetos, de coisas, de máquina, de bens, criação do próprio homem. Nesse processo o homem se produz, em um movimento que abarca também a produção do espaço. Para Carlos (2015 p.43),

A formulação de Marx sobre a autoprodução do humano (que tem ponto de partida a obra de Hegel) permite pensar que “há historicidade fundamental do ser humano, ele cria, se forma, se produz pelo próprio trabalho e sua atividade é criadora de obras”. Produzindo objetos, bens, coisas, ele constitui seu mundo humano.

Ao produzir sua existência, o homem em sociedade reproduz de forma contínua o espaço. Nessa perspectiva, Lefebvre (2000) nos assevera que cada sociedade, a seu modo, (cada modo de produção com as diversidades e contradições) produz um espaço que é seu. Cada modo de produção, segundo as acepções lefebvrianas, a sua maneira produz certas relações de produção e divisão do trabalho. Parte daí a característica social do espaço, e a construção do conceito de *espaço social*. Para Lefebvre (2000, p. 35):

O espaço social contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as *relações sociais de reprodução*, a saber, as relações bio-fisiológicas entre os sexos, as idades com a organização específica da família – *as relações de produção*, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, *produção e reprodução*, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. [Grifos nosso]

Nessa condição, Lefebvre discute que o espaço social é um produto social por assumir de maneira diferente e com características próprias uma espécie de realidade, se revelando ao mesmo tempo no processo global como produto da espécie humana, e como produto-mercadoria para capital, essa condição, faz com que o espaço interfira de forma incisiva na escala do lugar através das relações sociais de produção.

Assim, pode-se pressupor com base na escala do lugar, que a espacialidade das relações sociais de produção tem seu rebatimento no plano da vida cotidiana e nos lugares

onde se realiza a vida humana. A espacialidade das relações sociais de produção, envolve um determinado dispêndio de tempo e resulta em usos do espaço. Para Carlos (2015, p. 41) o modo de uso envolve-se em dois planos: “[...] o *individual* (que se manifesta em sua plenitude no ato de habitar) e o *coletivo* (plano da realização da sociedade)”.

Isto posto, Carlos (2015) ainda assevera que a forma de uso pelo qual os homens e a sociedade apropriam-se do espaço, concretiza-se através do corpo e de todos os sentidos humanos, a ação humana através do uso se realiza produzindo um mundo concreto, que imprimem rastros na civilização.

Ainda nessa perspectiva, é com o uso que se permite pensar e elaborar o sentido do termo “apropriação”, partindo do ato de habitar como prática social. Essa prática se expressa na escala do lugar, nos atos e ações da vida cotidiana. Carlos (2015, p. 42) afirma:

A apropriação enquanto atividade essencialmente humana, realizada em torno do ser humano, e nele engloba o corpo, seus sentidos, sensibilidade, necessidades, sonhos. Tal fato ocorre porque o homem apropria-se das condições exteriores transformando-as em um objeto que lhe é próprio [...]. Essa noção faz aflorar o diferente na medida em que acentua o uso do espaço como momento de reprodução da vida em seu caráter criativo (enquanto obra), portanto acentuando uma qualidade.

No capitalismo, a apropriação, a vida cotidiana, adquire contornos diferentes dos momentos históricos dos espaços das cidades-obras, desenhadas por Lefebvre (2001). O capital expande-se territorial e socialmente, (penetrando em todos os lugares do mundo e em toda sociedade), incorpora todas as atividades do homem, e redefine toda a lógica de apropriação e trabalho para a valorização do capital, nessa direção, o espaço passa a não só conter equipamentos para a produção de mercadorias, ele passa a ser a própria mercadoria.

Posto isto, sob a lógica capitalista, o espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade. Nessa condição, Carlos (2015, p. 64) é categórica: “[...] a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse definido pelo valor de troca e, com isso, passasse a determinar os contornos e sentidos da apropriação do espaço, pelos membros dessa sociedade”.

Destarte, ao se tratar e discutir o espaço produzido como mercadoria e apropriado pelo capital, refere-se também, à problemática acerca do espaço urbano², já que é nesse espaço que o capital encontra as melhores condições para se multiplica e ampliar as contradições da

² A noção de problemática urbana abordada nesse trabalho, refere-se às possibilidades de conteúdos para a pesquisa geografia, quando se propõe trabalhar o espaço urbano e as contradições de sua produção.

produção. Percebe-se que há uma relação de produção do espaço urbano desigual associado à produção social capitalista.

Nessa perspectiva, a cidade de Caetité, não é indiferente ao processo de produção do espaço, que se realiza englobando a sociedade capitalista como um todo, em direção à constituição de uma sociedade urbana como realidade e possibilidade. A extensão do processo de produção do espaço, neste caso, o espaço urbano cria bases de constituição de um individualismo exacerbado em contradição com o discurso de que todos fazem parte de uma totalidade nova e cheia de possibilidades.

Em Caetité o processo de produção do espaço se realiza transformando a terra urbana em mercadoria. A tendência que se desdobra na cidade é a produção de espaços para uma parcela exclusiva da sociedade. Os espaços exclusivos intensificam o sentido do espaço como mercadoria, sobressaindo o valor de troca sobre o valor de uso, transformam também, o espaço necessário a reprodução humana em fonte de lucros para o capital.

Para Lefebvre (2008) é com a indústria que a troca e a mercadoria se generalizaram. O uso e o valor de uso desapareceram inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso para condição humana. Desse modo, com a generalização da troca, o solo, principalmente o urbano, tornou-se mercadoria, assim, o espaço indispensável para reprodução humana, se vende e se compra.

O espaço urbano então, torna-se, portanto, espaço produzido e fonte de lucro como realização da reprodução das forças capitalistas. Carlos (1994) expõe que a materialização do capital ocorre por meio de produção do espaço, e se desenvolve pautada na produção, distribuição, circulação e troca, de tudo que pode se tornar mercadoria, inclusive o uso do espaço urbano. Ainda para Carlos (2007, p. 13), o complexo uso do espaço na sua produção e consumo obedece à lógica “da propriedade privada do solo urbano”.

Nessa perspectiva, a reprodução ampliada do capital é um processo cíclico de concentração e centralização de poder. Essa condição é inerente à propriedade privada do solo que gera aglomerações de meios de produção e separa trabalhadores, consumidores e produtores do espaço urbano. Destaca-se, ainda, que as atividades no espaço urbano é resultado da prática socioespacial como processo de produção, apropriação e reprodução deste mesmo espaço (CARLOS, 2007).

Dado o exposto, denota-se que, os processos de reprodução do capital e intrinsecamente de produção do espaço urbano, é repleto de modelos de comportamentos,

relações, sistema de valores, de modo que o espaço e o espaço urbano sejam compreendidos como produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais (CARLOS, 1994).

Assim, no momento atual a produção do espaço, e neste caso, a produção do espaço urbano se realiza como negativo do seu sentido, a cidade produto histórico e social, impõe à sociedade condições de acesso ao urbano de forma desigual. Ao produzir o espaço, a sociedade produz também suas condições de vida. Dessa forma, sob a lógica do capital a produção do espaço, torna-se mercadoria e ganha concretude prática na contradição valor de uso/valor de troca.

Nesse contexto, o espaço que é condição de reprodução humana, passa a ser apropriado como fundamento para reprodução capitalista, transforma-se em espaço mercadoria. Elucida-se neste sentido, que a cidade capitalista que é produto da ação humana ganha vida própria, e nega o direito de uso a seu criador e produtor que é o homem enquanto como ser social. É nesse momento que espaço se transforma em mercadoria e se constitui de elementos (valor de uso e valor de troca).

2.2 O espaço mercadoria: a vitória do valor de troca sobre o valor uso

“A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” (MARX, 2013, p. 157). Marx (2013) inicia seu projeto para estudar a sociedade capitalista, a partir da análise da mercadoria. Dessa forma, pensou-se através do pensamento marxista analisar a composição da mercadoria, e como o espaço se materializa para se tornar mercadoria, com finalidades de produzir lucros para o capital.

Marx (2013) entende que o capital é uma força abrangente, avassaladora, arrebatadora; uma relação social que tem a capacidade de se reproduzir em escala ampliada e transforma tudo para sua valorização. O capital seria o trabalho que se valoriza. Para Marx (2013), o valor é, antes de tudo, uma categoria social. No entanto, segundo o autor, não há como fazer a passagem direta do conceito de capital para a noção de trabalho. Capital é valor que se valoriza e quem determina o valor é o trabalho. Logo, capital é igual a trabalho, ele tem a mesma substância, só que é trabalho morto. Um trabalho morto que não pertence ao trabalhador, mas que pertence ao capitalista, corporificado por meio da forma de mercadoria.

Conforme Marx (2013), o capital é um trabalho morto que se opõe ao trabalho vivo (o trabalhador), já que ele priva o trabalhador de ter acesso ao produto de seu próprio trabalho. O

capital se apropria do trabalho e do produto do trabalho na forma de salário, pago ao trabalhador por horas trabalhadas para produzir mercadorias; é trabalho que não pertence mais ao trabalhador em uma relação negativa marcada pelo dinheiro. Essa relação aparece na circulação quando a própria força de trabalho se torna mercadoria.

Ainda segundo Marx (2013), há outra relação social mais básica que antecede o salário-dinheiro, que é a relação mercantil. Existe uma relação social que se realiza pela troca de mercadorias. A mercadoria é forma elementar da riqueza, um ponto chave para análise marxista é quando a própria força de trabalho se torna mercadoria.

O trabalhador no mundo capitalista não é um escravo, pode até existir formas de trabalho análogas ao escravo, mas essa não é lógica do modo de produção capitalista, ele não precisa escravizar, a rigor, o trabalhador. O capital, precisa do trabalho livre, que o trabalhador venda uma de suas capacidades, sua força de trabalho, em um mercado de trabalho. É assim que a principal forma de valor para Marx se torna mercadoria.

Para melhor formular a noção de mercadoria Marx (2013) defende que, ela é composta por dois elementos universais: valor e valor de uso. O primeiro expressa substância mesma do valor, o seu fundamento material. Já o segundo, exprime a utilidade dos produtos para a satisfação das necessidades humanas, sendo a materialização mesmo do trabalho humano. A medida real do valor de uso será, então, a quantidade de trabalho (expressa em tempo de trabalho) socialmente necessária para sua obtenção.

Em a *Justiça social e a cidade*, Harvey (1980) elabora uma análise sobre a noção de valor de uso e valor de troca, pautada na postura marxista. Neste caso, a autor inicia seu trabalho sobre “Valor de uso, valor de troca e a teoria do uso do solo urbano”, definindo a expressão da palavra *valor*, analisa o termo empregado por Smith (1776, p. 28 *apud* Harvey, 1980, p. 131)

A palavra *valor*, é preciso observar, tem dois significados diferentes; algumas vezes expressa a utilidade de algum objeto particular e algumas vezes o poder de compra de outros bens que a posse daquele objeto transmite. O primeiro pode ser chamado ‘valor de uso’ e o outro ‘valor de troca’

A distinção da palavra valor de uso e valor de troca esteve presente nos estudos dos economistas políticos que, buscavam elaborar instrumentos teóricos para entender o movimento da sociedade capitalista no século XVIII. Assim, Jevons (1871, p.128-44 *apud* Harvey, 1980, p. 131) definiu, o que seria a mola mestra para todo o pensamento econômico daquela época: “A proporção de troca de duas mercadorias quaisquer será recíproca da

proporção das medidas finais de utilidade das quantidades de mercadorias úteis para o consumo depois que a troca se realiza”.

Foi a partir de Marx (2013) que se eliminaram muitas ambiguidades e inconsistências sobre o debate que envolve “o valor de uso e valor de troca”. Marx tornou valor de uso igual à “utilidade total”, e valor de troca à “proporção de troca”. De modo dialético e relacional Marx (2013), esclarece que valor de uso e de troca não tem significados em si próprios. Para Harvey (1980, p. 132 -133),

[...] Marx começa aceitando a proposição de que cada mercadoria tem duplo aspecto de expressão na sociedade capitalista burguesa – valor de uso e valor de troca. Ele afirma que o valor de uso tem valor somente em uso, e realiza-se no processo de consumo. [...] Marx passa então a considerar o valor de troca. Este, sugere, aparece à primeira vista como ‘relação quantitativa; a proporção pela qual valores de uso são trocados por outros’. Mas, em seu modo típico, passa, então, a indagar das forças que geram o valor de troca na sociedade capitalista. Ele conclui que a criação do valor de troca reside no processo social de aplicação de trabalho socialmente necessário aos objetos da natureza para criar objetos materiais (mercadorias) apropriados para o consumo (uso) pelo homem. Marx então relaciona valor de uso e valor de troca entre si.

Acontece que século XVIII Smith (2003), tenta distinguir valor de uso valor de troca, e é possível acessar o entendimento do autor, com base no exemplo a seguir: compara-se o diamante com água, à água tem um valor de uso enorme, a sua utilidade é universal. O ser humano, por exemplo, não conseguiria sobreviver sem consumi-la por mais de três dias, no entanto, a água tem um valor de troca pequeno. Qual o valor de uso do diamante? Serve para cortar vidros, alguns processos industriais, em relação com água tem um pequeno valor de uso, mas um enorme valor de troca.

Logo para Smith (1776), o preço das coisas, o valor das coisas, não tem nada haver com o valor de uso delas. Se assim fosse, o valor de uso da água seria enorme em toda sociedade capitalista, devido a sua enorme necessidade de uso. É claro que existe parte do globo que a água é escassa, e os valores da mesma como mercadoria é elevadíssimo.

A partir de Smith, Marx (2013) passa a analisar valor de uso e o valor de troca com uma oposição dialética dentro da própria mercadoria. Só que essa oposição só aparecerá no momento da troca das mercadorias. Marx (2013) esclarece, por exemplo, em uma troca entre laranjas e sapatos. A relação comercial o proprietário de sapatos, troca-se sapatos por laranjas por que os sapatos não tem valor de uso para seu possuidor, mas a laranja sim, essa tem valor de uso para aquele que tem a posse dos sapatos.

É como se no momento da troca acontecesse, na visão de Marx (2013), uma separação das duas mercadorias, uma oposição interna, mas os elementos da mercadoria valor de uso e valor de troca continuam presentes. Segundo o autor, para quem está realizando a troca, os elementos aparecem como valor de uso para um e como valor de troca para outro. A partir daí acontece uma compartimentação, a oposição interna vira oposição externa. Essa oposição externa avança até o ponto que a mercadoria é realmente mercadoria (com valor de uso), e a outra mercadoria é o dinheiro (com a utilidade de poder comprar e vender).

Dessa forma, Marx (2008) defende que o valor de uso das mercadorias é igual a quantidade de trabalho (expressa em tempo social de trabalho, pago pelo salário) para obtenção de mercadorias.

A mercadoria, por tanto, é unidade direta do valor de uso e valor de troca, e ao mesmo tempo é mercadoria somente em relação a outras mercadorias. Há exemplo, um trabalhador que desenvolve seu trabalho e produz um objeto, esse só assume a condição de mercadoria quando os elementos (valor de uso e valor de troca) estão presentes no processo da troca. Nesse caso, um agricultor que produz melancias destinadas ao seu consumo, essas não são mercadorias, são produtos.

Desse modo, o processo de troca de mercadorias é a relação real que existe entre elas. Este é o processo social desempenhado pelos indivíduos independentemente uns dos outros, mas eles somente tomam parte nele como possuidores de mercadorias. A mercadoria é um valor de uso, mas como mercadoria, ela em si simultaneamente não é valor de uso. Como afirma Marx (1970, p. 41-43 *apud* Harvey, 1980, p. 133)

[...] não seria mercadoria se fosse valor de uso para seu possuidor, isto é, meio direto para a satisfação de suas próprias necessidades. Para seu possuidor, é ao contrário, não valor de uso, que é meramente o depositário físico do valor de troca ou simplesmente meio de troca. A mercadoria é valor de uso para seu possuidor somente na medida em que é valor de troca. A mercadoria, por isso, tem ainda que se tornar valor de uso [...] um valor de uso para os outros. Desde que não é valor de uso para seu possuidor, deve ser valor de uso para outros possuidores de mercadorias. Assim, os valores de uso das mercadorias tornam-se valores de uso por uma troca mútua de lugares: eles passam das mãos para as quais eles eram meios de troca, para as mãos dos quais elas servem como bens de consumo. Somente como resultado da alienação universal de mercadorias, então o trabalho contido nela se torna útil [...]. Para tornarem-se mercadorias com valores de uso elas devem se inteiramente alienadas; devem entrar no processo de troca; a troca, contudo, é relacionada meramente com seu aspecto, como valores de troca. Dai que, somente se realizando como valores de troca podem elas realizar-se como valores de uso.

Assim, na análise de Marx (2013) a mercadoria, passa de um simples objeto ou “coisa em si mesma”, para uma expressão de inúmeras relações sociais que, através de simples mudança de mãos, pode passar por uma transformação radical de significado. A “mercadoria” assume, consigo mesma, tudo o mais que está acontecendo na situação social, na qual ela é produzida e consumida.

Para Harvey (1980), o método marxista de colocar o valor de uso e valor de troca em relação dialética entre si merece consideração, por que favorece o duplo propósito de soprar vida nova nos estudos geográficos de uso do solo, e de construir uma ponte entre as abordagens espaciais e econômicos dos problemas de apropriação do espaço.

Observa-se que, Harvey (1980), em *A justiça social e a cidade*, desenvolve uma análise sobre a mercadoria e os elementos da mercadoria com base no (valor de uso e valor de troca do solo urbano e das benfeitorias). Acontece que Harvey (1980) de forma confortável define o solo e as benfeitorias como mercadoria, e não o espaço categoria central da Geografia.

Esta pesquisa, tenciona, pensar o espaço como *produto* histórico da espécie humana e como este assume a condição de *mercadoria* no mundo capitalista. Neste caso, os estudos de Harvey sobre uso do solo, renda da terra, são indispensáveis para entender a produção do espaço na sociedade atual. Busca-se ampliar e relacionar, o conceito entendido por Harvey do solo e suas benfeitorias como mercadorias, com a produção do espaço como mercadoria e como este serve de instrumento para acumulação do capital.

Dessa forma, parte-se da compreensão de Harvey (1980) que define o solo e suas benfeitorias, na economia capitalista contemporânea, como mercadoria. Mas, segundo o autor, o solo e as benfeitorias não são mercadorias quaisquer: assim os conceitos de valor de uso e valor de troca assumem acepções em uma situação mais do que especial. Segundo Harvey (1980), a análise do solo como mercadoria requer particular atenção e define seis aspectos.

Em seu primeiro aspecto Harvey (1980) defende que o solo e as benfeitorias, não podem deslocar-se livremente, e isso os diferencia de outras mercadorias, tais como computadores, celulares, automóveis e similares. O solo e as benfeitorias tem localização fixa. A condição da localização fixa confere privilégios de monopólio à pessoa que tem os direitos de determinar o uso nessa localização. Essa condição atende o fundamento capitalista, de privar parte da sociedade das diversas formas de uso do solo e benfeitorias.

Conforme Harvey (1980, p. 135) no segundo aspecto, “o solo e as benfeitorias são mercadorias das quais nenhum indivíduo pode dispensar. Não posso existir sem ocupar espaço; não posso trabalhar sem ocupar um lugar e fazer uso de objetos materiais ai

localizados. Não posso viver sem moradia de alguma espécie”. Em conformidade com o autor não se pode viver sem moradia de alguma espécie. É possível existir sem alguma quantidade dessas mercadorias, a falta dessas restringe fortemente a posição das classes na sociedade.

Um terceiro aspecto estudado por Harvey (1980) é como o solo e as benfeitorias mudam de mãos como pouca frequência, mas continua sendo mercadorias. De acordo com Harvey (1980, 135)

Em certos tipos de realização de negócio (particularmente quando está envolvido um pesado investimento de capital fixo), no planejamento de muitas facilidades públicas (estradas, escolas, hospitais etc.), e setores estáveis do mercado de moradias com ocupantes proprietários, o solo e as benfeitorias assumem a forma de mercadoria com muita pouca frequência mesmo que estejam constantemente em uso. No setor de aluguel do mercado de moradias, em áreas ocupadas por proprietários de modo instável e no setor varejista o solo e benfeitorias assumem a forma mercadoria com muito mais frequência. A interpretação dialética do valor de uso e do valor de troca na forma de mercadoria não se manifesta no mesmo grau nem ocorre com a mesma frequência em todas as seções da economia urbana.

Já Harvey (1980) analisa no seu quarto aspecto a condição do solo e as benfeitorias, propiciarem a oportunidade de acumular riquezas (tanto para indivíduos como para sociedade). Na ocasião o autor observa que na economia capitalista o indivíduo tem duplo interesse na propriedade do solo urbano, ao mesmo tempo o espaço e valor de uso atual e futuro, e como valor de troca potencial.

Nessa perspectiva, Harvey (1980) assevera no quinto aspecto, o que importa não é a terra em si, porque esta não produz renda ou valor, mas sua inserção no circuito geral de produção capitalista lhe confere a capacidade de deter rendas e inclusive de especular com os ganhos advindos do trabalho futuro, de mudanças, de benfeitorias no espaço.

O sexto aspecto defendido por Harvey (1980, p.36) é que o solo e as benfeitorias têm usos diferentes e numerosos que não são mutuamente exclusivos para o usuários. Uma casa, por exemplo, segundo o autor pode ser usada simultaneamente de muitos modos diferentes. Ela propicia:

- 1- abrigo;
- 2- uma quantidade de espaços para uso exclusivo dos ocupantes;
- 3- privacidade;
- 4- uma localização relativa que é acessível aos lugares de trabalho, oportunidade de varejo, serviços sociais, família e amigos etc. (e isso inclui a possibilidade do lugar de trabalho etc. ser localizado na própria casa);
- 5- uma localização relativa que é próxima de fontes de poluição, áreas de congestionamento, fontes de crime e risco, pessoas vistas com desagrado etc;

- 6- uma localização de vizinhança que te características físicas, sociais e simbólicas (status);
- 7- um meio para lucrar e aumentar riqueza.

Em consonância com o pensamento de Harvey (1980) sobre o solo e as benfeitorias e como estes assumem a posição de mercadoria, Carlos (2015) defende que, o espaço, categoria central da geografia, nos tempos atuais assume a condição de mercadoria. Esse tem seu suporte no valor de troca, a forma da natureza apropriada pelo capital, por meio da extensão do processo de urbanização, criou o espaço como mercadoria com rede de infraestrutura, articulando o público e privado numa morfologia diferenciada socialmente.

O espaço se torna mercadoria assumindo elementos (valor de uso e valor de troca), quando recortado, repartido, parcelado, espedaçado entram no mercado imobiliário e sua produção/comercialização é absorvida pelo capital para uma nova reprodução. Assim, para o proprietário o espaço-mercadoria carrega os dois elementos (valor de uso, valor de troca), é valor de uso e contraditoriamente não valor de uso. O espaço é valor de uso na medida em que se realiza a troca (o proprietário tem que ter a posse do espaço, para fazer uso por meio da venda), e contraditoriamente, não é valor de uso assumindo o valor de troca quando na relação comercial o proprietário recebe um valor monetário pela venda.

Para o sujeito que comprou, o espaço é uma mercadoria das quais nenhum indivíduo pode dispensar. Não se pode existir sem ocupar espaço, não se pode trabalhar sem ocupar um lugar e fazer uso de objetos materiais aí localizados. Não se pode viver sem moradia de alguma espécie. Mesmo aqueles que são produtos do sistema capitalista (mendigos, indigentes e todas as espécies de moradores de rua) ocupam um lugar no espaço.

Acontece que nossa sociedade é definida pelo poder econômico, e como já salientamos o espaço é uma mercadoria indispensável para a reprodução humana. Dessa forma, o econômico acaba definindo de forma violenta quem vai ocupar os melhores espaços na cidade.

Assim, é por meio do espaço que a sociedade encontra a possibilidade de realizar a vida. Através da moradia, do uso do solo, o cidadão se situa no mundo. Lugar privado, aquele da efetivação da vida privada, é o ponto a partir do qual o sujeito se relaciona com outros lugares e com a comunidade pelas múltiplas apropriações. Carlos (2015, p. 50) sustenta que:

No capitalismo, o espaço produzido como mercadoria, totaliza e subsume as relações sociais, orienta a apropriação, pois institui a relação público/privado, o dentro e o fora, delimitando e organizando a vida, constituindo-a na articulação entre formas de apropriação diferenciadas e totalizadoras das histórias particulares/coletivas.

Pelas sociabilidades fora da vida privada, se forma a noção do público, esse espaço é dominado pelo Estado (através dos múltiplos processos de intervenção, vigilância, controle e violência), no qual prepondera a norma que rege os usos possíveis com suas interdições e permissões (CARLOS, 2015). Ainda para Carlos (2015, 50) é no plano do vivido orientado pelo Estado que: “[...] a realidade desvela a extrema desigualdade que se efetua na fragmentação dos lugares submetidos à apropriação privada, bem como ao acesso delimitado pela hierarquização dos usos no espaço”.

O espaço denuncia a alienação contida nas formas espaciais, as quais se realizam pela desigualdade que se assenta a sociedade de classes apoiada na existência da propriedade privada da riqueza. Essa postura cria acessos diferenciados dos cidadãos na cidade, a partir da aquisição da moradia e do uso do solo urbano. Isso ocorre porque a produção do espaço urbano se funda na contradição entre a *produção social* do espaço e sua *apropriação privada*, nessa relação é que acontece a vitória do valor de troca sobre o valor de uso. Assim, a existência da propriedade privada da riqueza, apoiada numa sociedade classes, e a constituição do espaço como valor de troca, são os principais responsáveis pelas mais diversas formas de agravo e violência aos sujeitos que estão socialmente excluídos pelo capital, e a segregação é sua principal expressão.

Dessa forma, observa-se por meio do que foi estudado que é nas cidades que o capital encontra as melhores condições para se reproduzir. Partindo dessa premissa, analisar-se-á, posteriormente, a cidade como condição da reprodução capitalista, as transformações que ocorreram pós-industrialização e como essas transformações são utilizadas pelo capital para sua reprodução.

2.3 A cidade como condição da reprodução capitalista

O espaço, principalmente o espaço urbano, passa por profundas transformações e as morfologias (paisagens urbana) são exemplos das contradições de classes que se inscrevem no espaço das cidades. O atual processo de produção do espaço, na sua dimensão social, se realiza no embate entre o trabalhador (a sociedade que produz o espaço) e sua criação (o espaço urbano) que se reproduz sobre a lógica capitalista.

A problemática urbana esconde a confusão entre o sujeito que pratica a ação de transformar a natureza em espaço social e o objeto, nesse caso, o produto que sintetiza o processo. Nessa perspectiva, observa-se que a cidade transforma-se em seu próprio sujeito de

produção, com vontade própria, encobre os interesses capitalistas e a sociedade de classes que produz o espaço social.

Dessa forma, se propõe pensar a produção do espaço com base no pressuposto de que as relações sociais se realizam concretamente, como relações espaciais, consolidando-se com a prática social. Parte-se da premissa, que uma reflexão apurada sobre a cidade é de fundamental importância, principalmente sobre a prática socioespacial e a vida que se realiza na cidade capitalista, destacando as formas e os momentos de apropriação do espaço como elementos de realização da existência humana.

Denota-se, portanto, que a cidade no contexto atual, oferece um campo fértil para a reprodução capitalista. Por meio da produção de espaços como *mercadoria*, a cidade assume não apenas o sentido de reproduzir as condições necessárias para acumulação do capital no espaço urbano, mas o de reproduzir diretamente o capital por meio da produção do espaço urbano, e das relações sociais de produção (CARLOS, 2015).

Nesse sentido, a cidade do capitalismo, especialmente com a expansão industrial, produz cada vez mais espaços como “produtos imobiliários”, mercadorias. Muitos desses espaços carregam em sua essência a fragmentação em relação ao todo, “a cidade”, que se constituem por meio do trabalho social cristalizado, contém em si a contradição entre o (valor de uso e valor de troca).

Para Lefebvre (2001), as cidades eram antes da industrialização centros de vida social e política, onde se acumulavam não apenas riquezas como também conhecimentos, técnicas e obras. A própria cidade era entendida como obra. Nessa perspectiva, a cidade oferecia a boa parte de seus cidadãos objetos direcionados ao “uso”, existindo uma relação mais solidária entre a cidade “obra” e a sociedade, “produtora”. Essa relação era representada através das “Festas” que consumiam “improdutivamente”, e sem nenhuma vantagem acumulativa, a natureza produzida.

O espaço da cidade, cidade enquanto obra na visão lefebvriana, não era apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia. Destaca-se, neste caso, a cidade como monumento, para Lefebvre (2008, p. 82):

A monumentalidade é um aspecto essencial da cidade enquanto obra, embora o emprego do tempo dos membros da coletividade urbana não seja um aspecto menos importante. A cidade como obra deve ser estudada, sob duplo aspecto: monumentos diversos e emprego do tempo que eles implicam para os cidadãos e para os cidadãos.

Assim, nas cidades antigas na abordagem lefebvriana, o uso e o valor de uso é que definiam o uso do tempo. Nas formas tradicionais de comportamento da cidade, a troca e o valor de troca ainda não tinham rompido todas as barreiras, nem se apoderaram de todas as modalidades de uso (LEFEBVRE, 2008).

É com a indústria que o comportamento sujeito e cidade, uso e valor de uso, são violentados. Tem-se, desde então, a generalização da troca e do mundo da mercadoria. O uso e valor de uso quase desapareceram inteiramente, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria; o espaço indispensável para a vida cotidiana se vende e se compra no mercado imobiliário.

Nessa perspectiva, na visão de Lefebvre (2008) é com a indústria, que o processo de urbanização é modificado em função do capital e que para entender o conceito de urbano, nesse contexto, é preciso distingui-lo rigorosamente da concepção de cidade. Lefebvre (2008, p. 84) salienta:

O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da *explosão da cidade*, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. [Grifos nosso]

Por meio do processo de urbanização motivado pela indústria, que a cidade como obra perde a relação com os sujeitos de sua produção. Lefebvre (2008) reforça que relação uso, valor de uso foram modificadas com o modo de produção capitalista, complexificando a tríade mercadoria-produção-consumo; a saber através da reprodução das relações de produção. Em sua obra *O pensamento marxista e a cidade*, Lefebvre (1972) discute que a cidade capitalista investe-se de um duplo sentido do conceito de produção. Em um *sentido amplo* a cidade é a expressão da produção, e em um *sentido restrito*, a cidade como obra se materializa para permitir a produção.

Neste caso, o espaço urbano como expressão da produção no sentido amplo, e, como obra materializada para permitir a produção no sentido restrito, de bens, serviços e de relações sociais, compõe-se num meio (CARLOS, 2015), qualidade da própria condição material das bases reais de existência da vida. Num sentido amplo, a produção do espaço urbano, como um sistema, não encerra em si mesmo, Lefebvre (2001, p. 43) explica que, “[...] a cidade no decorrer do processo urbano, rebate-se no plano econômico, através da indústria; no plano

social, através da propriedade imobiliária; e no plano político, com o papel do Estado”. Assim, o sujeito da história, incontestavelmente, no dizer de Lefebvre (2001), é a *cidade*.

Para melhor esclarecer o rebatimento nos planos econômico, político e social da produção do espaço urbano como sujeito histórico, Lefebvre desenvolve uma linguagem do espaço com uma noção tridimensional. Schmid (2012) defende que Lefebvre estabelece uma dialética tridimensional para analisar a realidade social. Nessa perspectiva, a prática social *ou prática espacial* seria tomada como ponto de partida na linguagem lefebvriana, e, ela, estaria em contradição com o segundo momento compreendido por Lefebvre como momento da abstração, onde estaria o campo do conhecimento, da linguagem e da palavra escrita que seriam *as representações do espaço*. O terceiro momento envolve os desejos, sonhos, poesias como forma de transcendência que ajudam o devir como poder concreto, em Lefebvre seriam *os espaços de representações*. Para Lefebvre a prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representações são condições essenciais para análise da produção do espaço.

Na opinião de Lefebvre (2000), a reprodução das relações sociais de produção, é mais importante que as próprias relações de produção. É nesse sentido que para Lefebvre (2008, p. 48) “[...] o espaço inteiro torna-se lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc”.

Por meio dessa análise, pode-se enfatizar o que Lefebvre (2000, p. 36) esclarece como *prática espacial* a qual “[...] engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão.” Dessa forma, o espaço social aparece na dimensão da prática espacial como uma cadeia ou rede de atividades, que repousa sobre uma base material determinada, o espaço. Segundo Lefebvre (2000, p. 39) a prática espacial no neo-capitalismo está “[...] associada estreitamente, no *espaço percebido*, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres)”.

Deste modo, havendo produção e processo produtivo do espaço urbano, existe história. Para Lefebvre (2000, p. 40) *as representações do espaço*, seriam “[...] o *espaço concebido*, aquele dos cientistas, dos panificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, [...] o que perpetua as sábias especulações sobre os números [...]”. Lefebvre afirma ainda que a produção do espaço, como realidade material e suas representações, sendo essa produção determinada pelas forças produtivas do capital e organizada socialmente pelo trabalho, técnicas e conhecimentos,

estabelece no espaço um saber como *poder*, e restringe as relações sociais de produção à representação do espaço.

Dado exposto, o debate sobre os *espaços de representação*, acabam sendo segundo Lefebvre reduzidos às obras, às imagens, às lembranças, nos quais o conteúdo afastado pela alienação, aflora apenas ao simbolismo, nessa perspectiva, a lógica determinante dos interesses capitalistas, não se permite descobrir nesse espaço a própria realidade, identidade de classes, mas, apenas as diferenças.

Para Lefebvre (2001) na contemporaneidade a produção do espaço, a atividade produtiva (o trabalho) deixa de se confundir com a reprodução que perpetua a vida social, a atividade produtiva se desloca para se tornar presa da abstração construindo o espaço abstrato. Neste caso, na concepção de Lefebvre o *espaço abstrato* funciona positivamente em relação às implicações do capital a serviço da: técnica, das ciências aplicadas, do saber ligado ao poder.

Esse espaço abstrato, instrumental, espaço de poder no entendimento lefebvriano, talvez definido pela alienação *reificante da mercadoria*, é vendido, é trocado, no atacado e no varejo. Nessa condição a terra urbana se torna mercadoria, a habitação se torna mercadoria, a localização do espaço num determinado ponto da cidade se torna mercadoria. A cidade se torna sujeito da produção para a acumulação capitalista, veiculando, mantendo e dissolvendo determinadas relações sociais.

Na atualidade, o que se observa é que a sociedade está dominada pelo plano econômico, de maneira que a acumulação se concretiza na produção de um espaço mundializado como tendência e momento da realização do capital, todas as ações apontam pela necessidade de superar os momentos de crise, que se faz pela incorporação de novas produções ao processo de produção, destaca-se entre elas a produção do espaço urbano. Dessa forma para Carlos (2015, p. 44)

A “produção da cidade como negócio” se situa neste contexto, dando novo conteúdo à urbanização contemporânea, na qual o espaço aparece como condição necessária ao processo de reprodução do capital, isto é, o capital só pode se realizar através da estratégia que torna o espaço um momento do processo produtivo. Neste momento, reprodução da cidade é condição necessária à reprodução do capital.

A cidade, sobre essa lógica, como aponta Sposito (1991) é identificada como processo produtivo, como condição e expressão dele, por meio do qual se realiza a circulação, distribuição, venda e consumo individual e coletivo da sociedade contemporânea. Ainda segundo Sposito (1991, p. 52), a cidade também se revela como “[...] concentração de meios

para a produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho [...] e expressão de sua superestrutura [...]”. Dessa forma Sposito (1991, p. 53) salienta que a intensificação do processo de urbanização e “[...] o crescente número de cidades, o adensamento populacional em seu interior, sua expansão territorial, enfim, sua própria reprodução, reflete o processo de acumulação capitalista e de concentração de capital e o processo social que lhe dá movimento”.

Para Carlos (2015, p 45) “[...] a cidade se reproduz tanto como possibilidade de realização do ciclo do capital de produção da mercadoria quanto como matéria-prima para efetivação do capital financeiro através do consumo produtivo do espaço”. Dessa forma segundo a autora, o capital invade os três planos o econômico, social e político. O *plano econômico* estaria ligado à reprodução e acumulação do capital, através da produção do espaço como mercadoria, no *plano social* através da privação ao uso do espaço, já que, a cidade é orientada pela efetivação do valor de troca sobre o valor de uso. No *plano político*, encontra-se o Estado criando condições de realização da acumulação através das políticas capazes de superar momentos críticos.

A fim de demonstrar o papel do Estado, Carlos (2015) expõe o caso do Brasil que por meio do programa nacional Minha Casa, Minha Vida contempla a necessidade do mercado imobiliário e assegura a expansão do mercado ao transformar a moradia em mercadoria, “plano econômico”, quanto atinge uma parcela da sociedade que vivia excluída do mercado consumidor. Para Carlos (2015, p. 46) a produção do espaço por meio do *programa de financeirização* Minha Casa, Minha Vida insere parcela da sociedade excluída no plano do cotidiano mercadológico orientado pelo capital e pela mídia, a autora ainda afirma que esse processo causa consequência em que:

[...] parcela da sociedade acessa também o cotidiano como o espaço-tempo organizado em função da acumulação através do consumo dos signos da riqueza amplamente vinculados pela mídia, que invade a vida privada orientando os comportamentos, a construção de uma nova cultura, um modo de vida urbana, etc. Assim ao galgar um patamar de renda, essa população se insere no mercado num outro plano – aquele do cotidiano, em que o mundo da mercadoria domina todas as relações sociais, reproduzindo a desigualdade, agora na esfera do consumo de produtos e de acesso aos espaços-tempos da realização da vida.

Nessa perspectiva, o papel do capital com a ajuda do Estado através das políticas de compensação, é invadir e transformar todas as classes incluindo a parcela excluída, em consumidores. Para Carlos (2015, p. 46-47) com o acesso a casa própria, outro mercado de

consumo se estabelece e a desigualdade se reitera de forma perversa, já que, todas as relações passam a serem subordinadas a sociedade de consumo, segundo a autora:

[...] mediando às relações sociais, encontra-se hoje em todos os níveis a realização da mercadoria num plano mais avassalador com o aprofundamento da sociedade de consumo, em que todas as relações a ela se subordinam. Um processo que se realiza com o empobrecimento e deterioração da vida social. Nesse sentido, o “combate” à desigualdade reitera-a de forma perversa: a “inclusão” numa sociedade que “exclui” constantemente é feita pela mudança da condição social frente ao mercado; agora, essa população periférica, que vivia fora do mercado formal da habitação, é consumidora do espaço-mercadoria, através do contrato formal de compra da moradia, o que revela que o desenvolvimento da sociedade não se reduz ao aumento de salário nem se mede pelo acesso ao mundo do consumo, mas pelo processo que reproduz todas as relações sociais pela mediação do mundo da mercadoria.

Isto posto, Marx (2014, p. 41) em o *Capital*, já nos alertava para o caráter fetichista da mercadoria que esconde o valor do trabalho real materializado e ganha vida própria, ao tentar satisfazer de forma alienante as necessidades humanas, para ele:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

Nesse contexto, o mundo da mercadoria se desenvolve sob novas formas, dentre elas, o espaço como mercadoria, essa condição atualiza a forma de acumulação capitalista. Até então o espaço era apenas o meio de produção, onde as mercadorias eram produzidas ou onde se deslocavam os volumes de pessoas ou capital, e não como um objeto de troca com valor agregado. No entanto, o espaço passa a não só conter mercadorias, ele próprio passa a ser mercadoria, ele próprio passa a ser produto imobiliário. Carlos (2005, p. 234) assevera:

A totalidade do capital se realiza através do espaço não mais apenas como infraestrutura de serviços e rede de circulação para distribuição de mercadoria, mas através dele próprio, produzido enquanto mercadoria. [...] O espaço-mercadoria, tornado “produto imobiliário”, transforma-se numa mercadoria substancialmente diferente daquela produzida até então.

Com a urbanização, a forma comercial do espaço urbano sofreu um grande impulso, o espaço passou a ter um valor monetário que varia de acordo com diversos fatores, podendo ser um espaço mais ou menos valorizado dependendo de suas características sociais. Nessa perspectiva, o capital passa a ser determinante na estruturação e na produção do espaço como

espaço capitalista, caracterizado por sua produção e reprodução visando o lucro através da produção para o consumo.

Neste caso, produzido para o consumo, o espaço urbano se baseia no aprofundamento das contradições sociais, principalmente pela incorporação de todo o espaço a extensão do mundo da mercadoria. Conseqüentemente tal processo se realiza de forma desigual pela lógica da propriedade privada da terra urbana. Carlos (2016, p.104) pondera,

[...] a propriedade como monopólio de uma parcela do planeta faz da posse privada a condição da produção capitalista com vistas à realização do lucro, tornando a cidade uma força de trabalho para o capital e uma fonte de lucro, subsumindo o uso às condições econômicas que se orientam pela lógica da valorização.

Nessa perspectiva Sposito (1991) explica que a terra urbana possui um valor que não é dimensionado somente pelas suas qualidades intrínsecas ou pelo trabalho nela cristalizado, mas pelo fato de não ser produzida e está em posse de uma classe social – os proprietários fundiários. A terra urbana para Sposito (1991) assume um valor de troca consubstanciado em seu preço na expressão monetária de renda, isto é, direito adquirido para usufruir da forma que bem convier por seus proprietários.

Para Carlos (2016) a lógica da propriedade privada do solo urbano, ao longo do processo da constituição capitalista, participa do processo de valorização do capital, expandido a base produtiva através de fragmentos (espaços-mercadoria) da cidade sob o comando do mercado imobiliário. Carlos (2016, p. 104) reforça:

Esses fragmentos se articulam e se fundam na produção de um espaço homogêneo dado pela sua condição de intercambialidade. Dessa forma, a produção capitalista, ao incorporar o solo urbano como mercadoria, transforma-o em valor de troca; nesta condição o espaço torna-se produtivo e, dessa forma, redefine a produção da cidade.

Em pedaços o espaço urbano torna-se intercambiável a partir das operações que se realizam no mercado. O espaço entra no circuito da troca generalizando-se como mercadoria. Para Carlos (2015, p. 28) “[...] isso ocorre porque o capital desenvolveu o mundo da mercadoria, criou possibilidades reais para a extensão da propriedade privada no/do solo, bem como a expansão das atividades econômicas para sua realização”.

Nesse sentido, a cidade do ponto de vista do capital, é portanto, o espaço de acumulação, meio, produto e condição geral de produção, além de mecanismo político ligado aos interesses do Estado capitalista, em que esse transforma as condições gerais necessárias

ao desenvolvimento do capital, a fim de, superar as crises internas no seio do processo acumulação capitalista.

A cidade com urbanização cria, destrói e modificam referenciais, em um movimento intenso de explosão-implosão. Esse movimento é responsável por diversos danos e agravos sociais, principalmente, quando a produção do espaço nas cidades passa a ser definida, no contexto capitalista, de forma mais severa, pela apropriação privada.

Essa forma de apropriação viola direitos humanos e sociais indispensáveis para reprodução do homem em sociedade. À vista disso, para expor os conteúdos do processo de produção do espaço, por ora não revelados, pensou-se em construir um caminho para análise a partir do processo de urbanização, e de como ele se realiza pela extrema violência, destacando como fundamentos desse processo a propriedade privada e a valorização do espaço.

3 A VIOLÊNCIA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

A violência é, certamente, o fenômeno que no contexto atual, tem causando enormes danos e sequelas sociais, políticas e econômicas. Desde o início da vida acadêmica a noção de violência despertou real interesse, e nesse percurso, percebeu-se que ela é a temática que mais coloca problemas à análise da sociedade.

Paralelamente ao interesse sobre a temática, as questões sobre a cidade e o urbano passaram a fazer parte das preocupações originais. Desse forma, a noção de *violência urbana* passou a ser colocada em discussão. Notou-se, durante o caminhar acadêmico, que o entendimento da concepção de violência urbana, é insuficiente e ininteligível para revelar os processos de produção do espaço urbano capitalista.

Deve-se salientar a importância de evidenciar a concepção de violência urbana, pois é a partir dela e de toda cortina que a encobre, que são elaborados os mais variados discursos de medo e de insegurança que habitam o imaginário dos sujeitos que vivem na cidade.

Assim, para revelar os conteúdos da produção do espaço urbano a partir da análise do real concreto, propõe-se uma inversão analítica da noção de violência. Ao invés da reflexão sobre os sentidos e os conteúdos daquilo que se entende como violência urbana, passa-se a considerar como objeto da reflexão teórica o processo de urbanização capitalista como um processo fundamentalmente violento, não revelado por ora, e como o discurso da insegurança e do medo, são utilizados como estratégia pelo mercado imobiliário para sua reprodução.

3.1 A insuficiente noção de ‘violência’ urbana

Ao longo do processo acadêmico algumas questões foram levantadas, com o intuito de refletir sobre os aspectos da vida social. O que mais despertou interesse foi à questão da violência, assim, apareceram limitações e problemas de análises característicos de uma pesquisa que busca desvendar os horizontes e conteúdos desse objeto de estudo que é a violência, o qual se apresenta múltiplo e confuso.

Autores das mais variadas áreas do conhecimento, tem constantemente enfatizado que fatores como pobreza, migrações, desemprego, má distribuição de renda, dificuldades de acesso aos serviços públicos, aumento do tráfico de drogas e armas, falta de políticas públicas territoriais, são causas importantes que contribuem para o aumento da violência. No entanto, uma revisão teórica sobre suas causas nos expõem enormes desafios, pois nas literaturas há inúmeras teorias, com diferentes orientações filosóficas que procuram compreender essa

questão. Nesse sentido, entende-se que abraçar concepções individuais, quanto ao comportamento violento, seria negar a complexidade oferecida por este problema.

Assim, a tarefa que se debruça é a de tentar construir um conceito por meio da crítica do que está posto como noção de violência. Neste caso, quais formas de violência seriam consideradas como critério para analisar os conteúdos da produção do espaço? Sabe-se que existem uma série de possibilidades para acessar os conteúdos do que se entende como violência. Sabe-se, também, das limitações analíticas das ciências parcelares, que precisam fragmentar o objeto de estudo para melhor compreendê-lo. Pretende-se, aqui, fazer uma interpretação da violência a partir geografia, entendida como uma ciência parcelar. Diante da fragmentação, busca-se uma superação dessa fragmentação. Isto talvez seja possível através dos recortes que nos revelam problemas universais, e que a superação possa ultrapassar as escalas meramente particulares e locais para uma análise da totalidade.

Nesse sentido, busca-se nesse trabalho discutir a produção dos *espaços exclusivos*, associado às estratégias do mercado imobiliário, e como este, se sustentaria diante de um estado de violência urbana, produzida como necessário a produção do espaço e das relações sociais. Como primeiro momento, pensa-se em superar uma possível inconsistência analítica do termo ‘violência urbana’, que se mostra insuficiente para revelar os conteúdos que envolvem a violência e as relações sociais. Em inúmeros trabalhos no âmbito das Ciências Sociais, o termo violência urbana é completamente definido e confundido com a noção de criminalidade.

De forma geral, observa-se que diversas pesquisas entendem a *violência urbana* como sinônimo de uma violência que ocorre nos limites da cidade. Essa é, sem dúvida, a utilização mais usual do termo, principalmente, por que muitas dessas pesquisas têm como fonte registros criminais: homicídio, roubos, furtos, latrocínios, entre outros fatores relacionados à tipificação penal. Neste caso, o desafio se assenta em superar a noção de violência urbana, utilizada como sinônimo de uma violência que acontece nos seios da cidade, e desvendar a constituição de uma violência que está necessariamente fundamentada e articulada com os processos de produção do espaço urbano e da reprodução das relações sociais.

Percebe-se que há um discurso do inseguro utilizado como estratégia para reprodução do capital, principalmente pelos (proprietários, corretores de imóveis, incorporadores, instituições financeiras e instituições governamentais), que são os principais grupos que operam na produção de moradias (HARVEY, 1980). Assim como sugere Sampaio (2011), uma inversão analítica se faz necessária para superar esse desafio. Ao invés de refletir os conteúdos da violência urbana, passa-se a refletir o processo de urbanização como um

processo essencialmente violento, necessário a reprodução capitalista, e como este encobre as reais intenções do capital financeiro.

Dessa forma, propõem-se duas vertentes possíveis de análise, mas não únicas, para acessar os objetos propriamente violentos do processo de urbanização, a fim de, demonstrar como forças acintosas provocam agravos sociais e se realizam no urbano. A primeira vertente é considerar o papel da propriedade privada da terra urbana, e como ela se revela no espaço mercadoria, como um fundamento profundamente violento que se realiza o processo de urbanização.

Busca-se compreender em que medida a violência é representada pelos processos de expropriação e segregação, ligados estruturalmente à instituição da propriedade privada da terra como fundamento da urbanização. A segunda vertente apresenta-se a valorização do espaço como um processo que se movimenta para a segregação das classes sociais no espaço urbano, com conteúdo imanente violento.

Cabe salientar que a propriedade da terra e a valorização do espaço são elementos presentes na produção dos espaços, e ficam mais evidentes, quando classes sociais utilizam desses mecanismos para se afastar, construindo *espaços exclusivos*, com conteúdos sociais latentes de segregação e fragmentação de classes. Esses conteúdos fragmentação e segregação são percebidos nos recortes analíticos da cidade na cidade de Caetité-Ba. As duas vertentes (propriedade privada e valorização do espaço) acabam sendo encobertas pela prática cotidiana e pela lógica da mercadoria, agora associada ao discurso da insegurança urbana utilizada como estratégia para reprodução capitalista.

Assim, como foi supracitado, Marx (2011) definiu “o fetiche da mercadoria” sendo a forma do valor real da venda de um produto fruto do trabalho que não seria revelada no momento da troca. Para Marx (2011, p. 81),

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho social total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho.

Nesse sentido, o produto perde a relação com o produtor e parece ganhar vida própria. Passa a ser compreendido como algo “de fora” do trabalhador, ficando esse “alienado” em relação ao produto. Assim, o “Fetichismo da Mercadoria” caracteriza-se pelo fato das mercadorias, dentro do sistema capitalista, ocultarem as relações sociais de exploração do trabalho.

Da mesma maneira que a mercadoria, o termo violência urbana oculta conteúdos sobre uma cortina de interesses sociais, políticos e econômicos, principalmente, quando de forma pejorativa o termo *violência urbana* é confundido com *a noção de criminalidade*. Neste caso, uma inversão analítica se faz necessário para revelar os reais interesses e manobras de acumulação capitalista que se escondem no discurso do estado violento.

Entende-se que, não é possível fazer a passagem direta do termo violência, para o entendimento da violência urbana como simples acontecimento do que ocorre na cidade. Entende-se também, que, pensar na violência como tema de pesquisa envolve o enfrentamento de inúmeras e profundas dificuldades. A começar pelo próprio termo violência. Muitos autores dedicaram seus trabalhos à construção de uma definição para a *violência*. A análise por parte de alguns deles, passa a pensar o conceito de violência como fenômeno multifacetado aliado a diferentes variáveis (sociais, econômicas, políticas, jurídicas, culturais, etc.). Assim, pode assumir diferentes conceitos, segundo o universo no qual está sendo tratado. Michaud (1989) busca desenvolver uma definição que seja abrangente o suficiente para abarcar tanto as expressões físicas da violência quanto às manifestações não objetivas. Para Michaud (1989, p. 11)

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.

Já Arendt (2014), reflete sobre um conceito mais sólido e filosófico sobre “violência”. A autora busca relacionar o conceito de violência e poder, destaca o poder como elemento fundamental na essência das relações humanas e enriquece o debate quando sustenta, que ao contrário do que muitos imaginam as apreensões de violência e poder, são usados com certa confusão. Para Arendt (2014, p. 58), “de fato, uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é que o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, por que se assenta em implementos”.

Ainda segundo Arendt (2014), o poder está relacionado à habilidade humana de agir, mas, agir em coesão como grupo, argumenta que o poder é de fato a essência de todo o governo. Nessa mesma perspectiva, para a autora a violência distingue-se por seu caráter instrumental com todas as ferramentas e propósitos pelo fim que ela almeja.

Sobre o conceito de violência Morais (1981) nos oferece uma definição pautada na condição pós-moderna de realização do indivíduo e suas potencialidades. Segundo Morais

(1981, p.26) “[...] não é, por tanto, algo definido pelo certo ou errado, mas apenas uma coisa ou circunstância que nos torna necessariamente ameaçados em nossa integridade física, pessoal ou que nos exproprie de nós mesmos”.

Nesse mesmo caminho, Odália (1983) defende um conceito de violência como algo, além de, imprimir sofrimento ou destruição ao corpo humano, o autor sustenta um conceito de violência pautado na condição capitalista de negação e privação. Segundo Odália (1983, p. 87)

[...] toda a vez que o sentimento que experimento é o de privação e de que determinadas coisas me estão sendo negadas, sem razões sólidas e fundamentadas posso estar seguro de que uma violência está sendo acometida.

Michaud (1989) nos alerta para três fatores que não podem faltar quando a análise do fenômeno tratado é a violência. Para este autor, o primeiro fator que não pode passar despercebido ao pesquisador, diz respeito às conceituações da violência, elas não estão isentas de pressupostos influenciados por diferentes variáveis presentes no contexto de quem utiliza a definição e, tampouco, são capazes de apreender todas as questões ligadas à violência.

Conforme Michaud (1989) o segundo fator que deve ser observado para análise da violência, é que sempre haverá elementos subjetivos na formulação conceitual e na apreensão do fenômeno, orientados por diferentes critérios: jurídicos, institucionais, culturais, valores de grupos ou subgrupos, entre outros e o pesquisador deve estar atento para não se posicionar de forma leviana.

Por fim, será preciso reconhecer, como afirma Michaud (1989, p 35), que não existe “discurso nem saber universal sobre a violência”. Ela, a violência, é própria de cada sociedade, segundo seus critérios e trata seus problemas, a seu modo, obtendo maior ou menor sucesso.

Apesar de todas essas fundamentações carregadas de significados, a noção do termo violência ainda apresenta dificuldades e algumas confusões. A palavra ganha adjetivos diversos que na sua conjuntura, ajuda a delimitar o grupo social a que o ato violento venha acontecer. Dessa maneira, desenvolvem-se expressões como violência contra as mulheres, violência contra criança e o adolescente, violência contra identidade de gênero, entre tantas conotações. Não se pode negar que há uma violência presente nas relações sociais. Não queremos aqui criar um silogismo de que o homem é violento. O que se pretende é descortinar o conceito de violência por ora utilizado para a reprodução do capital pelo viés imobiliário.

Ao traçar esses questionamentos surgem paralelas ao estudo sobre a violência, as questões sobre a cidade e urbano, que passam a ressignificar as nossas preocupações iniciais sobre esse fenômeno. Assim, busca-se nesse trabalho, uma reflexão que estabeleça conexões e nexos importantes entre violência e urbano. E, a partir de então, pensou-se em considerar um recorte para pesquisa, já que a violência nos apresenta como um fenômeno multifacetado, abrangente e complexo. Esse recorte se baseia na discussão (teórica e prática) da produção de *espaços exclusivos* na cidade de Caetité, criados e produzidos motivados principalmente pelo discurso do medo e da insegurança urbana.

Dessa maneira, concentra-se a investigação em superar problemática relacionada à violência que se vislumbra cotidianamente sob o nome de “violência urbana”. Essa por sua vez, muito presente no imaginário das pessoas e fortemente ligada as “representações” que se tem da vida das cidades. O que se pretende é não seguir o caminho das determinações que a noção de violência urbana sempre carregou, como práticas ou conflitos que ocorrem entre indivíduos nos limites da cidade. Mas afinal o que seria “violência urbana”? No contexto atual, o que seu discurso esconde?

Na tentativa de superar a noção de violência urbana, Sampaio (2011) nos adverte, para não incorrermos em determinismos geográficos vazios na utilização do termo violência urbana, ou pela simples mudança dos adjetivos “violência na cidade”. Segundo Sampaio (2011, p. 22)

A preocupação em não considerar a cidade (localização geográfica) como causa determinante de atos violentos é importante, principalmente no cuidado para não incorrermos em erros e determinismos geográficos vazios. [...] o termo violência urbana abre possibilidades de se pensar na existência de uma violência que é intrínseca à cidade. A proposta de uma substituição de termos, entretanto, não nos coloca diante de um novo conteúdo. Ainda aqui o urbano aparece como sinônimo de cidade e a expressão violência na cidade apenas repõe sob outra forma o conteúdo que já era expresso no termo violência urbana – que aparece nas mais diversas pesquisas, ressalte-se, como sinônimo de uma violência que acontece ou se manifesta na cidade [...].

Nessa perspectiva, percebe-se uma pequena intimidade entre a noção de violência urbana e criminalidade, até por que diversos trabalhos, por ora bem elaborados, não passam de estudos dos atos violentos inscritos no Código Penal Brasileiro, mais destacadamente os homicídios, tentativas de homicídios, roubos, furtos, latrocínios, feminicídios, estupros e tentativas de estupros, tráfico de drogas, dentre outros. Nota-se que, a noção de violência urbana designa apenas a localização desses eventos, já que, a maioria dos trabalhos tem como

base inquéritos ou boletins de ocorrências policiais. Muda-se o termo, sem que se alterem os significados, ainda confusos, do que poderia se constituir como uma violência urbana.

Isto posto, a noção de violência nos confere a possibilidade de pensar a sua relação com a problemática urbana articulando o estudo desse fenômeno, com os processos de produção do espaço urbano e das relações de reprodução social. O caminho, então, seria fazer a crítica do que se entende como ‘violência urbana’.

Assim, para melhor relacionar os conteúdos fundamentais sobre a violência, pensou-se, em realizar um roteiro inverso para a pesquisa: ao invés de se debater sobre os sentimentos e aspectos do que se entende como violência urbana, muito utilizado nas literaturas da sociologia urbana, passa-se a considerar como proposta teórica o processo concreto da urbanização capitalista, como um processo violento por excelência, não revelado por ora, e como o discurso da insegurança e do medo são utilizados como estratégia pelo mercado imobiliário para sua reprodução (SAMPAIO, 2011).

Para tanto, pensa-se em considerar a violência que se realiza num contexto da vida em sociedade no plano social. Para Sampaio (2011) deve-se avançar nas discussões quando se relacionam a violência apenas ao plano social (a do plano antropológico), sem considerar as relações que compõe a sociedade, neste caso, os planos político-econômico. Carlos (2015) assevera que existe uma relação dialética entre os planos social, econômico e política, e que no momento atual do capitalismo existe uma predominância do plano econômico sobre os demais planos, essa tríade se realiza no cotidiano das pessoas modificado principalmente pelo violento processo de urbanização.

Dessa forma, a fim de expor os conteúdos da produção social do espaço pensa-se em analisar o processo de urbanização e a violência da reprodução das relações de propriedade. Entende-se que o capitalismo se assenta sobre processos violentos e a propriedade privada da terra é um dos seus fundamentos, que se estabelece por meio violento.

3.2 Urbanização, e a violência como reprodução das relações de propriedade

Vive-se na atualidade, o momento de reprodução do capital, reprodução crítica e contraditória. Esse processo se entende e se realiza estendendo o mundo da mercadoria para além da esfera restrita da produção (de produtos e de coisas), alcançando a produção do espaço. Impulsionada pela apropriação do capital, de forma violenta, o processo de urbanização capitalista transforma o espaço em mercadoria e aprofunda as contradições das relações sociais de produção.

Dessa maneira, para se construir um arcabouço teórico sobre o processo de urbanização e a apropriação violenta do capital, e como esse, se realiza pela produção do espaço urbano, parte-se do estudo das concepções de Lefebvre (2001) sobre as mudanças na cidade. Lefebvre (2001) afirma que é o processo de industrialização que permitiu generalização da mercadoria e induziu um processo de urbanização que produziu a cidade como aglomeração, lócus da produção, da circulação e do consumo de mercadorias, ao mesmo tempo em que a conservou a prática socioespacial como lógica da reprodução capitalista. Para Lefebvre (2008, p. 83),

A indústria surgiu efetivamente com a “não-cidade” e a “anticidade”. Ela se implantou ao sabor dos recursos que empregava em seu favor, a saber, as fontes de energia, de matérias-primas, de mão de obras, mas ela atacou as cidades no sentido mais forte do termo, destruindo-as e dissolvendo-as.

Nessa condição, Lefebvre (2008, p. 26) discorre sobre um movimento denominado “*implosão-explosão*” da cidade e o surgimento de novos referenciais, movimento esse, produtor de consequências importante como: “[...] a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias [...] que inauguram fenômenos de ordem quantitativa e qualitativamente novos”. Para Lefebvre (2008), a cidade histórica *implode* devido a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamentos) e, concomitantemente, *explode* para além de seus limites, se estendendo, fazendo o tecido urbano recobrir espaços ao seu redor e determinando o predomínio da cidade sobre o campo.

Como consequência, ocorre à formação acelerada de um processo de urbanização que não mais se restringe apenas à cidade (materialidade concreta), mas caminha em direção à urbanização da sociedade como um todo que se realiza, cabe dizer, enquanto *tendência*. Dessa forma, Lefebvre (2001, p. 25-26) assevera:

Através das diversas *tendências* esboça-se uma *estratégia global* (isto é, um sistema unitário e um urbanismo já total). Uns farão entrar para a prática e concretizarão em ato a sociedade de consumo dirigida. Construirão não apenas centros comerciais como também centros de consumo privilegiados: a cidade renovada. Imporão, tornando-a “legível”, *uma ideologia da felicidade através do consumo*, a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão. Este urbanismo programa uma *quotidianidade* geradora de satisfação [...]. Em redor desses centros repartirão, em ordem dispersa, segundo normas e coações previstas, as periferias, a urbanização desurbanizada. [Grifo nosso]

Assim, a problemática urbana nos alude para análise, partindo não mais da realidade condicionada pela industrialização, mas de outra (que sai dela e não a exclui): a da constituição do urbano e da sociedade urbana como processos que tendem para o mundial. Ainda para Lefebvre (2008, p.50), a acumulação capitalista perpassa os espaços de produção industrial e avança para os espaços da vida cotidiana e do lazer, para o autor:

Os espaços de lazeres, assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são os lugares de recuperação e reprodução capitalista.

Pode-se dizer que o processo de reprodução das relações de produção não se restringe hoje tão somente aos espaços e momentos do trabalho, à esfera da produção (em seu sentido restrito, da produção de mercadorias), aquela que envolve a fábrica e os demais setores produtivos. Ele se estende e se realiza em todos os momentos da vida cotidiana: trabalho, lazer, festas, a vida privada. E, é no plano da vida cotidiana que se realizam concretamente todas as dominações, opressões, repressões, danos, violências e dilacerações do indivíduo. É onde o mais abstrato se realiza enquanto abstração concreta (o Estado, o processo do capital; o político e o econômico em sua relação), onde as ordens distantes pesam concretamente sobre a vida do homem em sociedade (LEFEBVRE, 2008).

A extensão do mundo da mercadoria para todos os momentos da vida coloca, precisamente, o que Lefebvre (2001) nomeou como a *quotidianidade*. Ela é a miséria de uma vida cotidiana plena de sentido. Ela é a expressão da programação para o consumo, da repetição dos atos. É a *vida cotidiana* que se realiza através da norma do Estado, dos interditos, das coações, dos constrangimentos (LEFEBVRE, 1991), da *violência*. Em função disso, portanto, tenta-se incorporar o plano do cotidiano para análise das questões sobre a violência.

Dessa forma, a violência quando relacionada ao processo de urbanização capitalista pode nos sugerir um campo de enormes possibilidades para a pesquisa. Quando busca-se relacionar a violência e a cotidianidade o que interessa como conteúdo de apreensão é o movimento da lógica da propriedade privada do solo urbano e a sua valorização. Como o processo de urbanização capitalista, transforma o espaço das cidades em mercadoria e nega o acesso de alguns sujeitos à apropriação do espaço como condição de vida, essa negativa acontece de forma violenta e se estabelece na vida cotidiana.

O processo de acumulação capitalista remete a dois processos necessários e intrínsecos: a lógica da propriedade privada e a expropriação dos meios de produção. Neste caso, não de ser feita ressalvas, pois estes, não são os únicos processos de formação do capital, em contrapartida, são os processos que dão fundamento e identidade ao modo de produção capitalista. Sampaio (2015, p. 58) reforça que “[...] essa contradição que fundamenta o referido modo de produção nos permite anunciar que os momentos de formação da propriedade privada foram/são momentos indispensáveis de expropriação, cuja violência está pressuposta pelo caráter próprio do processo”.

Ainda realizando uma leitura marxista, Sampaio (2015, p. 58) assevera que a lógica da propriedade privada “[...] expõe com crueza e radicalidade, [...] a formação histórica do surgimento de uma relação-capital, que só pode ser possível pela extrema violência que caracterizou esse processo simultâneo da instituição da propriedade privada capitalista [...]”. Essa por sua vez, é seguida pela expropriação massiva dos meios de produção das mãos da maioria da população.

Para Sampaio (2015), o capitalismo se consolidou pela relação: propriedade privada, expropriação e pela violência. Neste caso, a instituição da propriedade privada dos meios de produção e a despossessão espacial (que se insere no movimento geral da produção capitalista), instituiu legalmente o domínio sobre a posse (o que equivale ao domínio dos meios de produção, mas também da propriedade fundiária e da riqueza social), essa medida, colocou uma parcela imensa da população, fora da lógica capitalista de consumo.

Assim, o ato violento que se constitui pelo capital, não é somente manifestado pelos meios e métodos empregados no processo para acumulação, mas por todos os danos sociais, econômicos e políticos decorrentes dele. A despossessão que significou a impossibilidade da apropriação da riqueza socialmente produzida, mas também da fruição integral do tempo e do espaço da vida social, define o grupo social que o indivíduo esteja inserido na lógica capitalista.

Sobre os fundamentos lógicos e contraditórios do processo de acumulação capitalista, o processo de urbanização é um dos mais violento, esse se realiza historicamente como condição da reprodução do capital. Sampaio (2015) nos alerta que o processo de urbanização capitalista reúne fundamentos para reprodução social do capital, mas que, para isso ele necessita de instrumentos legais. Para Sampaio (2015, p. 58).

De mãos dadas com um sistema jurídico que procura garantir o funcionamento crítico do modo de produção, a partir de determinações legais que instituem a propriedade privada, o processo de urbanização congregou a

metamorfose necessária da terra em bem produzível, comercializável, portanto inserido no circuito produtivo, permitindo a acumulação de capital.

Sobre essa configuração do espaço urbano, carregado de conflitos e desigualdades, regulado pelo marco jurídico que é subordinado aos interesses dominantes do Estado, que se estabelece a violência. Marx (2011) ressalta o papel do Estado em garantir as condições necessárias para acumulação capitalista. Para Marcuse (2004, p. 30) “[...] está, pois, claramente, no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação. Assim, se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explícita, por parte do Estado”.

É neste contexto, que a instituição da propriedade privada dos meios de produção, aliada aos instrumentos do Estado burguês capitalista, expropriou os trabalhadores e colocou-os em uma relação desigual no que se refere à apropriação da riqueza social. Riqueza que no capitalismo é definida pelo ‘ter’ e não pelo ‘ser’, se define através da imensa coleção de mercadorias e da possibilidade de consumi-las.

Dessa forma, o espaço, atrelado ao circuito da troca, repartido em parcelas comercializáveis adquire forma e função de uma mercadoria e no atual processo de urbanização incorpora a contradição essencial da mercadoria “o valor de uso e o valor de troca”. Assim, sob a lógica da urbanização capitalista o espaço vai ser apropriado de forma desigual pelos indivíduos que possuem acesso as riquezas produzidas socialmente.

Essa forma de apropriação capitalista, nega o acesso ao espaço urbano aos sujeitos que o produzem. A maneira como configura a produção, apropriação e uso desse espaço, é prerrogativa básica para entendimento de como esse mesmo espaço torna-se o lócus da desigualdade. Por estar associado à produção social capitalista que se (re)produz desigualmente, o espaço urbano constitui em si mesmo, o lugar de um processo de valorização seletiva, de negação de acesso a determinados espaços e de violação de direitos e garantias sociais, ou seja, como ratifica Santos (2009, p. 125) “cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é indiferente”.

Essa violação se reflete no plano do cotidiano através da forma de apropriação e de circulação de lugares, ou seja, a posição que os indivíduos ocupam nos lugares da cidade é determinada, pois, pela classe que assumem na divisão social do trabalho, o que vai designar o seu acesso à propriedade privada. Nessa lógica, existem lugares exclusivos para uma população que possa se diferenciar pelo poder de consumo, como postula Sampaio (2015, p. 57)

[...] a divisão social que se percebe superficialmente pelo acesso à propriedade privada da riqueza, à propriedade privada da terra e ao mundo de mercadorias distintas da situação dos indivíduos no conjunto social (incluindo a mercadoria casa), pode colocar uma identificação social e uma identificação de grupo que destitui completamente a complexidade de uma sociedade de classes. O acesso a essas propriedades privadas constitui artificialmente ‘quem está dentro’ e quem está fora da lógica que as rege.

O que se percebe, então, é que os pobres urbanos são excluídos e segregados espacialmente pela burguesia, segregação esta em termos de propriedade privada do solo, ao passo, que a sociedade burguesa exerce um rígido monopólio nas áreas urbanas. Assim, apresenta-se uma oposição basilar no espaço urbano capitalista: por um lado estão os trabalhadores que lutam pelo acesso à moradia, e por outro estão aqueles (Estado, incorporadores imobiliários) que dominam a exploração da terra urbana. Nesse caso, destaca-se, o papel do Estado no acúmulo de capital e, concomitantemente, a relevância do setor imobiliário. Para Botelho (2007, p. 19),

[...] o setor imobiliário teria, assim, uma função essencial a desempenhar na luta contra a tendência de baixa da taxa de lucro média, característica do modo de produção capitalista, já que o setor da construção auferir lucros superiores à média da produção industrial, pois esse setor emprega, relativamente a outros setores da economia, mais capital variável do que capital constante, apesar dos importantes avanços técnicos no setor. Trata-se, então, de uma fonte de mais-valia considerável.

Pelo exposto, é legítimo afirmar que a produção do espaço urbano se dá, também, por meio da produção e obtenção da mais-valia por determinados grupos, além dos ganhos de renda aos proprietários fundiários. Nesse mesmo espaço que é negado a alguns a apropriação e consumo de determinado pedaço de terra, a outros é dado o direito, nesse plano espacial, de viver restrito por barreiras físicas e simbólicas (muros), em que nega-se e evita-se relativa aproximação entre os diferentes grupos sociais.

Essa prática de *negação* teria como consequência efeitos e danos sociais, econômicos e políticos e, portanto, não seria essa forma capitalista e urbana uma forma *violenta* de acumulação capitalista? O espaço urbano é sim, elemento estratégico do capital que é produzido, consumido. Através da repartição da *mais-valia* gerada no setor imobiliário, que o capital se realiza, e ainda produz, modela, fragmenta e interfere na ocupação do espaço ao seu modo. Esse processo violento de disputa e apropriação do espaço expõe-se ao passo que a terra não é acessível a todos. O espaço urbano capitalista é, portanto, marcado pela hierarquia dos lugares, que se contrapõem na cidade e evidenciam uma relação dialética.

Como a condição humana é violada no processo de apropriação do espaço no que concerne à posse de um pedaço de terra? O acesso a terra é restrito a quem tem renda suficiente. Na lógica capitalista, a depender da sua localização na cidade, os terrenos de mesmas dimensões e características possuem preços diferenciados. Os processos que dinamizam os mecanismos de exclusão e segregação socioespacial conflitam-se e geram grande desigualdade na produção do espaço. A questão que se coloca por meio da venda do espaço, é que, não é apenas o terreno em si, mas uma concepção, um estilo de vida que apenas uma pequena parcela da sociedade, a burguesia, tem acesso. Dessa maneira, nas palavras de Negri (2008) a *segregação* não é simplesmente, e somente, um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um *instrumento de controle* desse espaço. Eis como manter nessa estrutura segregadora, a essência do homem como ser social?

O que se percebe, é que ao negar a apropriação do espaço como condição de realização humana, o capital através do processo de urbanização, transforma também, o espaço das cidades em mercadoria, essa lógica, gera efeitos e danos sociais e políticos severos. Esse processo viola direitos e garantias fundamentais de boa parte da população, que não dispõe de condições para o acesso ao solo urbano.

Acontece que sobre o engodo do discurso da violência urbana, formas e conteúdos estruturais, violentos do processo de acumulação capitalistas são acobertados como: a segregação, exclusão e a fragmentação. A nova lógica de reprodução do capital por meio da venda de espaço no urbano se sustenta, na atualidade, pela fala (do crime, por sua vez do pobre, do negro, da periferia pobre), principalmente, quando agentes e incorporadores imobiliários utilizam desse discurso para sua reprodução.

Dessa forma, ao se refletir sobre o processo de urbanização com base no que se propõe teoricamente surge algumas perguntas: por que com todo conhecimento desenvolvidos não se constituíram cidades voltadas efetivamente ao atendimento das reais necessidades sociais? Por que o urbanismo, mesmo com toda demanda e propaganda, não foi, nem conhecimento, nem técnica, nem política capaz, de resolver os problemas da cidade e da vida urbana, e nem um possível instrumento de pacificação de um processo que se efetua violentamente?

A crítica de Lefebvre (2001) ao urbanismo revela que só através da forma fetichista é possível conceber o urbanismo como conhecimento, ou técnica capaz de atuar na contenção de um processo produtor de toda sorte de constrangimentos, danos e violações verificados ao nível da vida cotidiana.

Com base na crítica que considera o plano das ideologias e das práticas, em uma relação dialética é que Lefebvre (2001) aponta a existência de três tipos de urbanismo,

Segundo o autor, podemos identificar: a) *o urbanismo dos homens de boa vontade ou dos humanistas*, dentre os quais arquitetos, urbanistas e escritores. Neste tipo de urbanismo, as reflexões e projetos elaborados estão em relação ou implicam uma filosofia, geralmente de tradição humanista, aquela ligada ao humanismo clássico. Imbuídos de legítima boa vontade, tais especialistas habitualmente assumem o papel ou creem-se serem médicos da sociedade ou criadores de relações sociais (LEFEBVRE, 2006: 24). Para Lefebvre, na maioria das vezes, no entanto, este tipo de urbanismo conseguiu, no máximo, resultar ou em formalismo (produção de modelos destituídos de conteúdo) ou em estetismo; b) *o urbanismo dos promotores imobiliários*. Aqui, projetos e produtos não têm outra finalidade senão o mercado e a capitalização. Vende-se *urbanismo*, reduzido à condição de valor de troca; c) *o urbanismo do Estado*, aquele ligado aos administradores do setor público estatal ou aos tecnocratas. Pragmático, tecnocrático e sistematizado, pretende-se técnico e científico (legitimando-se segundo a ideologia do racionalismo operatório), quando é, em realidade, representação e política (em seu aspecto simultaneamente institucional e ideológico).

A partir dos apontamentos é possível enfatizar que a noção de urbanismo trabalhada por Lefebvre coincide exatamente com processos que vem se desenhando em cidades brasileiras, em especial em Caetité, através, principalmente, de estratégias dos promotores imobiliários e do Estado. Esses têm utilizado de um discurso do medo e da violência como justificativa tanto para criação de novas tecnologias de exclusão social, quanto para obtenção de rendas pela valorização espacial.

O universo da violência e do medo oferece imagens, sentimentos e representação que permitem tanto expressar sentimentos de perda, de insegurança social, quanto legitimar o tipo de reação que se vem adotando: segurança privada para garantir o isolamento, encerramento e distanciamento daqueles que são considerados perigosos. Em Caetité esse processo de reação ao medo e a violência urbana tem transformado o espaço através principalmente da construção de *espaços exclusivos*, que separam, segregam e fragmentam o espaço urbano.

Através do medo e da insegurança, espaços são criados para atender uma classe que busca distinção, esses espaços imprimem uma força de repulsão através da ultravalorização espacial. A valorização que se desenha no espaço urbano, com todos os seus danos e constrangimentos, é necessariamente uma forma de violência do sistema capitalista para aqueles que não dispõem dos meios de produção e de renda.

Percebe-se que, ao construir espaços para um seleto grupo, a principal intenção é a valorização do espaço e a retirada de renda. Entende-se, também, a valorização do espaço,

como um processo que se movimenta para a segregação socioespacial, e como negativa de acesso a propriedade privada do solo urbano, processo esse, que se estabelece pela urbanização, com conteúdos, extremamente, violentos.

3.3 Da renda da terra à forma violenta de valorização do espaço urbano

Como se evidencia em partes dessa pesquisa existem violências estruturais, que são acobertadas pelo discurso da violência urbana. Entende-se que, a noção de violência urbana empregada por muitos trabalhos carrega um sentido conotativo de crimes que acontecem nos seios da cidade, e essa forma defendida é insuficiente para explicar conteúdos do processo de produção social do espaço tais como: segregação, exclusão, fragmentação, entre outros.

Propõe-se, então, analisar o processo de urbanização, o fundamento da propriedade privada, e neste contexto, a valorização do espaço, como processos fundamentalmente violentos. Dessa forma, essa parte da seção traz algumas reflexões sobre os conteúdos atuais do processo de valorização do espaço a partir da análise da produção habitacional imobiliária que é responsável por produzir setores econômicos para o mercado imobiliário, bem como, é responsável por reproduzir um novo cotidiano de forma desigual e violenta para milhões de habitantes nas cidades brasileiras.

O que se busca destacar é a importância de um debate mais aprofundado sobre a valorização do espaço, e desvendar particularidades do processo de produção do espaço urbano atual, haja vista que, a valorização do espaço tem ganhado novos conteúdos através das novas dinâmicas do setor imobiliário, articuladas à financeirização e às novas ações estadistas.

Neste caso, um movimento de reflexão a ser feito é de pensar o processo que parte da valorização fundiária do solo urbano, e como este articula-se com o espaço já construído, dos bens imóveis, das edificações, para produzir a *valorização do espaço* como condição, meio e produto das novas e futuras valorizações que reproduzem o capital por meio da produção contínua de novos espaços. Para Volochko (2015, p. 98)

As novas mediações financeiras e institucionais colocam a possibilidade de um mercado de garantias que têm na propriedade imobiliária (imóvel) um ativo flexibilizado e que impõem a realização da moradia como puro negócio econômico. Esse movimento produzido pela *valorização fundiária/imobiliária/espacial/estatista* permite entrever um caminho possível que vai da renda da terra à produção do espaço como forma específica de produção do valor, o que nos fundamenta para a compreensão dos conteúdos atuais do processo de capitalização/valorização dos espaços.
[Grifo nosso]

A compreensão sobre os diferentes momentos do processo de valorização do espaço perpassa pela análise de três momentos: a valorização fundiária, imobiliária e estatista; Volochko (2015) faz uma inferência sobre a “Valorização e capitalização dos espaços”, com bases nos três momentos de valorização, e tal análise deve partir da escala do lugar. Conforme Volochko (2015) a *valorização fundiária* se estabelece pela mudança de uso do solo e a articulação através do espaço construído, rede elétrica, viária, saneamento básico, etc., segundo o autor:

A mudança de uso do solo é um primeiro e central processo que está na base do aumento do preço, uma vez que a propriedade passa a integrar uma nova articulação com o espaço construído, possuindo um valor de uso urbano e no caso da construção de imóveis residenciais adquire um valor de uso para a moradia. Se antes a terra possuía um valor de uso ligado muitas vezes à especulação - ou ligado a outras atividades, como a industrial -, a incorporação efetiva de trabalho humano que se materializa na edificação dos novos imóveis e suas ligações com o restante do espaço urbano – conexão à rede elétrica, viária, de saneamento, ao comércio, às centralidades diversas etc. – permite realizar um salto qualitativo em termos do valor de uso desse terreno, o que realiza a valorização do solo incorporado a esse novo valor de uso que socializa as positivities do urbano. Essa valorização fundiária liga à mudança de uso do solo e que estabelece um valor de uso potencializado faz com que no mercado fundiário esse solo apresente um valor de troca elevado relativamente a outros terrenos que não possuem essas articulações às infraestruturas e equipamentos urbanos. O preço do solo, assim, se eleva. (VOLOCHKO 2015, p. 115)

Outra consideração proposta por Volochko (2015) é como se concebe a *valorização imobiliária*. Para o autor a valorização fundiária é premissa para a valorização imobiliária. Volochko (2015, p. 115) aponta que, “setor imobiliário [...] em articulação com o poder público vai realizar as mudanças de uso e a produção de novos valores de uso e de troca do espaço, portanto, a valorização fundiária é condição, meio e produto da valorização imobiliária”. Ainda conforme Volochko (2015, p.115)

[...] o Estado é responsável pela construção das infraestruturas básicas e de equipamentos urbanos, já os incorporadores serão responsáveis pela elaboração dos projetos dos novos empreendimentos, viabilização do financiamento das obras, regulamentação das obras às leis urbanas e ambientais e códigos urbanísticos, edificação e comercialização das novas unidades habitacionais.

A partir do ponto de vista de Volochko (2015) é possível aferir que a valorização imobiliária vai se articular à valorização através da construção efetiva e das formas e características dessas construções, dos materiais e métodos empregados, das características

arquitetônicas, das formas de representação ideológica, principalmente dos novos produtos imobiliários, pretensamente, “sustentáveis” e “seguros”.

Para melhor sustentar sua análise sobre a “Valorização e Capitalização dos espaços” Volochko (2015) propõe ainda outra valorização, que contraditoriamente e dialeticamente se completam a valorização (fundiária/imobiliária), que é a *valorização estatista*. Para Volochko (2015, p. 116) “o processo de valorização fundiária/imobiliária via se colocando contraditoriamente como uma possibilidade e ao mesmo tempo uma barreira ao próprio setor imobiliário, já que eleva os custos da construção (preço dos terrenos), o que significa diminuição do lucro”. Assim, segundo autor, é que aparece o Estado com diversos programas de correção econômica para o setor imobiliário, destaca a importância de programas como o Minha Casa, Minha Vida - MCMV, que, na verdade, subsidiam o setor imobiliário diminuindo tributos, facilitando a aquisição de terrenos, entre outros.

Medidas políticas como MCMV, se colocam como condição de realização a um só tempo de uma valorização fundiária (do solo) e imobiliária (dos imóveis). Mas o setor imobiliário tem que se ver com o processo local e concreto de valorização do espaço para realizar seus lucros atuais e futuros, demandando a *valorização estatista*. Além disso, a capitalização como produto das valorizações fundiária e imobiliária (e parcialmente da valorização estatista) e como possibilidade de valorização está ligada em medida crescente às ideologias envolvidas como a da casa própria, da sustentabilidade, *da segurança*, que funcionam como uma capitalização simbólica assessória (Volochko, 2015).

A proposta de análise que parte da valorização fundiária, imobiliária e estatista, permite escrever um caminho possível que vai da renda da terra à produção do espaço e como se forma a unidade de valor espacial. Permite também, revelar muitos conflitos e violências estruturais emergentes nas cidades atuais, basicamente, produzidos por meio do processo de valorização do espaço.

Assim, para se produzir um debate sobre a valorização do espaço o caminho a seguir pauta-se na análise da teoria marxista do valor e da renda que compreende o (trabalho vivo e morto) materializado nas construções, e que esses incorporam-se à terra, sendo que (a formação territorial é também uma acumulação desigual de trabalho no espaço), e que o (valor criado, ao incorporar-se ao solo, transforma-se em valor do espaço), condicionando as valorizações posteriores. Essa postura define o acesso ao espaço urbano imobiliário pelo valor de troca (VOLOCHKO, 2015). À vista disso Gottdiener (1997 p. 176-177) salienta que;

A teoria marxista da renda derivada da noção ricardiana da terra como fator material da produção. Segundo essa noção, a terra possui uma fertilidade agrícola intrínseca, que [...] pode variar. Renda é o preço pago pelo uso desse recurso. Segundo Marx, em contraste com Ricardo, a capacidade da terra de comandar essa renda surge do caráter classista da sociedade. Particularmente, os proprietários de terra podem reivindicar uma porção da mais-valia produzida pelo trabalho, em virtude da instituição da propriedade privada [...] Por conseguinte, para ele a renda da terra era diferenciada [...] pela natureza da própria posse da terra com relação à organização social da produção capitalista. Além da concepção de Ricardo, que Marx denominou renda diferencial, foram previstos outros tipo de renda: renda absoluta e renda de monopólio.

Nessa perspectiva, através da *propriedade privada* Marx (1967, *apud* HARVEY, 1980, p. 153-157) observou que é possível auferir rendas e enumera três espécies delas:

I- A *Renda de monopólio*; surge porque é possível gravar um preço de monopólio “determinado pela avidez do comprador em comprar e capacidade de pagar, independente do preço determinado pelo preço geral de produção, tanto como pelo valor do produto” [...]. A oportunidade de cobrar um preço de monopólio cria a oportunidade para o proprietário de obter renda de monopólio.

II- A *renda diferencial*; é um caso especial que surge de diferenças de fertilidade com diminuição de retornos para sucessivos investimentos de trabalho e capital. [...] Marx crítica Ricardo por analisar a renda, como se a propriedade do solo não existisse, e como se o solo possuísse “poderes originais e indestrutíveis” quando ele é claramente condição e não força de produção. Marx aceita a existência de rendas diferenciais. Elas surgem simplesmente da diferença entre “o preço da produção individual de um capital particular e o preço da produção geral do capital total investido na esfera concernente de produção”.

III- A *renda absoluta*; sendo a terra um bem finito e uma condição de existência e de produção para os homens, sua propriedade privada permite ao seu detentor auferir uma renda absoluta. Em qualquer caso a propriedade de uma dada parcela do espaço terrestre gera uma renda fundiária absoluta.

É por meio do valor do espaço que se manifestam todas as formas de renda fundiária/imobiliária/estatista. Neste caso, Harvey (1980) chega a demonstrar até as suas manifestações ao nível da valorização intraurbana do espaço. A *renda absoluta*: como expressão da propriedade privada do espaço, aparece sob a forma de uma cobrança ao direito de utilização de uma parcela do espaço físico. No *espaço urbano*, ela se manifesta na instituição do *aluguel*. Neste caso, cobra-se antes de tudo, pelo simples direito de ocupação de uma dada parcela de espaço seja para produção, ou para existência; A *renda diferencial*: repousa nas qualidades específicas de um dado lugar, sejam as naturais, sejam agregadas ao solo pelo trabalho. No caso do *espaço urbano* têm-se a localização diferenciada gerando lugares mais ou menos valorizados em função de sua disposição no espaço urbano. Já a *renda de monopólio* por sua vez, incide mais diretamente ao nível da singularidade dos lugares. São

as condições raras seja naturais ou construídas, o seu fundamento. No caso *urbano* a localização única (por exemplo, uma Avenida privilegiada como a Avenida Paulista em São Paulo). No limite, o domínio privado do total das terras ou imóveis disponíveis, permite igualmente auferir-se uma renda de monopólio, neste caso, o valor singular de cada espaço expressa-se aqui plenamente (MORAES; COSTA, 1999).

Baseados nessa visão, surge um aspecto central para se pensar o caráter da terra para acumulação capitalista seria o entendimento que o solo não é produzido pelo trabalho humano, sendo dádiva, portanto, não se trata de algo que possuiria valor, mas que geraria rendas advindas no monopólio ou domínio sobre determinada porção do espaço pelos seus proprietários e da especulação que estes fazem com a terra. Esse entendimento da terra como geradora de renda aponta uma perspectiva que a compreende como meio de produção, matéria-prima, e que, pelo seu caráter finito raro, o preço da terra seria definido a partir das disputas pelas possibilidades de uso e das vantagens da localização para a produção-habitação (VOLOCHKO 2015).

Ainda para Gottdiener (1997), a análise deve ser deslocada da terra como meio de produção para análise do espaço como força de produção, e deve-se observar os valores da terra e da localização, bem como, dos bens imóveis no espaço capitalista. Gottdiener (1997, p. 185) escreve;

Nesse estágio da discussão, devo mudar da análise da terra como meio de produção para análise do espaço como força de produção, e mudar da determinação do valor da terra e seu retorno – renda – para a determinação social do valor da localização no espaço e seu retorno – lucro. Se devemos tratar a questão dos valores da terra e da localização, devemos antes de tudo reintroduzir a teoria de Lefebvre e passar de uma análise da terra per ser para a dos bens imóveis, pois são esses que compreendem o espaço capitalista [...].

Nessa perspectiva, a terra, o solo urbano, portanto, possui um valor como resultado de sua incorporação à dinâmica da cidade, e esse valor é diferenciado, pois representa o acúmulo desigual de trabalho social no espaço, como: infraestruturas, espaços de consumo e lazer, equipamentos urbanos como hospitais e escolas. A mercadoria espaço é, portanto, produzida histórica e socialmente e seu valor de troca é determinado pela constante possibilidade de transformação do seu valor de uso, construção, destruição e reconstrução dos imóveis e infraestrutura. Com isso, a especulação através da retenção da propriedade fundiária e da elevação do seu preço a capitalização do espaço é algo sempre presente e que compõe o processo de valorização do espaço, assim como a desvalorização do espaço cria novas

possibilidades de mudanças futuras de valores de uso e com isso futuras valorizações (VOLOCHKO 2015).

Por meio da análise marxista percebe-se que existe um traço rentista da terra advindo da instituição da *propriedade privada* do solo, não se pode deixar de perceber também seu caráter patrimonialista derivado do monopólio da terra. Carlos (2008) sustenta que para pensar o espaço urbano tem-se que considerar as diferenças que a cidade coloca para a dinâmica do solo, pois no urbano a terra não poderia ser vista como simples meio de produção, mas como uma mercadoria produzida e reproduzida socialmente, em um processo assentado na produção de valor e do lucro.

O caráter patrimonialista da sociedade brasileira traz como exigência, a união da propriedade fundiária com o capital na própria constituição da sociedade brasileira, fazendo com que a classe capitalista seja igualmente a classe proprietária, além de base da constituição histórica das elites políticas e do próprio Estado nacional. Essa condição permite entender parcialmente, a grande concentração fundiária no campo brasileiro (ausência da reforma agrária) e o enorme déficit habitacional em nossas cidades (ausência da reforma urbana), (VOLOCHKO 2015).

Na opinião de Lefebvre (2008), o déficit habitacional nas cidades são feitos intencionalmente e se dão com base na produção de “elementos e estratégias” dos quais derivam para “valorizações dos espaços”. Ainda para Lefebvre (2008, p. 122-123), “eles entram nos circuitos das trocas: produção-repartição-distribuição. Eles integram a riqueza e, por conseguinte, dependem da economia política”. Seja no espaço urbano ou rural, na sociedade capitalista, a reprodução das estratégias de mercado é contínua e múltipla, de forma que as relações de interesses entre os distintos agentes produtores do espaço se afirmam e se negam constantemente.

3.3.1 O papel dos agentes produtores do espaço

Deve-se, destacar as ações dos agentes produtores do espaço, principais interessados em extrair renda através da valorização. Na Geografia, um dos principais autores a introduzir a noção dos agentes sociais da produção do espaço foi Capel (1974), ele utiliza a denominação “agentes da produção do espaço”, e esses seriam responsáveis por diferentes estratégias na produção do espaço. Os agentes seriam o seguinte: *os proprietários dos meios de produção* (ou as grandes empresas industriais e de serviço); *os proprietários do solo*, com

destaque para os pequenos proprietários; *os promotores imobiliários e as empresas de construção*; e os *organismos públicos* (ou o Estado como agente da produção).

Nesse sentido, o espaço urbano é repleto de interesses dos agentes produtores e em certa medida, sobressaem os daqueles produtores que detém os meios de produção. No contexto capitalista, o espaço é propositalmente produzido por agentes hegemônicos como uma mercadoria da qual ninguém pode abster-se, o que leva à apropriação desigual de parcelas da cidade, pelos distintos grupos.

É nesse contexto, que os proprietários de imóveis, empresas construtoras e o Estado representado pelo poder público municipal, com a dotação de infraestrutura, por exemplo, se estabelecem nas cidades capitalistas, e na cidade de Caetité não muito diferente, são os principais responsáveis pela infiltração de significados de (separação, exclusividade, distinção) e pela atribuição de valor econômico aos imóveis, e são também os principais criadores das desigualdades socioespaciais na cidade.

Propositalmente, uma ampla parcela da classe trabalhadora que não consegue acumular riquezas, acaba sendo excluída do mercado imobiliário pela reduzida capacidade de pagamento da moradia. Essa parcela excluída são submetidas às estratégias de exploração e desigualdade no espaço urbano, intencionalmente produzido por aqueles (proprietários de imóveis, empresas construtoras e o próprio poder público municipal). A convivência de bairros destinados à classe rica ao lado de ocupações, casas autoconstruídas, com infraestrutura urbana precária, pela marginalização das condições sociais dos moradores são expressões violentas da forma como a cidade se reproduz.

Nota-se que, a dinâmica da produção do espaço geográfico se articula com forças locais, neste caso, os agentes produtores do espaço, seguindo os interesses da acumulação capitalista (orientados de fora pra dentro) reconfiguram o espaço urbano local. Dialeticamente, a cidade é concentração de materialidades, de arranjos sociais e institucionais que sustentam as formas de ação dos agentes.

Nesse sentido, Harvey (1980) alerta para a existência de agentes que associam à terra urbana a produção do capital, retiram rendas, ao distribuir de forma desigual, intencional e seletiva “classes” no espaço da cidade, seja por parte dos proprietários particulares, seja por parte das políticas de governo. Neste caso, agregam valor de troca ao entorno das áreas de implantação dos equipamentos, na busca constante por extração de renda daquelas terras.

Para Harvey (1980), existe um sistema de mercado de troca no qual se encontram as “forças que governam o uso do solo urbano” e que operam no mercado de terras, moradias, benfeitorias. O autor identifica os principais grupos que operam no mercado da moradia:

usuários da moradia; corretores de imóveis; proprietários; incorporadores; instituições financeiras; instituições governamentais. Nessa perspectiva Harvey (1980 p. 139), propõe uma *Teoria microeconômica do espaço urbano* e assevera que, esses grupos coexistem no mesmo espaço material, mas muito distantes do ponto de vista dos interesses sociais de modo que “[...] o sistema de uso do solo urbano raramente se aproxima de algo como uma postura de equilíbrio”.

No interior das cidades, principalmente em Caetité há uma lógica de hierarquização de localidades que é definida com base nos interesses dos agentes, de forma que se manipula a distribuição dos recursos, edificações e serviços o que acaba por promover a valorização de algumas áreas da cidade em detrimento de outras absolutamente precárias. Essa “produção” do espaço denuncia a existência de um controle, uma ordem conveniente aos agentes privados e totalmente adversos para as populações pobres. A ação dos promotores imobiliários, por exemplo, é identificada na organização do espaço urbano caetiteense como parte da engrenagem da dinâmica capitalista, num processo do qual também participa o Estado como gestor, regulador e ao mesmo tempo empreendedor.

Assim, os interesses e ações dos grupos que operam no mercado da moradia são distintos, num “sistema coordenado” que remete aos conflitos de classes no espaço urbano identificado por Harvey (1980). Há relação desigual das forças entre os agentes produtores do espaço urbano, segundo Harvey (1980, 142) “[...] as coisas que denominamos solo e moradia são aparentemente mercadorias muito diferentes, dependendo do grupo particular de interesse que está operando no mercado”.

A partir das leituras de Harvey é possível inferir que as classes sociais das quais os grupos pertencem e para as quais suas ações se direcionam, que em sua maioria são aquelas possuidoras de grandes glebas de terra e capital, têm um potencial empreendedor que se sobressaem sobre os interesses de identidade de classe, submetem governos e toda classe produtora, com isso definem as ações reguladoras do Estado. Para Rocha (2011, p. 36)

O poder público municipal, no cenário da produção do espaço urbano, é uma esfera estatal submetida às elites locais, já que estas dão conta de boa parte da história econômica dos municípios pela propriedade dos meios de produção locais (fábricas, comércio, estradas, terras rurais e terras urbanas). Essa relação torna o poder público municipal imprescindível em face dos interesses capitalistas, e bastante frágil frente as demandas da população. A ação destes agentes é imprescindível na produção do espaço urbano no capitalismo, fazendo com que as classes privilegiadas se desdobrem em elites empreendedoras.

O que se observa nas cidades médias e grandes, é que os grupos expostos por Harvey (1980) (os proprietários de terras, as empresas construtoras e os agentes imobiliários, instituições financeiras, o poder público) buscam uma maior renda na comercialização dos imóveis. Esse processo é percebido quando o próprio poder público local, vê na moradia a possibilidade de retorno econômico, seja pela dinamização das atividades motivadas pela concorrência (a lógica de parcelamento, especulação e comercialização dos imóveis urbanos), seja na forma de impostos prediais e territoriais, taxas de alteração, construção, habitação, divisão, entre outras (ROCHA, 2011).

Em Caetité, os proprietários fundiários são agentes produtores do espaço, que não se distingue dos demais que se estabelecem sobre propriedade privada, visam o lucro no processo de comercialização das áreas para edificação. Para tanto, partem da lógica do parcelamento e comercialização das terras urbanas explorando ao máximo suas formas e especificidades espaciais.

O instituto da propriedade privada, e os interesses dos proprietários fundiários são importantes para expansão do solo urbano, e se concretiza por meio da aquisição de lotes e formação de uma reserva de terrenos, esses, por sua vez, organizam novos crescimentos na cidade segundo seus interesses. Assim, os detentores da propriedade privada influenciam junto aos governos, já que a demanda por moradias é quase sempre crescente. Assim, os proprietários de terras pressionam os governos no sentido de atender suas demandas, seja com proposta de uma legislação favorável, e ou a instalação de benfeitorias nas adjacências de suas propriedades.

Um caso sobre a influência dos proprietários fundiários junto ao poder público local, ocorreu na cidade de Caetité, quando o prefeito do município, foi acusado de pavimentar rua desabitada para favorecer correligionário político, segundo notícia do site Achei Sudoeste;

No dia 11 de julho de 2018, a prefeitura de Caetité, iniciou a pavimentação de algumas vias do município, através de convênio estabelecido com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 347.567,38. No entanto, uma denúncia aponta que parte das obras realizadas com dinheiro público beneficia correligionários políticos do prefeito Aldo Ricardo Cardoso Gondim (PSB), de acordo com o radialista Wilson Nunes. Nas imagens, é possível ver que um dos calçamentos foi construído em um local completamente desabitado, onde há apenas mato e um lote murado. O mesmo, segundo a denúncia, pertence a um funcionário que ocupa cargo comissionado na prefeitura. Em nota, a Assessoria de Comunicação da Prefeitura esclareceu que a obra é considerada estruturante e necessária, pois no período chuvoso o local sofre forte erosão. “A Travessa 12 de Outubro, que foi calçada, é uma rede de drenagem dos Loteamentos Village Santa Rita, Samambaia, bem como da drenagem superficial de todo o Bairro Santa

Rita e da Praça da Juventude. Dessa forma, o calçamento dessa Travessa é uma obra estruturante essencial para todo o bairro, tendo em vista que ela sofre forte erosão no período de chuvas”, destacou. [09 de ago, 2018, site Achei Sudoeste]

O que se questiona pela denuncia é existência bairros, principalmente no eixo norte da cidade de Caetité, que há anos estão esquecidos pelo poder publico local, faltam pavimentação, esgotamento, entre outros serviços públicos. A rua desabitada que fora pavimenta está localizada no eixo sudeste, Loteamento Village Santa Rita, local de extrema valorização espacial, ver a Imagem 01. Dessa forma, os proprietários de terras não estariam pressionando o governo local no sentido de atender suas demandas? Percebe-se a iniciativa de instalar benfeitorias (pavimentação da rua) nas adjacências de propriedades inabitadas tem como principal propósito a valorização espacial daquele local.

Imagem 01 – **Placa de publicidade** – Prefeitura Municipal de Caetité – Local da Placa: Rua Doze de outubro.



Fonte: Santos, 2019

Para Marx (1983), as diferenças de localização, quantidade e qualidade das benfeitorias naturais e as socialmente produzidas nas proximidades das terras a serem incorporadas ao tecido urbano, são exploradas como forma de obtenção da renda da terra urbana na forma de renda de monopólio, que é uma a modalidade de geração de mais valor como fundamento duradouro no modo capitalista de produção.

A apropriação privada da terra urbana e de suas benfeitorias adjacentes transforma a localização em muito mais que uma localização no espaço urbano. Esta localização se torna um núcleo dentro da cidade, que pela condição de monopólio da propriedade de uma parcela

de terra e ou de uma edificação útil implica a apropriação de uma renda extra, uma vez que a “[...] a demanda por terrenos para construção eleva o valor do solo enquanto espaço e fundamento” (MARX, 1983, p. 238).

O processo de obtenção da renda de monopólio para terrenos na área urbana pode ser entendido considerando-se que com a apropriação da localização das benfeitorias públicas e privadas no espaço, e os proprietários fundiários, pela condição de monopólio, determinam o preço dos lotes de terrenos de maneira especulativa. Disso decorre o preço de monopólio, que gera a renda, que consiste no sobrelucro pelo qual o proprietário não contribuiu com adição de trabalho.

O preço de monopólio consiste, portanto, numa forma de apropriação e de exploração do espaço e das demandas por moradia, e com isso se dá o enriquecimento dos proprietários fundiários e a conseqüente segregação socioespacial. Segundo Marx (1983), a necessidade de moradia, a avidez pelo consumo do espaço urbano e a capacidade de pagamento restringem o acesso das massas aos espaços no processo de urbanização desigual, são responsáveis por toda forma de danos e violências.

A estratégia do parcelamento da terra proporciona a acumulação de riqueza e a continuidade da reprodução do capital dos proprietários fundiários e afirmação da burguesia, que também se utiliza da produção do espaço urbano como fonte de enriquecimento. Há com isso a obtenção mais rápida de lucro quando os lotes de terras estão dentro das áreas do urbano e dispõem, por este motivo, de infraestrutura privilegiada.

Como já mencionado, a propriedade privada, a valorização do espaço, fundamentos do sistema capitalista, negam o acesso à moradia urbana, aos sujeitos que a produzem e não tem renda. Ressalta-se, a maneira com a produção, apropriação e consumo do espaço se torna prerrogativa fundamental para compreender como esse espaço, produz toda sorte de constrangimento, privação, violência e dano para aqueles que são privados de capital.

Nessa lógica, a propriedade da terra e a valorização dos imóveis urbanos ganham um caráter ainda mais violento quando se determina que o direito à cidade e à moradia, segundo Capel (1974, p. 28) “[...] não pode causar danos à propriedade e a iniciativa privada”. Essa perspectiva entra em contradição profunda com o *direito social à moradia* previsto na Constituição Federal Brasileira, 1988, no Capítulo II, Art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social [...]”, e ainda ratificado no Art. 7º, Item IV, quando dispõe que o salário do cidadão trabalhador deve garantir entre outros, o acesso à habitação em dignas condições. A lei Nº

10.257 de 10 de Julho de 2001, em seu artigo 2º item I, que dispõe sobre as funções sociais da cidade, e escreve.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da *propriedade urbana*, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido *como o direito à terra urbana, à moradia*, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

Nota-se que direitos sociais elencados pela Constituição Federal (1988), são violentados pela lógica capitalista de valorização do espaço, principalmente, ao negar pelo viés do valor de troca o acesso à moradia a uma parcela da população.

Em Caetité, percebe-se que uma nova dinâmica vem se desenhando. Espaços são produzidos, comercializados e hipervalorizados a partir da estratégia utilizada pelos (corretores imobiliários), (proprietários) e (incorporadores), estratégia essa, que parte para a criação de novos espaços destinados a uma classe exclusiva, “que possa pagar altos valores pelo espaço”; localizam-se distantes das zonas tidas como violentas; e conferem para seus compradores tranquilidade e segurança.

Alude-se, então, que a dinâmica da produção do espaço geográfico se articula seguindo os interesses de acumulação capitalista, de modo que configuram e reconfiguram o espaço urbano sob a égide de um processo *violento de urbanização*. Processo, induzido pela reprodução das relações de propriedade, impondo a valorização de diferentes locais no urbano, que refletirá em espaços desiguais, em torno de um bem de acesso restrito e seletivo.

Nessa perspectiva, ressalva-se que esse processo de valorização do espaço traz reflexos em sua produção social, e elucida como a atuação do capital público e privado em sua produção emana conflitos e interesses de diferentes classes. Os agentes imobiliários impregnaram e disseminaram o discurso, justificado pela busca por segurança, de que a classe detentora de poder aquisitivo deva buscar por espaços diferenciados e valorizados, *espaços exclusivos*. Ou seja, o que se propõe através do discurso da insegurança é legitimar a segurança privada como forma de garantir o isolamento e distanciamento de parcela da população. Assim, o que se discutirá a seguir pauta-se em como o medo e a insegurança ‘urbana’ são utilizados como estratégias de acumulação capitalista, de modo à obtenção de rendas pela valorização espacial.

4 DO DISCURSO DO INSEGURO À PRODUÇÃO DE ESPAÇOS EXCLUSIVOS

O debate que se propôs na seção anterior “violência” e o “discurso da violência urbana” se faz necessário, no contexto que se desenrola a produção do espaço na atualidade. Pois nesse contexto, os meios de comunicação e o Estado definem a violência, e neste caso, a que se realiza nas cidades como um dos principais problemas a ser enfrentado.

Observa-se um exagero no discurso sobre a violência urbana e sobre a criminalidade. Esse discurso invade e se torna presente em todos os segmentos da sociedade brasileira. Como já se destacou o discurso da violência urbana encobre danos e constrangimentos estruturais (exclusão, separação, segregação, entre outras), que passaram a ser considerados nesse trabalho como violências. A análise revelou que o processo de urbanização (a lógica da propriedade privada e a valorização do espaço), produzem violências sustentadas pelas relações sociais de produção capitalista, com o aval e complacência do Estado.

Dessa forma, não estaria o Capital interessado em reproduzir certas violências e negar direitos? Essa prática de reproduzir violências e construir um discurso de medo não seria uma estratégia para responder as crises de reprodução do capital? Destaca-se a seguir, como o medo e a insegurança urbana são utilizados como estratégias para acumulação capitalista.

4.1 A presença do medo e da insegurança no cotidiano

O medo, questão universal e constitutiva da humanidade, é fenômeno que aparece sob as mais variadas formas, nas mais diferentes sociedades. A representação do medo e da insegurança não é algo novo. No Brasil, desde a chegada dos europeus, registra-se um vasto repertório de medo que tinha como foco principal, naquele contexto: o medo da floresta, dos seres fantasmagóricos, dos inimigos europeus, piratas e invasores. O medo também esteve presente ao modo de produção escravocrata; os escravos temiam os senhores, os capitães do mato, capangas, etc.; os senhores, por sua vez, estavam longe de estar imunes ao temor de rebeliões e ataque de escravos. Diversos movimentos e rebeliões separatistas como (Revolução Pernambucana, Confederação do Equador, Guerra dos Farrapos, Inconfidência Mineira, Contestados, entre outros), foram vistos como ameaças assustadoras para a sociedade que se estabeleceu. Assim, ao se percorrer todo processo de formação socioeconômica do Estado brasileiro, nota-se que há uma infinidade de medos, cuja lista é inesgotável. Medo de ser morto, ser preso, torturado, expulso, escravizado, enfeitado, violentado, etc., (VELHO, 2014).

Outra forma de interpretação a ser feita, é como a classe hegemônica conservadora brasileira, utilizou do medo como estratégia para a derrota das forças populares no Brasil. Os discursos da elite tratam sempre de associar as vitórias populares ao caos e à desordem. A difusão do medo do caos e da desordem serviu sempre, para deflagrar estratégias de disciplinamento e controle de massas empobrecidas.

A hegemonia conservadora trabalha a difusão do medo como indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social. O medo torna-se, então, por um lado, fator de tomadas de posição estratégicas no campo econômico, político, social, cultural. Entretanto, o medo também paralisa: nos medos de ontem, como os de hoje, não se questionam *as violências* de uma sociedade tão desigual e tão rigidamente hierarquizada.

Percebe-se que ao longo da história, a representação do medo foi, intencionalmente, criada para servir de justificativa para diversas ações. Na época da ditadura militar, criou-se um imaginário em torno da figura do comunista como sujeito cruel e desumano, para justificar práticas autoritárias e abusos por parte dos militares. A questão ambiental também tem na exploração do medo das catástrofes, um dos seus maiores trunfos políticos. O medo do terrorismo é igualmente utilizado, como desculpa para inúmeras práticas imperialistas e autoritárias de governos expansionistas. E atualmente, o *medo e insegurança*, são utilizados como estratégias para a reprodução capitalista, principalmente, por meio da venda do espaço-mercadoria para um público exclusivo que busca segurança no espaço.

A dimensão do medo, no contexto atual, aparece como uma pré-condição e uma justificativa para a instalação de mecanismos e equipamentos por um mercado, que tem crescido exponencialmente nos últimos anos, “o mercado de segurança e tecnologias”. Esse movimento tem causado mudanças espaciais e segregação no espaço urbano. Novos conteúdos sociais têm surgido e dizem respeito a todas as formas materiais, simbólicas, técnicas de representação em torno do ideal de segurança. Os processos de separação, os espaços para exclusividade são formas que estão presentes no espaço urbano.

Como já mencionado, o medo e a insegurança não são algo somente do âmbito do imaginário. Ele se concretiza e transforma paisagens urbanas na busca por uma segurança artificializada, e intencionalmente criada. As pessoas projetam e concretizam no *espaço* sentimentos, por vezes, desproporcionais aos riscos efetivos que existem na realidade.

As recentes mudanças arquitetônicas visíveis nas diversas paisagens de cidades brasileiras têm ocorrido mais em razão do medo e da insegurança urbana, do que do crescimento da violência real. Isso acontece porque o sentimento generalizado de insegurança, não é, necessariamente, proporcional aos riscos. Em Caetité, particularmente, mesmo com

uma queda considerável de crimes violentos, como os homicídios, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP – BA, 2018), o discurso tem sido sempre o do caos e da barbárie.

Dessa forma, para se obter uma compreensão da relação existente entre representações e conteúdos que envolvem a violência, suas formas e materialidades, é importante que sejam corroborados os conceitos de *produção do espaço* e *cotidiano*. Esses conceitos possibilitam que o espaço geográfico seja entendido em termos de uma associação entre formas e conteúdos. O cotidiano é um plano material da informação, das relações e dos sentimentos e também de tudo aquilo que pode ser simbolizado.

A existência, no período atual, de uma atmosfera de ideias ligadas diretamente à sensação de insegurança permite que seja proposta a expressão para outro plano; *o plano do medo*. O medo passa a fazer parte do imaginário coletivo e isso altera o *cotidiano* das pessoas e a maneira como apropriam e produzem o espaço. É certo que o medo sempre existiu, e é certo também, que no período atual do capitalismo financeiro ele tem tomado proporções inéditas, sendo disseminado e reproduzido para acumulação do capital.

O plano do medo é, assim, uma materialidade ativa, pois condiciona ações e altera formas. Isso pode ser comprovado ao se analisar, por exemplo, o impacto do medo da violência nos preços praticados pelas seguradoras de veículos no Brasil: quanto mais violenta é a imagem que se tem de um município, maiores são as tarifas utilizadas pelas seguradoras, conforme a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP, 2006).

Em Caetité é inegável que o processo de produção do espaço se fez e faz de forma violenta. Já os índices criminais não são tão alarmantes, o que não justifica em parte a existência de um discurso de insegurança por uma parcela de moradores da cidade. Em uma enquête criada pela radialista Elizete Andrade, por meio da Rádio Educadora FM de Caetité/BA, inquiriu à população sobre a problemática da segurança pública em Caetité, em 2017. Segundo a radialista, a maior motivação da enquête foi às denúncias e reclamações feitas pelos ouvintes. A proposta, então, era comprovar o problema vivido pela população caetiteense. Como pode observar na Imagem 02, segundo o resultado, aponta-se que a maioria dos internautas respondeu que a questão da segurança da cidade precisa de atenção e a insatisfação é notória.

Questões como, “não temos mais como sair de casa a noite”; outras como “se faz necessário o maior número possível de câmeras na cidade, em vista dos índices crescentes de assaltos em vias públicas” foram levantadas, e comprovam a atmosfera de medo e insegurança que assola o imaginário dos sujeitos que apropriam o *cotidiano* da cidade de Caetité.

Imagem 02 – Enquete: Qual a sua opinião sobre a segurança pública em Caetité? Dê sua nota de (de 0 a 10), 2017.



Fonte: Facebook, 2019.

O medo, porém, não é, necessariamente, proporcional aos riscos. Inúmeros são os imóveis de Caetité que se equiparam com câmeras e alarmes, ou que aumentaram o tamanho dos seus muros, sem nunca terem antes sofrido qualquer tipo de ação violenta que justificasse tais intervenções. Oblet (2008, *apud* MELGAÇO, 2010, p. 107) salienta que “[...] sem ser imaginária, a insegurança se desenvolve também sobre o registro do imaginário: ela pode resultar em delírios de proteção e a simplista ‘gestão de riscos’ pode se substituir a um projeto político de sociedade”.

Deve-se destacar neste caso, que a insegurança e o medo vão além das situações corriqueiras que nos atinge. Até porque para se sentir inseguro, os sujeitos devem já ter experimentado o sentimento de segurança. Segurança e sentimento de segurança são duas concepções não essencialmente correlatas. Pode-se nesse caso, está em um ambiente seguro e nem por isso se sentir com segurança, e de forma inversa, pode-se está em um local inseguro e nem por isso sentir ameaçados.

Melgaço (2010) destaca a necessidade de deixarmos mais claro o conceito de segurança e, para tanto, o autor propõe a distinção de *risco* e *insegurança*. Para Melgaço (2010, p. 62)

Risco será entendido como a probabilidade, ou seja, as chances reais de se sofrer uma violência, enquanto insegurança dirá respeito à sensação de tranquilidade, ao sentimento de segurança. Deve-se ressaltar, porém, que essa é uma classificação artificial e que, na realidade, o limiar entre risco e insegurança não constitui um limite rígido.

Isto posto, deve-se ressaltar que o conceito de segurança não é um oposto do conceito de insegurança. Este está contido no campo das emoções e aquele está necessariamente se referindo tanto as emoções, quanto a maneira *concreta* de redução de risco. Para Melgaço (2010) existe um caráter subjetivo que é próprio da noção de segurança em que:

[...] ela sempre lida com a ideia de ameaça. E a ameaça está no domínio do imaginário e das possibilidades [...]. Retomando o existencialismo sartriano, pode-se dizer que [...], toda segurança é uma formulação humana e que [...] ela não existe nas coisas em si, mas na mente do sujeito que a concebe. (MELGAÇO 2010, p. 62)

Partindo desse pressuposto, denota-se, que para se está seguro deve-se eliminar todas as formas e condições que ofereçam ameaças. Neste caso, a partir do discurso ideológico do inseguro, e com intuito de reproduzir as condições sociais de produção, a classe hegemônica cria novas ameaças.

Dessa forma, verifica-se que a violência e a insegurança não são mais do que meros pretextos, de um processo que parte para mudanças nas formas e nos conteúdos do urbano, motivados por outros interesses. A criação de residências fortificadas, por exemplo, tem como o objetivo, delimitar usos exclusivos do espaço e de promover segregação socioespacial. Se há algum medo aqui, é o “*medo do outro*”, e não exatamente da violência. Para muitos usuários dos espaços exclusivos, uma das vantagens de se promover o afastamento estaria ligada ao fato de que, as barreiras os eximiriam da obrigatoriedade de lidar, *cotidianamente*, com a presença dos incômodos pobres, negros e indigentes.

Sobre a obrigatoriedade de conviver com o indiferente Bauman (2009), em seu ensaio sobre a Confiança e Medo na Cidade, apresenta uma perspectiva possível de análise que se baseia na falta de *solidariedade* entre os sujeitos que apropriam da cidade, atribui a culpa ao *individualismo* moderno.

Bauman (2009) destaca a cidade como o epicentro do processo de acumulação capitalista, onde as transformações estão em curso. As cidades apresentam no fim do século XX, a consolidação do tecido urbano submetido a intensas pressões que produzem uma verticalização crescente: os ricos tendem a se tornar cada vez mais ricos, desfrutando das oportunidades disponibilizados pela ampliação dos mercados, enquanto os mais pobres afundam na miséria.

É possível perceber os efeitos dessa verticalização que esta em curso nas cidades contemporânea: enquanto os bairros centrais e nobres são valorizados e tornam-se objeto de grandes investimentos urbanísticos, outras áreas são corroídas pela degradação e tornam-se

marginais. Quem possui recursos econômicos ou tem condições de deslocar-se tenta se defender criando verdadeiros *enclaves*, nos quais a proteção é garantida por empresas privadas de segurança, ou transferindo-se para áreas mais tranquilas e nobres.

Em contrapartida, os mais pobres (aqueles que são obrigados a permanecer onde estão) são forçados, ao contrário, a suportar as consequências mais negativas das mudanças que estão em curso. Isso só pode gerar um crescente e *difuso sentimento de medo*. Entre a tensão dos ricos e pobres, a classe média, teme o *risco* de acabar vítima de um processo que não controla e não conhece, e de perder o bem-estar conquistado no decorrer das últimas décadas.

É nessa perspectiva que Bauman (2009) busca analisar a insegurança moderna, em suas várias manifestações, caracteriza o medo dos crimes e dos criminosos. Para Bauman (2009) vivemos em um processo cada vez mais crescente de suspeitas, segundo o autor:

Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade humana. Castel atribui a culpa por esse estado de coisas ao *individualismo moderno*. Segundo ele, a sociedade moderna - substituindo as comunidades solidamente unidas e as corporações (que outrora definiam as regras de proteção e controlavam a aplicação dessas regras) pelo dever individual de cuidar de si próprio e de fazer por si mesmo - foi construída sobre a areia movediça da contingência: a *insegurança* e a ideia de que o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade (BAUMAN 2009, p. 02)

À vista disso, quando a solidariedade é substituída pela competição, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos, entregues a seus próprios recursos, escassos e claramente inadequados. Ainda segundo Bauman (2009, p. 4)

A corrosão e a dissolução dos laços comunitários nos transformaram, sem pedir nossa aprovação, em indivíduos *de jure* (de direito); mas circunstâncias opressivas e persistentes dificultam que alcancemos o status implícito de indivíduos *de facto* (de fato). Se, entre as condições da modernidade sólida, a desventura mais temida era a incapacidade de se conformar, agora - depois da reviravolta da modernidade "líquida" - o espectro mais assustador é o da inadequação. Temor bem justificado, cumpre admitir, quando consideramos a enorme desproporção entre a quantidade e a qualidade de recursos exigidos por uma produção efetiva de segurança do tipo "faça você mesmo"

É a partir da busca por segurança individual, atividades reforçam (e contribuem para a produção de) uma sensação de caos que nossas ações só fazem agravar. E se põe como maneira de se conseguir grandes lucros comerciais graças à insegurança e ao medo. Dessa

forma, com o dinheiro disponível para investimentos de todo tipo, “o capital do medo”, pode ser transformado em qualquer tipo de lucro político ou comercial.

A segurança pessoal tornou-se muito importante, talvez o argumento de venda mais necessário para qualquer estratégia de *marketing*. A expressão "lei e ordem", hoje reduzida a uma promessa de segurança pessoal, transformou-se num argumento categórico de venda, talvez o mais decisivo nos projetos políticos e nas campanhas eleitorais. A exposição das ameaças à segurança pessoal é hoje um elemento determinante na guerra pelos índices de audiência dos meios de comunicação de massa (incrementando assim o sucesso dos dois usos, político e mercadológico, do capital medo).

Deve-se destacar as estratégias de produção do espaço, utilizadas pelos recursos midiáticos que servem de instrumentos feroz para o capital se reproduzir. Neste caso, as estratégias buscam alcançar um público que tenham um poder de compra e possam pagar pelo conceito que combate a insegurança, “o viver seguro”.

4.2 A produção estratégica do espaço, e a construção de novos produtos imobiliários a partir do medo e da insegurança

Estudar o espaço que é produzido através de estratégias cada vez mais elaboradas para a realização econômica não é tarefa fácil, pois os conteúdos do processo se ligam necessariamente ao uso e à vida das pessoas na cidade, revelando o espaço como uma mercadoria especial, já que é nele que a sociedade se materializa e se reproduz. Hoje, os negócios relacionados aos produtos imobiliários conquistaram um destaque no conjunto das atividades econômicas e necessitam de uma série de condições para se realizar.

A relação cotidiana entre o social e a cidade, como foi demonstrada nos capítulos anteriores, é povoada por pensamentos, imagens, fantasias e desejos de um espaço “glamourizado”, “seguro” e “reificado”. Dessa forma, quem detém capital busca realizar o desejo de conseguir um espaço exclusivo e único.

Na relação espaço-sociedade-capital, os homens em sua maioria, não enxergam os conteúdos sociais, políticos ou econômicos que penetram na ideia do espaço mercadoria. Preferem continuar a ver apenas uma imagem superficial e artificializada do lugar. Por meio da imagem artificializada, se vende um determinado estilo de vida, que é captada e apropriada pelos agentes produtores do espaço nas médias e grandes cidades. Essas imagens alcançam os sujeitos que influenciados pela propaganda (do medo e da insegurança urbana), buscam, um viver seguro.

No contexto atual, o discurso da insegurança invade todas as camadas e passa a ser artifício para exploração capitalista, muitos empreendimentos imobiliários reforçam em seu discurso as várias ideias possíveis do inseguro. Em comum, todos eles utilizam a insegurança e buscam a distinção social como uma das principais armas para sua valorização. Destacam-se, nesta parte da seção, alguns destes empreendimentos localizados na cidade de Caetité, analisados a partir de materiais de propaganda e sítios da internet. Salienta-se que não se buscou fazer um estudo quantitativo destes empreendimentos, mas sim apresentar de maneira qualitativa, a profusão desta apropriação ideológica da insegurança na cidade.

Dessa forma, para atrair consumidores que estejam dispostos a pagar pelo “estilo de vida seguro”, os agentes produtores do espaço incorporam novos padrões nas construções, os quais são refinamento contínuo do produto imobiliário, apresentando empreendimentos com uma enorme gama de detalhes internos e apelos de propaganda. Entender a produção de novos e grandes “espaços para exclusividade” e a sociabilidade que eles produzem nos lugares, se revela como fundamental, para compreender a urbanização contemporânea da cidade de Caetité.

Muitos desses novos empreendimentos imobiliários, no contexto atual, carregam *slogans* de retorno ao verde; projeto de uma natureza sustentável; ecologicamente correto; o maior conforto e segurança. Nota-se que há uma série de discursos que envolvem a produção do mercado imobiliário nos médios e grandes centros urbanos. Neste caso, os discursos apresentam problemas vividos das cidades. Muitos deles exploram a concentração dos médios e grandes centros, o congestionamento, passando a ideia de que morar em cidades próximas representam um ganho na qualidade de vida das pessoas. Outro discurso propagado de forma muito mais expressiva é o discurso da cidade *caótica e violenta*, onde as realizações não se completam a não ser pelo morar em segurança.

À vista disso, é preciso entender em que bases discursivas se assentam a expansão do setor imobiliário, e que tipo de sociabilidade é produzida por esse processo. Percebe-se, que diversas mistificações da realidade, são produzidas por meio dos discursos que servem de estratégia para o mercado imobiliário. Para Padua (2015, p. 156) “Os discursos hegemônicos são fundamentais para mascarar as relações que produzem essa realidade, fazendo parte do processo de produção da realidade como verdadeiras forças produtivas, induzindo, também eles, há um certo tipo de vida nas cidades”.

É preciso ressaltar que os produtos imobiliários atuais, têm uma efemeridade maior enquanto produtos de *marketing*. O desenvolvimento do espaço como mercadoria é cada vez mais detalhado e acelerado, tornando rapidamente desatualizados formas e discursos

relativamente pouco criativos. Nesse sentido, vive-se um acelerar da produção de ideias envolvidas para produção do espaço, em um movimento auxiliado pelo desenvolvimento das técnicas de comunicação e informação.

Para Padua (2015), deve-se identificar as bases ideológicas da produção do espaço, pois elas são parte importante da produção da vida social nas cidades, e são responsáveis por produzi novas maneiras de se apropriar o espaço urbano. Nessa perspectiva, o autor identifica três principais matrizes discursivas: *sustentabilidade* (a preocupação com o verde, a ecologia); a *qualidade de vida* (lazer, saúde, bem-estar) e a *segurança*. Para Padua (2015, p. 157)

Essas matrizes aparecem e se expandem como possíveis soluções para os problemas que assolam os grandes centros: no caso da *sustentabilidade*, a poluição em seus diversos tipos, a escassez de recursos naturais, a falta de áreas verdes na cidade, remetendo também a questões no nível global (aquecimento do planeta, por exemplo); a *qualidade de vida* pretende responder ao estresse da vida na cidade, onde se apresenta inúmeras dificuldades, entre elas a de mobilidade, os congestionamentos, o sedentarismo, a escassez dos momentos de lazer etc.; a *segurança*, por sua vez, procura dar conta da violência presente nas cidades. Contraditoriamente, a solução proposta é muitas vezes efetivamente o aprofundamento do problema que ele se propõe a resolver, e as próprias questões problemáticas presentes no espaço urbano acabam se tornando, através dos discursos, força produtiva na reprodução capitalista.

Nessas matrizes ideológicas Padua (2015), analisa o que aparece como recorrência nos anúncios de compra e venda do setor imobiliário das mais diversas cidades, o que é insistente como forma de representação da realidade urbana. Analisa-se também, o que se repete nos aparelhos difusores de ideias e como elementos da representação da realidade ganham um aspecto de transparência enquanto representação da realidade social.

Percebe-se, no contexto atual, que *o discurso do inseguro*, é a matriz ideológica mais utilizada pelos agentes imobiliários e incorporadores produtores do espaço urbano. Esse discurso passa ser incorporada a mercadoria residencial, formada por (mansões, enclaves fortificados). Nesse sentido, a mercadoria residencial agora reificada pelo discurso do inseguro, incorpora itens para satisfazer um seletivo grupo exclusivo, embute nela o espectro de seguro, tranquilo, confortável.

Uma série de discursos envolve a produção imobiliária em Caetité. Nota-se que os discursos apresentam por ora conteúdos da realidade do espaço vivido na cidade. O principal desses discursos utilizado pelos agentes imobiliários explora o *medo e a insegurança*, e neste caso, propõem-se o deslocamento da classe com maior poder de compra, para uma parte da cidade que representa um ganho na qualidade de vida e um estilo de moradia.

Percebe-se em Caetité, as ações dos agentes produtores do espaço (incorporadores imobiliários) através das propagandas, que buscam o consumidor pela expressa exclusividade. A ênfase da expressão textual, “Pra você que é *top*, venha morar na *área vip* do Bairro Santa Rita”, demonstra o apelo ideológico dos incorporadores, para captar consumidores que tenham um alto poder de compra e buscam áreas mais tranquilas e nobres, conforme Fotografia 01.

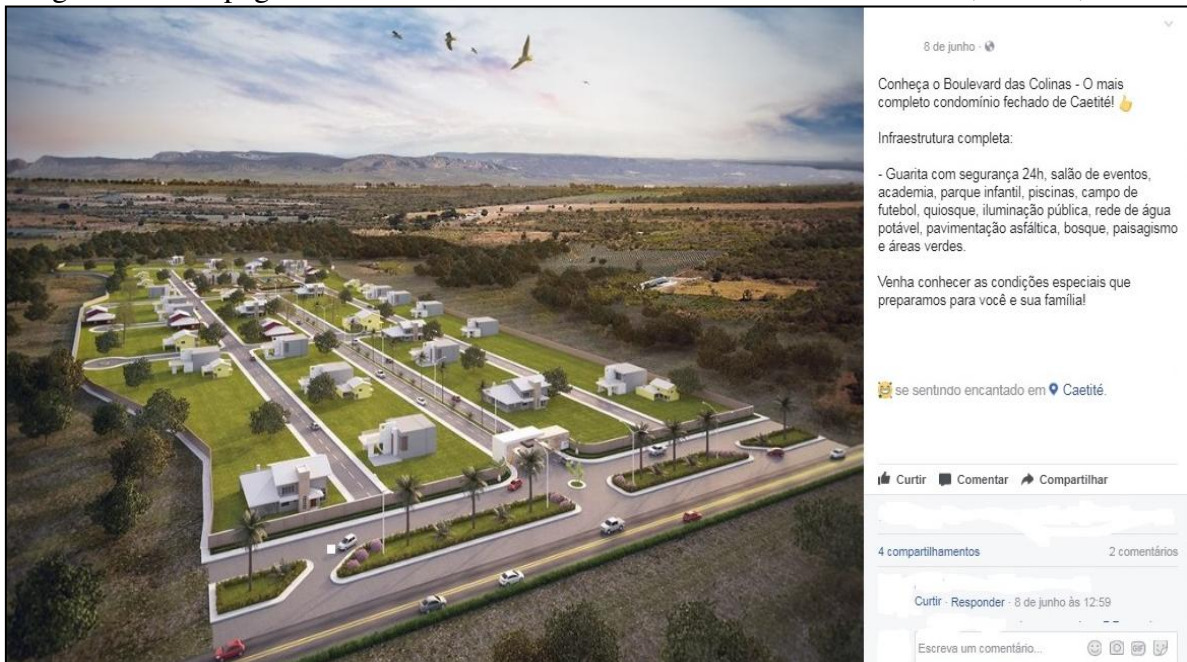
Fotografia 01 – Propaganda de venda de imóveis pela Imobiliária, Caetité, 2019



Fonte: Santos, 2019.

O caso mais emblemático pelo discurso ideológico na cidade de Caetité, ocorre no projeto Condomínio Boulevard Colinas. Além dos tons verdes (o bucólico) nas figuras de propaganda do empreendimento, as residências são, através de técnicas computacionais inseridas na vegetação nativa e conservadas, as ilustrações não lembram em nada a vista real do local. O principal objetivo dos incorporadores imobiliários é demonstrar, através dos anúncios, o paisagismo bucólico organizado e repleto de tranquilidade, onde os indivíduos consumidores encontrariam o verde, a felicidade e a segurança, longe dos transtornos e dos conflitos que movem a cidade contemporânea capitalista.

Imagem 03 – Propaganda eletrônica do Condomínio Boulevard das Colinas, Caetité, 2019



Fonte: Santos, 2019.

Tanto no espaço aberto, quanto no espaço fechado, percebe-se que o comprador busca se torna usuário de um produto “exclusivo”, elevando a questão da necessidade de segurança total como prioridade e que expandida para toda cidade e para toda sociedade. Naturaliza-se o fato de que a apropriação da cidade está ligada ao poder aquisitivo, à classe social de cada pessoa, o que é algo *violento*, pois se *naturaliza* a própria *segregação*, que é também violenta.

Dessa maneira, a insegurança é um produto explorado no mercado imobiliário e torna-se uma nova racionalidade, indicando que quanto maior poder de compra, maior segurança. A prática social carrega os signos do que é bom, seguro, aceitável, saudável, etc., indicando como a cidade deve ser apropriada no momento atual.

Observa-se que através dos empreendimentos imobiliários, acontece o triunfo da apresentação sobre a significação. O engano se apresenta como verdadeiro. A criação da fantasia e felicidade está naquele lugar, faz com que os “espaços exclusivos” sinônimo de “top”, “área vip”, “tenha a melhor visão da cidade”, “tenham a maior segurança na cidade”, se tornem espaços altamente militarizados e sejam apresentados como sinônimo de segurança e tranquilidade. O espaço produzido passa a ser associado a equipamentos e objetos cada vez mais técnicos.

No sentido do aprimoramento do espaço mercadoria, do ponto de vista do marketing, é preciso consolidar a ideia de que o lugar, em que os produtos imobiliários (espaço exclusivos)

estão, não é um lugar qualquer no contexto da cidade de Caetité, diferenciando-se por sua localização, acessibilidade, equipamentos e infraestrutura.

Dessa forma, a mercadoria da urbanização não é somente (os espaços exclusivos), mas o próprio lugar, a própria urbanização que eles conduzem. Isso mostra a complexidade dos produtos envolvidos, e como o espaço é uma mercadoria especial, pois envolve a vida concreta das pessoas, daquelas que podem comprar essas mercadorias e também daquelas que não podem comprar e convivem com esses lugares. Na comercialização da mercadoria residencial (mansões e fortificações) estão embutidas as possibilidades de valorização do lugar. Com o lugar, vende-se também um determinado tipo de vida, integrando no que ditam as “necessidades” do momento atual. Vende-se a qualidade de vida, o estilo de vida saudável, o lazer infinito, o conforto e segurança, enfim, vende-se a possibilidade da felicidade.

A blindagem/militarizada em relação à cidade, a homogeneidade que evita os diferentes, questões evidenciadas pelo cotidiano nos “espaços exclusivos em Caetité”. Neste caso, nota-se que a “urbanização” baseada na produção de lugares “murados” por equipamentos e técnicas passam a ser objetos almejados, que implicam no consumo de imensos espaços no interior da cidade analisada, que se tornam exclusivos aos que têm um poder de consumo compatível.

Dessa forma, o espaço da segregação se amplia, pois novos conteúdos são incorporados para o consumo produtivo das classes de maior renda. A cidade produzida como consumo dessas classes abastadas homogeneiza grandes espaços da cidade, negando o urbano, lugar das diferenças. As diferenças são negadas quando o que não é igual passa a ser evitável, a priori, quando o diferente (geralmente o mais pobre) é identificado. O propósito é se afastar de sujeitos que estão fisicamente vizinhos, mas social e economicamente distantes.

4.3 Caetité, exclusão e segregação: os espaços exclusivos para além da violência urbana

A partir da reflexão teórica proposta, surge à necessidade de avançar na pesquisa, e de se buscar por meio de um recorte empírico mais delimitado e com fundamentos práticos, a sustentação das ideias e colocar outras questões para além das já anunciadas. Assim, para dar continuidade ao estudo da problemática urbana anunciada, selecionamos como o plano empírico inicial de nossa investigação a cidade de Caetité, situada no sudoeste da Bahia, e vamos dar ênfase aos eixos norte, sul e sudeste.

Os eixos, sul e sudeste de maneira geral, podem ser caracterizados como áreas ocupadas, em sua maioria, por uma população com alto nível de rendimento, conforme o

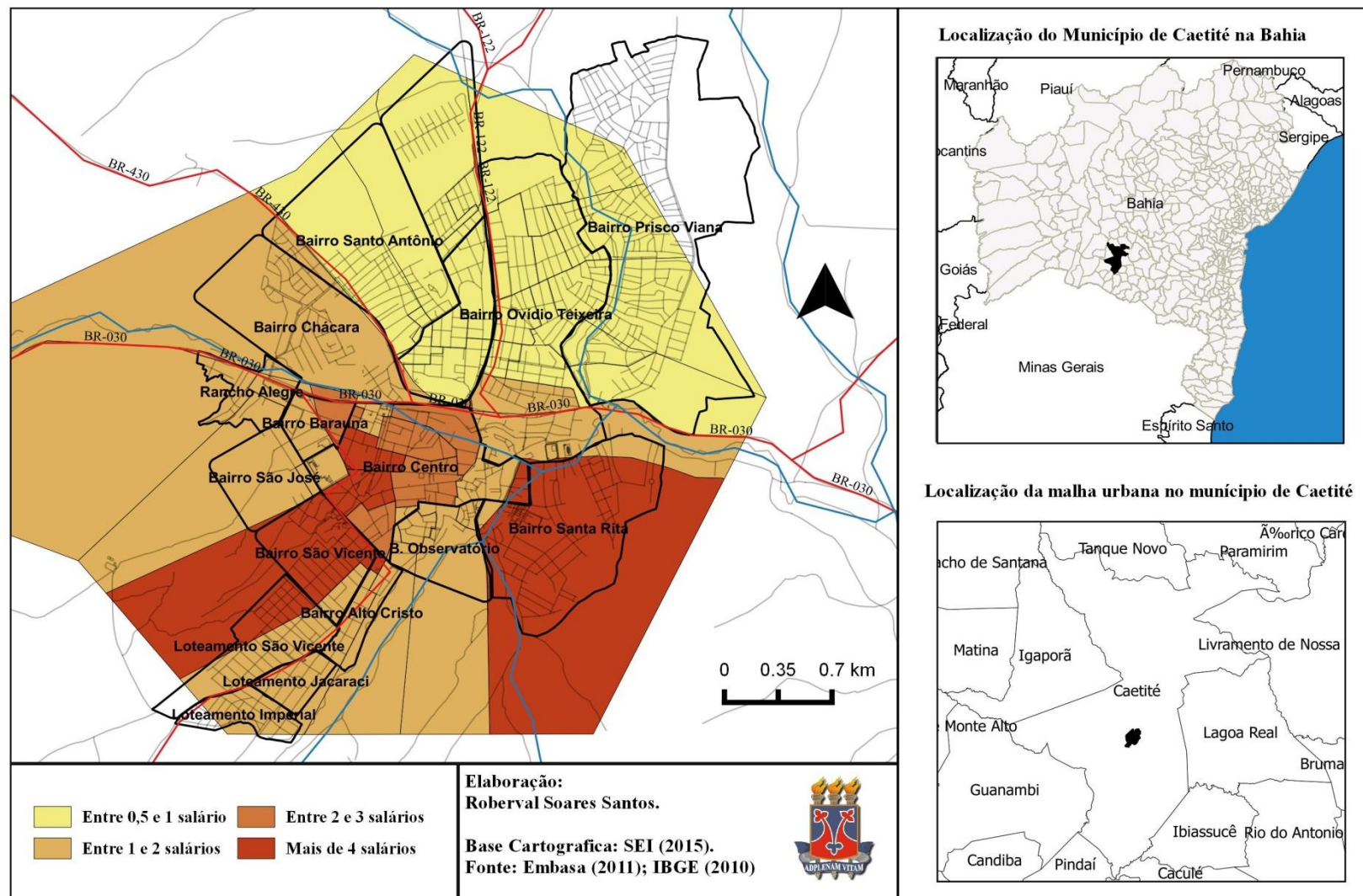
Mapa 02; os rendimentos dos Bairros Santa Rita (Leste) e São Vicente (Sul) ultrapassam valores acima de quatro salários mínimos. Enquanto o eixo norte que compreende os Bairros (Nossa Senhora da Paz, Ovídio Teixeira, Prisco Viana) os rendimentos mensais, em sua maioria, chegam a um salário mínimo.

O uso do solo, nos eixos Sul e Sudeste é predominantemente residencial (médio e alto padrão), cujos investimentos financeiro-imobiliários crescem e tendem a marcar a dinâmica espacial, com destaque para o processo acentuado de valorização do preço do solo urbano, com a construção de grandes empreendimentos como, Loteamento Morada Imperial (Sul), Loteamento Bosque do Jacaraci (sul), Loteamento São Vicente, Loteamento Villagem Santa Rita (Sudeste).

Salienta-se que, Caetité assim como a maioria das cidades baianas, não possuem bairros oficialmente constituídos em lei. Neste caso, os contornos dos bairros caetiteenses são definidos pelo Plano de Desenvolvimento do Município de Caetité - 2006, contudo não são reconhecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A maioria das denominações surgiu através de expressões populares. Cabe salientar, que muitos órgãos da Administração Pública como Prefeitura Municipal, Correios, Embasa, Coelba, entre outros, incorporaram as delimitações construídas por tais expressões. Desta forma, nossa pesquisa se baseia nos recortes de territórios da área urbana da cidade de Caetité pautados nos órgãos administrativos (Prefeitura Municipal de Caetité, Embasa e Correios), assim como, as definições das expressões dos cidadãos que são carregadas de significados.

Outra observação a se destacar, é que os dados residenciais dos setores censitários, por não haver bairros definidos pelo IBGE, não respeitam os limites e contornos dos bairros utilizados por essa pesquisa, ver Mapa 02. Essa distribuição não inviabiliza a pesquisa nem a torna ininteligível.

Mapa 02 – Distribuição de Renda Mensal por Setor Censitário na Cidade de Caetité – BA, 2010



Fonte: SEI (2015); Embasa (2011); IBGE (2010)
Elaboração: Santos (2019)

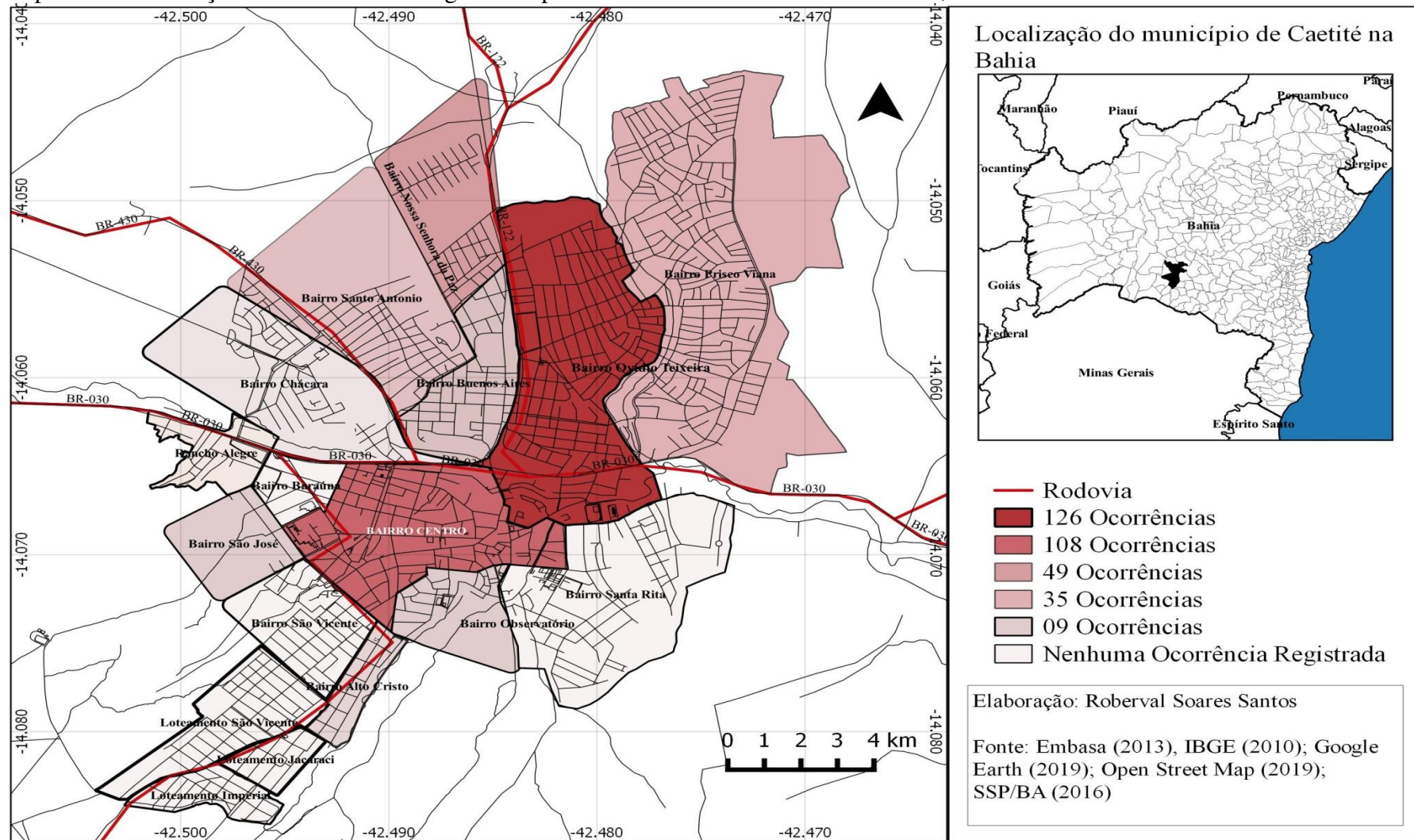
Caracteriza-se, de maneira geral, os eixos Sul e Sudeste com as especificidades anunciadas acima, pode-se dizer, no entanto, que essa caracterização não resume a totalidade da realidade presente na cidade de Caetité. Ao mesmo tempo em que se destacam os eixos citados como as áreas mais ricas na cidade de Caetité tem-se, também, a presença de uma população pauperizada que, inserida precariamente na lógica da propriedade privada (da riqueza e da terra) e no mundo do trabalho informal, vai se constituir como uma população idêntica a moradores de áreas pobres. No plano do visível, a paisagem e a morfologia espacial das áreas revelam, num primeiro momento, desigualdades sociais profundas, características do processo de produção capitalista do espaço urbano.

Já no que concerne aos indicadores relativos à violência e à criminalidade, a cidade de Caetité não integra as chamadas áreas mais violentas do estado da Bahia, segundo dados do Mapa da Violência divulgado pelo Ministério da Justiça que avalia os crimes de Mortes Violentas com Causa Indeterminada (MVCI), 2017.

Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (2016) apontam para índices de crime de furto, roubo de veículo, agressão física e tráfico de drogas em bairros nos extremos da cidade de Caetité, diferentemente o eixo Sul, eixo Sudeste quase não pontuam com ocorrências registradas; ao passo que os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) se concentrariam na área central. Esses dados indicariam alguma relação ou tendência de concentração de crimes contra vida nas áreas mais pobres da cidade, e crimes contra o patrimônio nas áreas mais ricas, abrindo, inclusive, para a possibilidade de uma interpretação perigosa da relação entre pobreza e criminalidade, conforme Mapa 03.

Dados da distribuição das ocorrências registradas pela Polícia Militar da Bahia em 2016, revelam que os maiores números de ocorrência estão nos eixos Norte da cidade de Caetité nos bairros (Nossa Senhora da Paz, Ovídio Teixeira, Prisco Viana). Em contra partida esses mesmos registros demonstram que os eixos (Sul, Sudeste) quase não tiveram ocorrências registradas pela PMBA em Caetité, ver Mapa 03.

Mapa 03 – Distribuição das Ocorrências Registradas pela PMBA na Cidade de Caetité – BA, 2016



Fonte: SEI (2015); Embasa (2011); IBGE (2010); SSP/BA (2016)

Elaboração: Santos (2019)

. Ressalta-se que, um dos resultados mais expressivos das análises centradas, essencialmente, nesse tipo de índice, é a consideração analítica da violência urbana reduzida à noção de criminalidade, que pode proporcionar mais confusão do que esclarecimentos a respeito de uma prática socioespacial complexa, que envolve, necessariamente, o entendimento do processo de produção do espaço da cidade. Além disso, corre-se o perigo de, na tentativa de elucidar como a criminalidade se espacializa na cidade, reforçar preconceitos sociais, fundamentados em um imaginário da cidade violenta e caótica (especialmente no que se refere às áreas periféricas). Partindo, então, desses dados e do entendimento dos seus limites explicativos, selecionamos como fragmento a cidade Caetité e na busca do entendimento da relação existente entre a problemática urbana e a violência. Deve-se ressaltar que, os propósitos do capital são escondidos via discurso do medo.

Retoma-se, aqui, a discussão sobre a violência urbana com dados dos principais órgãos de Segurança Pública, de forma a espacializar os principais crimes que ocorreram na cidade de Caetité. Apesar da utilização desses dados, o enfoque principal deste trabalho não pauta-se no estudo da violência urbana. No entanto, entende-se que são os dados criminais e a forma como são difundidos, os principais responsáveis por toda forma de discurso do medo e insegurança urbana que circula na cidade.

Neste caso, a hipótese que articula teoria e prática é a de que o fragmento pensado apenas como mediação para a compreensão da totalidade (a cidade de Caetité) permite entender alguns conteúdos da violência do processo de urbanização, na medida em que está inserido (apesar de suas particularidades) no movimento geral de reprodução do capital, processo esse, produzido, essencialmente, de forma violenta e produtor de consequências dilaceradoras da experiência da vida cotidiana na cidade.

Uma leitura se faz necessária ao observar o movimento dos principais grupos que operam no mercado imobiliário (usuários de moradia, corretores de imóveis, proprietários, incorporadores, instituições financeiras, instituições governamentais) no espaço urbano caetiteense para os eixos Sul e Sudeste, fundamentando-se, principalmente, pela fala do crime e pelo discurso midiático do inseguro. A lógica utilizada é o afastamento dos possíveis eixos violentos e o oferecimento de espaços seguros, livres, tranquilos e nobres.

Pelo processo de valorização do espaço urbano são construídas formas, mansões, fortes e enclaves para um grupo seletivo e exclusivo nos eixos Sul e Sudeste, esse grupo busca se apartar de todos os tipos de (in)desejáveis. De forma violenta, o capital financeiro empurra parte da classe trabalhadora em sua maioria (trabalhadores informais) para o outro lado da

cidade o eixo Norte, onde os valores do solo urbano são mais baratos e as condições de moradia (saneamento básico e infraestrutura) são precárias. O processo de urbanização não revela violências e danos estruturais mais significativos sofridas por esses moradores. Sobre o discurso da violência urbana, o capital financeiro dissimula seus reais interesses que é a reprodução do capital através da construção de espaços para uma parcela nobre.

Dessa forma, por meio do recorte empírico, busca-se compreender não a violência urbana em si mesma, mas o próprio processo de produção do espaço urbano como processo que fundamenta-se pela violência. Trata-se de considerar a constituição de uma violência fundamentada e articulada com os processos de produção do espaço urbano, e de como por meio do discurso da violência urbana esses processos não são revelados.

Seguindo os critérios metodológicos, e reconhecendo seus limites, toma-se como ponto de partida a observação da paisagem (incluindo aí movimentos, fluxos, sons, cheiros, densidades) e também as formas, a materialidade, o ambiente construído, como condição possível de estabelecer um sustento para pesquisa, e revelar se possível o conteúdo, ao nível de uma outra morfologia, dialeticamente posta na relação com a morfologia espacial; a morfologia social.

No plano da paisagem, a cidade de Caetité revela características já conhecidas do processo de produção capitalista do espaço urbano, especialmente, no que diz respeito às cidades médias: surgimento do processo de verticalização; concentração da riqueza em lugares específicos das cidades seja pelas dimensões e pela expressão arquitetural no plano do habitat, seja pela localização de determinadas infraestruturas urbanas que seguem a lógica valorização/movimentação/expansão de classes sociais pelo espaço. Além de profundas diferenciações espaciais, expressões fenomênicas do processo de segregação socioespacial.

Percorrendo as ruas e avenidas dos bairros e loteamentos dos eixos Sul, Sudeste é possível uma generalização (superficial, mas certamente inquestionável). Trata-se de zonas predominantemente habitado por uma população com altos rendimentos, marcada por projetos arquitetônicos exuberantes, fortes e enclaves. O tamanho dos terrenos, o padrão das casas e edificações, bem como, a utilização de equipamentos tecnológicos, especialmente ligados à segurança/proteção, sugerem tal conclusão. Quanto a este reconhecimento é possível observar, através da paisagem as grandes diferenças quando comparada com outros bairros da cidade, ver a Fotografia 02.

Fotografia 02, Caetité – Comparativo da paisagem urbana – Bairro Santa Rita, Bairro Nossa Senhora da Paz, 2019



Notas: (1) Rua São Miguel, Bairro Santa Rita; (2) Rua I, Bairro Nossa Senhora da Paz
Fonte: Santos, 2019

Nos eixos Sul e Sudeste, entre as avenidas Contorno ao Sul; Santa Isabel e Doze de outubro a sudeste, nos bairros conhecidos como São Vicente, Santa Rita, respectivamente, encontram-se as grandes mansões de Caetité. São as áreas mais arborizadas da cidade, com presença da Praça Parque das árvores, Praça da Juventude e de outras praças. As ruas sinuosas condicionam percursos confusos, no qual o errante que desconhece os trajetos postos ali pela prática socioespacial tende, necessariamente, a se perder.

A inexistência de estabelecimentos comerciais nessas áreas é marca significativa da distinção espacial. Percorrendo a Avenida São Vicente, voltando nosso olhar em direção ao bairro São Vicente, é possível observar a ocupação de uma das margens do vale do rio Jatobá. Ainda percorrendo a Rua Santa Rita no bairro Santa Rita, é possível notar a ocupação de uma das margens do vale do rio Bonito, principalmente, pelos moradores dos bairros Alto do Observatório e Alto Cristo, ocupação realizada sobre as escarpas do vale. Quando se observa, para o centro dos bairros São Vicente, Santa Rita e Loteamento Village Santa Rita, a certa distância, percebe-se as fachadas das enormes e belas casas, expõem-se na paisagem uma homogeneidade no que se refere à distinção social e uma heterogeneidade quanto ao estilo arquitetônico dos bairros da cidade. O mais interessante é que quanto mais nos aproximamos dessas casas, adentrando os bairros e estabelecendo trajetos por suas ruas, menos as casas se

expõem aos olhos do observador. Isso porque elas são delimitadas por muros peculiarmente altos, conforme a Fotografia 03.

Fotografia 03 – Caetité, Rua XV – Bairro São Vicente, **Enclaves Fortificados**, “escondidos pelo muro”, 2019.



Autor: Santos, 2019

Encontra-se aí, nos eixos Sul, Sudeste, uma presença considerável de muros que chegam a, aproximadamente, 4 metros de altura (a maioria com cercas de alta tensão e com câmeras de vigilância), e sua grande extensão em comprimento oferece indícios do vasto tamanho dos terrenos. Carros, equipamentos de vigilância de empresas privadas de segurança são vistos em muitas ruas dos bairros mencionados.

Sem exagero, é muito difícil encontrar nos bairros mencionados pessoas nas ruas. Tanto nos dias úteis, quanto nos finais de semana, percebe-se, em contraposição um relativo fluxo de automóveis nas principais ruas e avenidas, dos bairros e loteamentos dos eixos Sul e Sudeste da cidade de Caetité. Os pedestres, quando existem, são em sua maioria trabalhadores, especialmente aqueles ligados a prestações de serviços nas empresas de construção civil, diaristas e empregadas domésticas.

Não é difícil chegar a uma conclusão que a classe que ocupa os espaços das zonas Sul e Sudeste da cidade de Caetité, busca uma distinção de classe que se coloca também como distinção de cor, de maneiras de se vestir, e, inclusive, na forma de deslocamento pela cidade

(ainda que saibamos do risco de reproduzir preconceitos e estigmas sociais). Nos dias de semana, em horários de fim de expediente, o pequeno fluxo de pedestres é composto pelo deslocamento dos trabalhadores em direção aos bairros do eixo Norte da cidade.

Se existe com certeza uma continuidade, a análise da morfologia espacial é capaz de refletir que exista uma homogeneidade entre os eixos Sul e Sudeste, dada à semelhança da paisagem e das formas que ali se constituem, possibilitando entendimentos (ainda que limitados) dos códigos, significações, percepções quanto aos usos e apropriações do espaço urbano. Há, por outro lado, rupturas que, ainda no nível da paisagem e da morfologia, anunciam descontinuidades em relação há outros eixos da cidade.

É na parte Norte (bairros Ovídio Teixeira e Nossa Senhora da Paz) da cidade de Caetité, que se encontram, mais visivelmente, escancaradas as contradições fundamentais (sustentáculo e produto) do processo de produção e reprodução capitalista do espaço urbano. Ainda que seja preciso um esforço, para entender como se revela a racionalidade desse processo e como tais contradições se realizam pelo discurso fetichizante. A compreensão das formas como aquilo que elas não se revelam, se faz imprescindível, principalmente avançar nas análises da: expressão de diferenças sem relação, de oposições que se constituem sem necessariamente se determinar, ou seja, superar as análises das não-contradições.

A ruptura ocorre quando ao percorrer a Avenida Olimar Oliveira Rodrigues, uma área relativamente diferente das que descrevemos nos eixos Sul, Sudeste, principalmente pela circulação de pessoas, Fotografia 04. A avenida é responsável pela ligação entre os bairros Ovídio Teixeira, Nossa Senhora da Paz, Santo Antônio, no eixo Norte da cidade. Uma das principais diferenças dessa área para o restante dos bairros da cidade é a presença de uma centralidade comercial relativamente significativa, que se faz pelas Avenidas Olimar Oliveira Rodrigues e Luiz Bento. A presença de uma dinâmica comercial nesse fragmento é relevante porque diferencia de maneira bastante importante a dinâmica social, a densidade e o papel que aí o bairro Ovídio Teixeira e Nossa Senhora da Paz assumem.

Fotografia 04 – Caetité, Avenida Olimar Oliveira Rodrigues, principal ligação dos bairros (Ovídio Teixeira, Nossa Senhora da Paz, Santo Antonio, Prisco Viana, Buenos Aires)



Autor: Cláudio Amaral.

Percorrendo a Avenida Luiz Bento, principal acesso para as ruas do Bairro Ovídio Teixeira, assim como, as principais ruas do bairro Nossa Senhora da Paz, nota-se um perfil de residência bem diferente dos bairros do eixo Sul, Sudeste. As casas têm como perfil (casas de autoconstrução), ruas com buracos, esgoto a céu aberto, ruas mal planejadas, uma maior circulação de pedestres.

O contexto que se desenvolveu a formação dos bairros do eixo Norte, pode explicar muito sobre sua situação atual dos bairros. Sua formação se fez bem diferente dos bairros do eixo Sul e Sudeste que passaram por planejamento e estruturação. A formação dos bairros do eixo Norte é marcada por conflitos pelo acesso a moradia. Como relata à senhora Maria de Fátima Silveira de Oliveira, conhecida na vida política como Dr^a. Fátima,

Os conflitos na década de 80, ocasionados entre o poder executivo e ocupantes, na tentativa de reintegração de posse pelo poder público, foi intenso, sendo necessária a intervenção do presidente da comissão dos Direitos Humanos da Bahia na época o senhor Joviano Neto numa tentativa defender os direitos e a integridade física dos ocupantes do terreno (INFORMAÇÃO VERBAL)³

³ Entrevista realizada com Maria de Fátima Silveira de Oliveira, (agosto de 2018) Representante da Sociedade local Entrevistador Roberval Soares Santos (2018).

As condições socioeconômicas dos moradores da periferia de Caetité, chamada de “Ladeira”, não era das melhores, levando em conta a situação de exclusão e marginalização do bairro. Tanto é que o nome “Ladeira” é utilizado com sentido pejorativo como uma forma de discriminação racial e social. A análise para esse discurso, leva-se em conta que na época o bairro era sem esgotamento sanitário, calçamento, coleta de lixo ou posto de saúde, como afirma Souza (2008).

Segundo relatos levantados no [livro, nº 09,] Arquivo Público de Caetité, dão conta que no final da década de 1970 a cidade de Caetité seria contemplada com uma Escola Agrícola Federal, suas instalações seria nos arredores da fazenda do senhor Pedro Cruz, já desativada. No entanto, uma manobra política transferiu o empreendimento para a cidade vizinha, Guanambi - Ba. Atualmente, o espaço onde seria as instalações dessa escola é onde se encontram as ruas e avenidas do bairro Ovídio Teixeira.

Na década de 1980, como estratégia para sua coligação vencer as eleições para o pleito municipal, o prefeito Clarismundo Pontes, distribuiu lotes de forma aleatória, sem nenhum critério muitas pessoas inclusive comerciantes, que não tinha necessidade de moradia, foram contemplados. Relatos da Ata de discussão do Movimento de ocupação da área devoluta da Escola Agrícola, Associação dos Moradores do Bairro Buenos Aires, afirmam que a grande maioria dos contemplados com um lote já tinham casas, enquanto moradores das adjacências do bairro Ladeira, que realmente sofriam com a falta de moradia não foram contemplados. Como afirma um trecho do livro de atas da (Associação dos Moradores do Bairro Buenos Aires, 1987).

Fazendo uso da palavra o senhor Olimar Oliveira colocou que o prefeito está dando lotes para grandes proprietários que não tem necessidades. (ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO BUENOS AIRES, Ata de Discussão do Movimento da Ocupação da Área Devoluta da Escola Agrícola, p. 07, 1987)

Fazendo uso da palavra Dr^a Fátima expos a luta do povo em defesa da terra [...] e que o loteamento feito pelo prefeito foi totalmente desrespeitoso, desmoralizando o povo do bairro, sem nenhum critério. (ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO BUENOS AIRES, (Informação verbal)⁴

A distribuição de lotes sem nenhum critério deixou a população das adjacências da “Ladeira” cada vez mais insatisfeita, questionando sobre as formas e as condições legais das doações. Segundo Dr^a Fátima a distribuição das posses foi feita como forma de barganha, para uma suposta vitória das eleições.

⁴ Texto extraído da Ata de Discussão do Movimento da Ocupação da Área Devoluta da Escola Agrícola, (1987, p. 8).

O movimento de ocupação daquele espaço tomou proporções inesperadas, fugindo do controle do poder executivo municipal. O número de pessoas que reivindicavam um pedaço de terra cresceu exponencialmente. Para Carlos (2008, p.88) “o uso do solo será disputado pelos vários segmentos das sociedades de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos” e foi isso que ocorreu com os bairros da zona norte.

Observa-se que, muitas pessoas vinham do campo, movidas pela oportunidade de construir sua casa na “cidade” e ter uma oportunidade de colocar seus filhos na escola, buscavam principalmente emprego para sua sobrevivência. Assim, para atender um maior número de pessoas com uma possível casa, o projeto de ocupação do eixo norte, se fez pela autoconstrução. Maricato (1982) destaca a solidariedade nas formas de autoconstrução, do mutirão, da autoajuda, da ajuda mútua, presentes principalmente nas relações sociais do campo.

Pode parecer natural que a massa trabalhadora migrante construa sua própria casa na cidade como fazia no campo. Essa prática pode passar como um dado cultural simplesmente, as representações culturais ligadas à autoconstrução não é objeto de estudo desse trabalho. É preciso lembrar, entretanto, que, longe de se ligar a uma cultura de subsistência (quando é o caso mesmo na zona rural) na cidade, essa massa é maciçamente assalariada e perfeitamente integrada numa economia urbana industrial e capitalista (MARICATO, 1982).

Ainda, segundo a senhora Maria de Fátima, a ocupação do eixo norte se fez da noite para o dia, os ocupantes fizeram mutirão, a fim de construir o maior número de casas possíveis e dificultar o embargo da prefeitura. Ela relata que:

Como se não bastassem as invasões, tamanha era a união do pessoal envolvido que estes se reuniam em mutirões a noite no intuito de construir as suas casas, buscando levantar o maior número de casas possível numa tentativa de dificultar o embargo da prefeitura. [...] o pessoal começou a construir de noite fazendo mutirão um ajudando o outro né, pra levantar muitas casas de vez [...] (INFORMAÇÃO VERBAL)⁵

Os embates duraram até a intervenção do presidente da comissão dos direitos humanos da Bahia na época o senhor Joviano Neto, que deu garantias e direitos de uso para os ocupantes. Esse processo de ocupação gerou contrastes socioespaciais. A permanência nas formas das casas de “autoconstrução” é elemento presente nas construções da classe trabalhadora e ocupante nos bairros do eixo norte.

⁵ Entrevista com Maria de Fátima S. de Oliveira em Janeiro de 2019. Entrevistador Roberval Soares Santos (2019).

Para Maricato (1982) nas relações de produção, nas cidades, a autoconstrução ganha importância cada vez mais fundamental no que diz respeito à construção de casas destinadas à classe trabalhadora bem como a outros aspectos de crescimento urbano, que tem no assentamento residencial da população que migra do campo para cidade fator de influência significativa.

Destaca-se ainda segundo Maricato (1982) que é através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema do déficit habitacional trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos). Maricato (1982, p. 74) ressalta que “[...] o Estado ignora o assentamento residencial da classe trabalhadora urbana, oriunda dos fluxos migratórios, é, principalmente, porque essa classe não constitui demanda econômica para pagar esses bens e serviços”.

Em Caetité nos bairros do ‘eixo norte’ cuja ocupação e construção se arrasta durante anos, pelo modelo de autoconstrução, as casas proletárias inacabadas, embriões de casas desejadas, frequentemente sem água corrente, ou revestimento, contam, no seu congestionado e insalubre interior, com geladeira, o televisor, o liquidificador. Produtos de tecnologia moderna de produção, acabamento esmerado, integram um ambiente na qual a improvisação (principalmente no que diz respeito à construção inacabada) é a nota predominante.

As formas de assentamentos são reflexos dos conflitos ocorridos durante o processo de formação dos bairros no eixo norte. Harvey (1980) argumenta, que o capital cria condições contraditórias, algumas levam a um antagonismo de configurações sociais, enquanto outras criam diferenciações favoráveis a reprodução da complexa sociedade capitalista. E na medida em que essas contradições atuam intensamente e por longo período de tempo, geram uma marcante fragmentação social, ao mesmo tempo em que se verifica crescente segregação socioespacial.

No plano material, a morfologia espacial da cidade de Caetité expõe diferenças sutis e não sutis marcadas pelas construções que vão dos empreendimentos imobiliários residenciais destinados a (classe rica e média) às habitações em sua maioria de autoconstrução. Essas diferenças parecem definir marcas que aparecem como reveladoras da existência de grupos sociais e de diferentes estratos de classe, ao nível de uma identificação possível porque as relações sociais se realizam enquanto relações espaciais.

Em Caetité é inegável que a produção do espaço se fez de forma violenta. A morfologia espacial (ao norte casas aos modelos da autoconstrução, ao sul e leste, mansões e

enclaves fortificados), revelam os embates entre as classes sociais e grupos que operam na produção do espaço urbano.

A segregação parece ser inevitável, a ordem fundada na vigilância e na distancia, o isolamento e a separação de todos os que são considerados socialmente inferiores, são marcas registradas no espaço caetiteense.

5 CAETITÉ: OS ESPAÇOS EXCLUSIVOS E A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Nessa seção será tratada a produção dos espaços exclusivos em Caetité/BA, e como tais transformam as práticas socioespaciais dos sujeitos que vivem nos espaços para exclusividade através do discurso do inseguro. Percebe-se que há um processo de valorização do espaço urbano caetiteense, e nesta mesma medida, uma construção de diferenciação dos sujeitos.

Os espaços exclusivos de Caetité são áreas consideradas na cidade, como as mais tranquilas e nobres, se destacam pelas formas residenciais e arquitetura sofisticada. O que há de singular é a localização dos espaços para exclusividade. Em muitas cidades é possível encontrar na malha urbana certa homogeneidade de formas residenciais, certa mistura representada pelo tipo de casa, mesmo, sabendo que a área central esteve por muito tempo destinada a classe rica, e os arredores da cidade destinada a classe trabalhadora, ainda assim, é possível verificar uma certa homogeneidade entre as residências.

Em Caetité, não se percebe essa homogeneidade, a cidade é cortada pela Rodovia Federal BR-030, que demarca significativamente o espaço urbano caetiteense impondo limites socioespaciais. Ao eixo norte da cidade onde estão localizados os bairros (Ovídio Teixeira, Prisco Viana, Nossa Senhora da Paz) as formas residenciais tem características, em sua maioria, casas de autoconstrução com acabamento paupérrimo; quase todas as ruas com buracos, sem pavimentação, esgotamento e saneamento básico. A maior parte da população que mora do eixo Norte exerce trabalho informal (pedreiro, ajudante de pedreiro, diaristas, empregadas doméstica, entre outros), segundo o (IBGE, 2010). Em contrapartida, do outro lado da cidade, o Bairro Santa Rita ao eixo Sudeste; Bairro São Vicente e os loteamentos (São Vicente, Bosque do Jacarací, Bosque Morada Imperial) ao eixo Sul, loteamentos esses em processo acelerado de ocupação, apresentam suas formas bem equipadas, com estruturas de engenharia sofisticadas, onde o vidro e o concreto liso e bem acabado compõem a paisagem desse lugar. É nesse contexto, que são analisados os espaços exclusivos, produzidos em função do discurso ideológico da insegurança urbana, observa-se que estes, contribuem para o processo de valorização do espaço e acumulação do capital.

5.1 A valorização do espaço urbano através da produção de espaços exclusivos em Caetité

A partir dos apontamentos já abordados, sobre a produção do espaço, o espaço mercadoria, a violência do processo de urbanização, a violência urbana e sua difusão geradora

do medo e insegurança. Passa-se, então, a analisar os processos e mudanças sociais nas cidades contemporâneas, que tem criado novas formas de segregação espacial e discriminação social. Esse movimento coincide com o processo de produção do espaço que se desenha na cidade de Caetité, por meio, de estratégias dos produtores do espaço urbano para a reprodução capitalista.

Nota-se que em Caetité os produtores do espaço têm utilizado do discurso do medo e da insegurança urbana, como justificativa para criação de espaço destinado a um segmento exclusivo. Outro aspecto a ser destacado é como os *espaços para exclusividade* tendem para a valorização do espaço, principal mecanismo utilizado no contexto atual, para obtenção de rendas no solo urbano.

Como já se mencionou, entende-se que são os dados criminais e a forma como são difundidos, os principais responsáveis por todo feito como o discurso do medo e a insegurança urbana circulam na cidade. A questão que se destaca é como a classe trabalhadora, e a classe que detém os meios de produção, temem os diferentes tipos de violência e crimes, e como representam no espaço esse sentimento. Nota-se que enquanto os ricos se assustam principalmente com o grande número de violência contra o patrimônio, roubo, furto, receptação; os pobres têm medo, sobretudo, dos constantes homicídios que acontecem à sua volta.

A consideração que mais nos importa, é como o medo e a insegurança são representados no espaço pelos diversos segmentos sociais. Em Caetité, por exemplo, enquanto os sujeitos que apropriam do eixo Norte, convivem com a toda forma de danos e constrangimentos estruturais (violências) do espaço (segregação, exclusão, fragmentação), convivem também, com altos índices de criminalidade (roubo, furto, tráfico de drogas, etc.). As principais formas residenciais que se encontram na paisagem são marcadas por casas de autoconstrução, parede meia, pequenos muros, número bem pequeno de residências com cerca elétrica ou câmara de vigilância, a sua proteção fica à sorte do Estado, ainda, acabam destituídos de sistemas de proteção social.

Do outro lado, o eixo Sul e Sudeste da cidade de Caetité se destaca em seu universo com equipamentos instalados (parques, ruas pavimentadas, sistema de esgoto etc.); convivem com índices irrisórios de criminalidade, como demonstra dados já apresentados nessa pesquisa. Suas formas residenciais são destaque na cidade, mansões, enclaves fortificados, muros altíssimos, um aparato de tecnologia de segurança, dentre outras formas destinados à proteção e segurança.

Como tendência, nota-se em Caetité, grupos que se sentem ameaçados e, neste caso, os sujeitos que apropriam o espaço eixo Sul e Sudeste, constroem enclaves fortificados e definem *espaços exclusivos* para sua residência, trabalho, lazer e consumo. Esses grupos justificam e legitimam sua retirada com base principalmente no discurso do medo, e da insegurança urbana, o que deve salientar é que, esses discursos encontram diferentes referências para essa postura. Com frequência, dizem respeito ao crime e especialmente ao crime violento, responsável por assim criar uma atmosfera do medo e de insegurança (CALDEIRA, 2000).

Mais do que uma proteção *material* para os grupos que buscam viver nos espaços exclusivos, estes passam a inserir outro processo ao espaço urbano, passam a impulsionar um processo crescente de valorização do espaço e mudanças no papel da cidade. A valorização atua como uma proteção *simbólica* imposta pela capacidade de compra em se está num local tão exclusivo. Deve-se destacar em todo esse movimento o papel da cidade como espaço de acumulação capitalista.

Em seus escritos Marx (2001, p. 55) descreve o papel da cidade como espaço eminentemente da acumulação capitalista, para o autor “[...] a cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento e a dispersão”. A análise marxista coloca em evidência a importância das formações urbanas pós-revolução industrial na consolidação do sistema capitalista em nível global.

Na tentativa de completar a análise de Marx (2001), cita-se algumas particularidades com relação à configuração das forças produtivas no espaço urbano e como este forma valor. Dentre elas, pode-se citar a *estruturação dos espaços* nas cidades por meio de uma *divisão social do trabalho* que, estabelece a distribuição dos fatores produtivos de forma a permitir uma fluidez maior no espaço com relação à integração, produção, circulação e consumo.

Neste sentido, Lefebvre (2001) aponta o papel da cidade capitalista como um espaço de divisão social do trabalho que opera severamente para acumulação e vai permitir uma maior conexão entre os diversos elementos constitutivos do capital, entendendo a cidade como espaço onde os trabalhos que ora divididos passam a se completar, criando assim a necessidade de conexão entre eles.

Diante dessas argumentações sobre a participação da cidade na organização do modo de produção capitalista, deve-se entender as formas como se dão a valorização do solo urbano, e neste caso, como os “*espaços exclusivos*” contribuem para a valorização do espaço,

no contexto de produção social do espaço na atualidade. Apesar de entender que o espaço pode ser considerado uma mercadoria, sua composição se realiza diferente de outras mercadorias que se conhece. Como se trata de uma mercadoria diferenciada das demais, pelo fato da terra não ser considerada um produto-mercadoria qualquer, mas sim um equivalente de capital, seu processo de valorização não é decorrente de forma direta do trabalho, mas sim das formas de como se dão a sua produção e apropriação (OLIVEIRA, 1982). Segundo Oliveira, existe uma forma diferente de valorização entre os espaços, para o autor:

[...] a renda diferencial refere-se à diferença de custos de produção entre os investimentos de capitais em situações diferentes, ou seja, quando a localização dificultada pelos acessos, principalmente ao mercado, permite uma circulação mais lenta do capital, tornando assim o lucro das operações menores. Caso inverso ocorre quando o investimento é feito em uma área bem situada, ou seja, havendo pois um lucro extraordinário sobre o lucro médio. Este fato faz com que o aluguel em uma ou outra área seja diferente, quando parte da mais-valia apropriada, sob a forma de lucro extraordinário, é transferida para os proprietários sob forma de renda da terra [...]. Portanto, vale dizer que o pagamento de menor ou maior parcela de renda vai depender sobremaneira do acesso diferencial das atividades produtivas aos mercados consumidores, deslocamento de força de trabalho e aquisição de matéria-prima. (OLIVEIRA, 1982, p. 137).

Em seus escritos sobre a renda, Marx (1988) defende que a forma de renda diferencial aparece em toda parte em que a terra seja monopolizada, para o autor a origem da renda diferencial é o direito da propriedade da terra. Segundo Marx (1988, p. 222):

Onde quer que exista renda, a renda diferencial aparece por toda parte obedece às mesmas leis que a renda diferencial agrícola. Onde quer que forças naturais sejam monopolizáveis e assegurem um sobrelucro ao industrial que as explora, seja uma queda d'água, uma mina rica, um pesqueiro abundante ou um terreno para construção bem localizado, aquele cujo título sobre uma parcela do globo.

Nessa perspectiva, pode-se entender que a origem da valorização do espaço está na questão da *posse da renda absoluta*, seja no espaço urbano ou rural, e assim o uso dessa posse é que vai determinar como acontecerá a valorização do terreno. O fator localização e a infraestrutura do terreno, no caso urbano, também são determinantes no processo de valorização, além de fatores como o crescimento demográfico, e como estratégia capitalista a escassez de moradia, que facilita o processo de especulação imobiliária, concorrendo para a sobrevalorização do solo urbano (FERNANDES, 1982).

O valor do solo urbano, então, não é determinado pela produção-circulação-consumo, como o valor das outras mercadorias, mas determinado pela lógica da *propriedade privada* e

pela lei da oferta e da procura, a relação vai depender também do monopólio sobre o mercado. E como o mercado imobiliário é, na sua essência, monopolizador, esse poder é que vai definir a forma de valorização (FERNANDES, 1982). Sobre a renda diferencial, quando se pensa na lógica da moradia, em princípio, torna-se quase impossível perceber a forma da renda, até por que a habitação não tem o caráter, em sua essência, de extração do lucro. Neste caso, Fernandes nos alerta para caráter quase imperceptível da renda diferencial da habitação, para o autor:

No caso da habitação nos parece muito difícil pensar numa existência de renda diferencial. Isto porque o espaço destinado à habitação é um espaço de consumo, um espaço de reprodução da força de trabalho, e não um espaço de produção de lucros. Ao alugarmos ou comprarmos uma casa, não estamos pensando em produzir superlucros, mas sim em nos reproduzir enquanto pessoas de uma determinada classe social. Ora, como a renda diferencial pressupõe superlucros, e neste caso não há nem lucro, a renda diferencial na habitação parece não existir. (FERNANDES 1982, p.152)

Dessa forma, então, como pensar a formação da *mais-valia* a partir da produção espacial da cidade? Um caminho possível é refletir o papel da produção do espaço urbano e como este geraria rendas. Volochko (2015) destaca a importância de analisar a renda terra, e como esta se forma, através da produção do espaço. O autor ainda destaca como valor se realiza em três momentos: a valorização fundiária, imobiliária e estatista; a *valorização fundiária*, como já alude-se em partes desse trabalho, esta relacionada à inclusão da terra rural, as funções da terra urbana, por meio do parcelamento de terra, a cobrança de impostos prediais urbanos, taxas para edificação, etc.

Em Caetité a valorização fundiária se faz pela inclusão de fazendas ao tecido urbano, a partir dos anos 2000. Essa inclusão foi responsável por alargar o Bairro Santa Rita com a criação do Loteamento Village Santa Rita, a Sudeste. Ao Sul pela incorporação das fazendas formaram-se os Loteamentos (São Vicente, Bosque do Jacaraci, Morada Imperial), é possível perceber tal evolução por meio das Imagens 04 e 05. Já em 2018 é possível verificar a consolidação dos loteamentos (São Vicente, Bosque do Jacaraci, Morada Imperial, Village Santa Rita), dos eixos Sul e Sudeste, além do surgimento de outro empreendimento “Nova Caetité”, eixo Norte, ver Imagem 06. O loteamento Nova Caetité não foi bem aceito pela classe consumidora, talvez por estar próximo ao Bairro Nossa Senhora da Paz, bairro que carrega o estigma de ser o mais violento da cidade. Percebe-se como apontou Volochko (2015), que através da introdução ao espaço urbano, os espaços, principalmente os localizados

ao eixo Sul e Sudeste de Caetité, tenderam para uma valorização, este setor se destaca pela construção de espaços para um público bem exclusivo.

Imagem 04 – Imagem aérea da cidade de Caetité, 2004



Fonte: Google Earth, 2019

Imagem 05 – Imagem aérea da cidade de Caetité, 2011

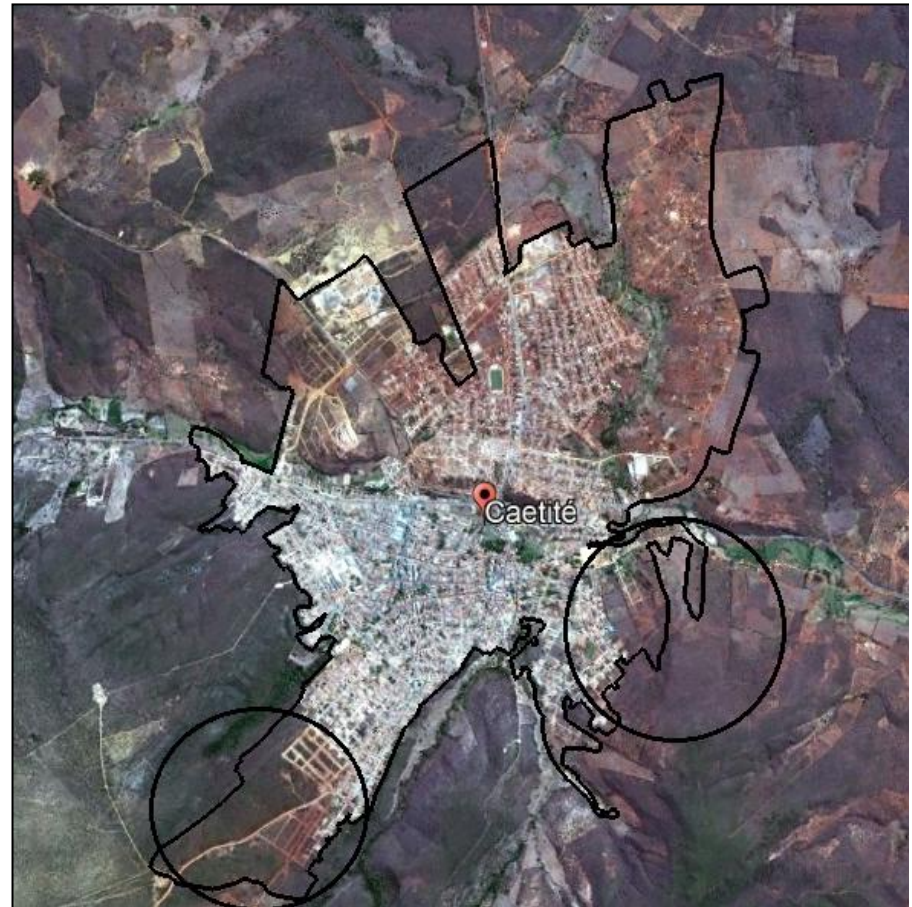
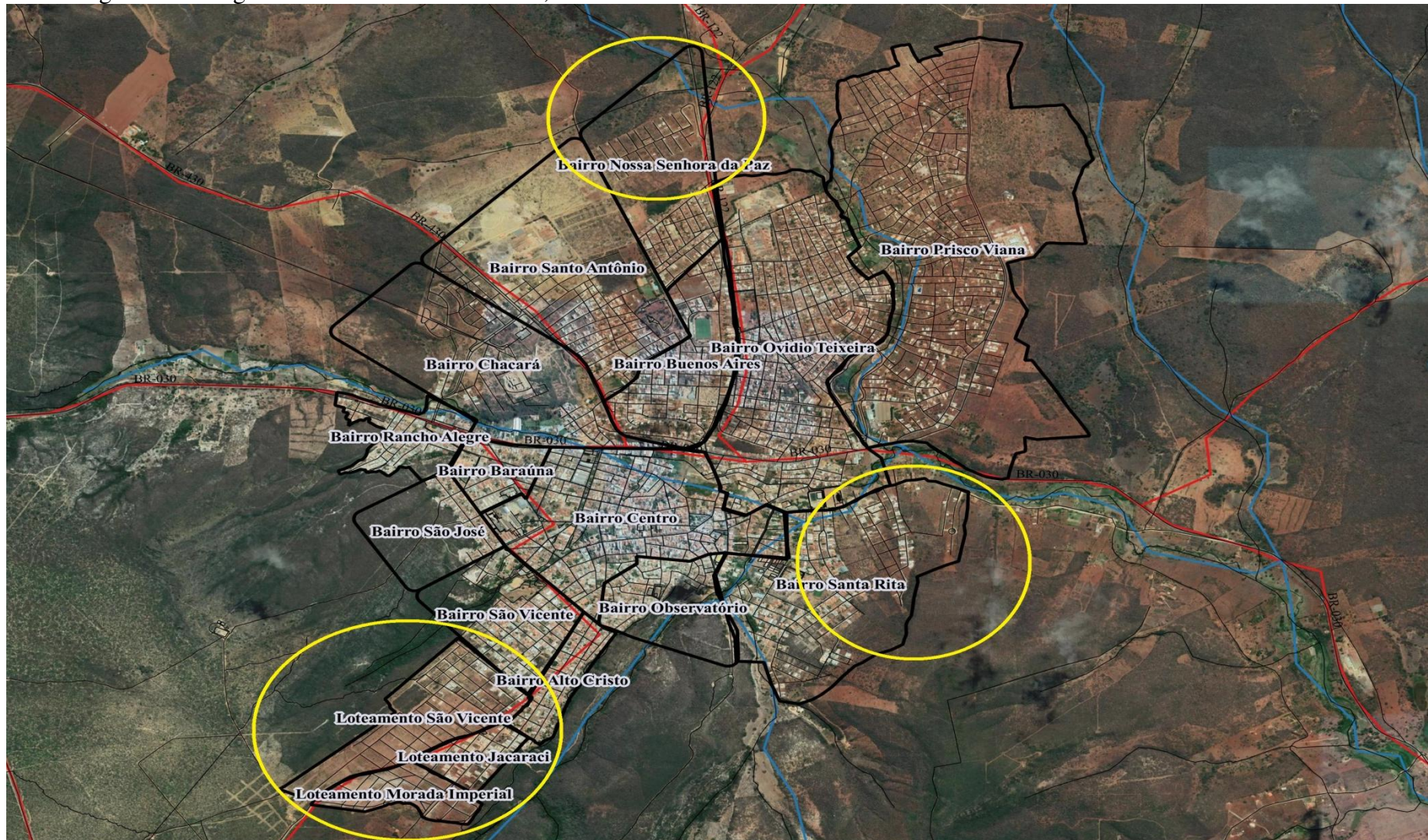


Imagem 06 - Imagem aérea da cidade de Caetité, 2018



Fonte: Google Earth (2019), Embasa (2013), Open Street Map (2018).

Outro momento de valorização do espaço analisado por Volochko (2015) é quando se realiza a *valorização imobiliária*. Assim segundo o autor, a primeira condição para que a valorização imobiliária aconteça deve ser a introdução do espaço rural ao espaço urbano, e como premissa aconteça à valorização fundiária. Dessa forma, a valorização imobiliária para Volochko (2015), seria a construção de equipamentos e formas que distinguísse o espaço de outros espaços na cidade, que pela diferença ofereça serviços, lazer, acessibilidade, mudanças no perfil das construções, etc. Volochko (2015) destaca o papel do Estado, responsável pela construção das infraestruturas básicas e de equipamentos urbanos, e os incorporadores/construtores responsáveis pela elaboração dos projetos dos novos empreendimentos, viabilização do financiamento das obras, etc.

Em Caetité a *valorização imobiliária* se realiza pela construção de equipamentos (pavimentação de ruas, projeto de esgoto, construção do Posto de Saúde Familiar, revitalização da Praça da Juventude), principalmente no eixo Sudeste da cidade. Esses equipamentos foram construídos pelo Estado e tendem para a valorização do espaço que estão em seu entorno, ver Fotografia 05 e 06. Já o eixo Sul se destaca pelo papel dos incorporadores/construtores responsáveis pela elaboração de projetos e viabilização de financiamento destinada a classe média.

Fotografia 05 - Placa de publicidade – Prefeitura Municipal de Caetité – Local da Placa: Rua Doze de outubro.



Fonte: Santos, 2019.

Fotografia 06 – Rede de esgotamento – Rua Capitão João Fraga – Loteamento Vilage Santa Rita, Caetité, 2019



Autor: Santos (2019)

A análise abriu o caminho para entender que a valorização fundiária/imobiliária, vai se colocar contraditoriamente como possibilidade e barreira junto ao setor imobiliário, já que com o tempo, acontece o aumento dos custos da construção (preço dos terrenos, materiais de construção), o que significa diminuição das margens de lucro. Daí, segundo Volochko (2015), a importância de programas como o Minha Casa, Minha Vida - MCMV, que, na verdade, subsidiam o setor imobiliário diminuindo tributos, facilitando a aquisição de terrenos, entre outros, realiza-se dessa forma a *valorização estatista*. Em Caetité a valorização estatista se efetiva por meio do programa MCMV, sem generalização, quase todas as formas residências com este tipo de financiamento estão localizadas nos eixos Sul e Sudeste da cidade, ver Imagem 06.

Volochko (2015) destaca ainda que mediadas como MCMV, colocam como condição de realização a um só tempo de uma valorização fundiária (do solo) e imobiliária (dos imóveis) e estatista. Além disso, a capitalização e financeirização como produto das valorizações fundiária e imobiliária (e parcialmente da valorização estatista) e como possibilidade de valorização está ligada em medida crescente às *ideologias* envolvidas como a

da casa própria, da sustentabilidade, da segurança, que funcionam como uma capitalização simbólica assessória.

Imagem 06 – Propaganda de venda.



Fonte: Santos, 2019

Em contramão com os movimentos para a valorização do espaço apresentados por Volochko (2015), nota-se em Caetité, ao eixo Norte o Loteamento Nova Caetité, foge a regra. Apesar de apresentar a inserção ao espaço urbano; ruas bem equipadas, rede de água e elétrica, praça em conformidade com legislação para composição de loteamento, etc. Contudo, o empreendimento não teve uma boa aceitação por parte dos compradores. Segundo a Imobiliária Caetité “A localização do loteamento é principal motivo para a não aceitação”. Nota-se que a valorização do espaço em Caetité caminha por outra perspectiva, para além das já apresentadas valorização fundiária/imobiliária/estatista. A valorização ganha outro ingrediente e passa a ser incorporado à valorização espacial, o significado de “quem mora e apropria o determinado espaço”.

Dessa maneira, a valorização do espaço na cidade Caetité movimenta-se pelas formas fundiária/imobiliária/estatista, e também pelo *significado* de morar ou pertencer a uma classe representada pela apropriação do espaço. Assim, como se destacou em outras partes desse trabalho, os produtores do espaço urbano utilizam desse significado, e mais do que isso, da

atmosfera que sobrevoa nossa sociedade, a do medo e a da insegurança urbana. Dessa forma, são construídos *espaços exclusivos*, que atendem a ideologia crescente de casa própria e segura e nobre.

A concepção de espaços exclusivos analisados nessa pesquisa tem como características, os espaços que utilizam em sua maioria de equipamentos de segurança, inserem práticas socioespaciais de diferenciação, bem como, são responsáveis pelo distanciamento crescente entre os cidadãos numa relação contraditória de homogeneidade e diferenciação. Neste caso, a acepção “espaços exclusivos”, refere-se a bairros e loteamentos onde estão inseridos os tipos de residências verticais e horizontais (abertos as prática socioespaciais com a cidade e tidos como espaços nobres), mas com grandes muros residências particulares e equipamentos de segurança. Estes espaços estão encravados em locais de hipervalorização no espaço urbano de Caetité, e destinados a uma parcela da população que possa pagar um alto valor pela moradia e por toda parafernália de equipamentos de segurança. Os exclusivos buscam diferenciar e se afastar de toda sorte de (in)desejáveis.

Os espaços exclusivos estão localizados no sítio urbano da cidade de Caetité e são facilmente identificados pelas formas únicas na cidade que serão classificadas, seguindo a postura de Caldeira (2000) como “*enclaves fortificados*”, conforme as Fotografias (07, 08).

Fotografia 07- Caetité – Rua Pernambuco - Bairro Santa Rita, **Enclave fortificado**, 2018.



Autor: Cláudio Amaral.

Fotografia 08 - Caetité –Trav. Nossa Senhora Aparecida- Bairro São Vicente II, **Enclaves fortificados**, 2018.



Autor: Cláudio Amaral (2018)

Busca-se, neste caso, expandir o conceito de “enclaves fortificados” proposto por Caldeira (2000), para além dos condomínios fechados, conjuntos de escritórios, shopping centers, parques temáticos ou toda a forma de propriedade privada para uso coletivo, mas com restrições de acesso. Entende-se, também, como enclaves fortificados, as construções, casas, e toda forma urbana destinada à classe média e alta que demarcam o espaço urbano pela dimensão de tamanho e pela robustez arquitetônica, e que limitam o acesso através do poder de compra, todas elas oferecem algo em comum que é o símbolo de *status*. Para Caldeira (2000, p. 259)

Os enclaves fortificados conferem *status*. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais. Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social. Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status.

Esses enclaves fortificados, além de conferir *status* ao seu proprietário, são responsáveis por transferir valor aos lotes urbanos, em Caetité, muitos deles têm valores que

ultrapassam a quantia de R\$ 100.000,00 por lotes (tamanho 10x30), conforme a entrevista com corretor sócio Roberto Oliveira de Matos⁶ da Sindic Corretora de Imóveis.

Os valores em média dos lotes nos loteamentos (São Vicente, Village Santa Rita) giram em torno de R\$ 100.000, 00 para lotes de tamanho 10x30. Na parte mais alta do loteamento Village Santa Rita temos lotes para venda com valores de 120.000,00 para lotes de tamanho 12x30. É um ótimo investimento futuro para quem compra. (Informação verbal)

Assim, em Caetité, os espaços exclusivos onde estão os enclaves fortificados definem o valor do solo urbano caetiteense e empurra para fora dos seus limites, todos os indesejáveis que não possuem condições para compra e construção.

O processo de produção dos espaços exclusivos e valorização do espaço urbano em Caetité se deram com a implantação de loteamentos no início dos anos 1980. Isto quando a cidade passa a compor uma das Regiões Administrativas do Estado da Bahia, e são instalados órgãos estaduais, entre os quais destaca-se: Diretoria Regional de Educação (Direc 24); Diretoria Regional de Saúde (Dires 24); Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA); Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos (CERB); Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetité (FFCLC), atual Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e a possibilidade de extração do minério de urânio com a implantação da INB, entre outros.

Como se pode observar na década de 1980, foram implantados 07 loteamentos, conforme a Tabela 01, elaborada com base nos dados da Secretária de Infraestrutura Municipal. Nem todas as áreas loteadas foram comercializadas e ocupadas, a grande maioria dos lotes foi adquirida para especulação imobiliária, uma vez que, os proprietários retêm vários desses lotes para quando essas áreas estiverem ocupadas e estruturadas serem valorizados.

⁶ Entrevista concedida por Roberto Oliveira de Matos [ago. 2018]. Entrevistador Roberval Soares Santos (2018). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta dissertação.

Tabela 01 - Loteamentos implantados em Caetité de 1980 - 1989

Nome dos loteamentos	Mês/Ano	Área (m²)
São Vicente I	Ago/1983	205.795,00 m ²
São João	Out/1983	30.370,00 m ²
São José	Out/1983	-
Santo Antônio	Out/1985	-
Chácara	Abr/1988	33.620,00 m ²
Nossa Senhora da Paz	Mai/1988	-
São Vicente II	1988	143.010,00 m ²

Fonte: Secretária de Infraestrutura de Caetité (2018).

A expansão do espaço urbano de Caetité ocorre com a demanda da casa própria, principalmente, destinada a grande parcela de baixa renda e pela abertura de loteamentos realizada pelos os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado. Assim, o parcelamento do solo urbano é feito levando-se em consideração os interesses econômicos dos proprietários do terreno, de empresas imobiliárias e construtoras e, também, os interesses do poder público municipal.

Nessa perspectiva, nos anos de 1990-1999, a incorporação de terras na cidade de Caetité deu-se de forma menos intensa como se observa na tabela 02, foram implantados apenas 03 loteamentos, conforme dados da Secretaria de Infraestrutura do município. Deve-se destacar que os loteamentos Santa Rita, Chácara do São Vicente são destinados à população com maior poder aquisitivo que começava a deixar a área central da cidade. Não foi possível identificar por meio da análise, o motivo da pouca expansão urbana nos anos de 1990 a 1999, na cidade de Caetité.

Tabela 02 - Loteamentos implantados em Caetité de 1990 - 1999

Nome dos loteamentos	Mês/Ano	Área (m²)
Santa Rita	Set/1991	19.712,95 m ²
Alto Boa Vista	Dez/1992	24.324,50 m ²
Chácara São Vicente	Ago/1997	16.790,00 m ²

Fonte: Secretária de Infraestrutura de Caetité (2018).

No início do século XXI a cidade de Caetité apresenta forte crescimento econômico e associado a esse crescimento um forte adensamento populacional, no entanto, esse crescimento vem acompanhado de problemas gerados pelo processo de apropriação do espaço urbano pelo capital, gerando assim descompassos socioeconômicos. Segundo dados do Censo - IBGE 2010, o município de Caetité, possui 47.515 habitantes tendo o crescimento da população entre os anos de 2000-2010 de 0,53%. Ainda seguindo essa fonte de dados, verifica-se que sua taxa de urbanização em 2010 foi de 59,89%, conforme a Tabela 03.

Tabela 03 – Crescimento Populacional de Caetité 1997- 2010

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE			TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
	TOTAL	URBANA	RURAL	
1970	40.200	8.731	31.469	21,72
1980	45.319	11.287	34.032	24,91
1991	40.241	16.858	23.602	41,67
2000	45.241	23.478	21.754	51,90
2010	47.515	28.456	19.068	59,89

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

A Tabela 03 é o demonstrativo da população de Caetité nos anos de 1970 a 2010, percebe-se ainda que é somente no senso de 2000, que a população urbana supera a população rural, conforme dados do IBGE (2010). Deve-se pontuar a mudança do perfil da população para o urbano e o considerável aumento na taxa de urbanização saltando de 51,90% em 2000 para 59,89% em 2010.

Caetité, sobretudo a partir do ano de 2005, passou por um processo de expansão urbana e efervescência do mercado imobiliário, resultando em uma rápida e induzida ocupação do setor Sul, Sudeste da sede do município, em direção às encostas das nascentes dos Rios Bonito e Jatobá. Essa expansão é materializada, sobretudo, em forma de loteamentos, como investimento imobiliário bastante rentável, em especial para as camadas de médio e alto poder aquisitivo.

Essa efervescência do mercado imobiliário esteve acompanhada de um aumento na implantação dos loteamentos, como destaca a Tabela 04. Muitos desses empreendimentos vinculados ao programa de financeirização da habitação Minha Casa, Minha Vida (MCMV) destinados as famílias que se enquadram no faixa 1,5 e faixa 2 devidos pela Caixa Econômica Federal. Para a agência Caixa Econômica Federal a faixa 1,5 compreende as famílias com renda até R\$ 2.600,00 e inclui imóveis de até R\$ 135.000,00. A faixa 2 contempla famílias com renda bruta de até R\$ 4.000,00 e pode dar subsídios de até R\$ 27.500,00 e juros de 5,5% a 7%, inclui imóveis de até R\$ 225.000,00. Deve-se salientar que com esse programa houve um fortalecimento dos incorporadores e proprietários imobiliários.

Tabela 04 - Loteamentos implantados em Caetité de 2000 - 2012

Nome dos loteamentos	Mês/Ano	Área (m²)
Rancho Alegre Village	Mai/2001	560.227,45 m ²
São Vicente III	Set/ 2009	72.143,10 m ²
Bosque do Jacarací	Set/2006	-
Nova Caetité	Set/2011	88.599,03 m ²
Bosque Santa Rita	Mar/2011	18.664,42 m ²
Recanto Flor da Índia	Mar/2012	16.763,00 m ²
Village Santa Rita	Mar/2012	-
Bela Vista	Abr/2012	83.435,15 m ²
Morada Imperial	Nov/2015	153.000,00m ²

Fonte: Secretária de Infraestrutura de Caetité (2018).

No processo de expansão para o setor Sul e Sudeste da cidade analisada, criam-se atrativos para justificar a escolha de investimento pelos sujeitos. Esses atrativos construídos em sua maioria pelo Estado se revelam em forma de grandes ruas pavimentadas, avenidas arborizadas, áreas de esporte e lazer, sistema de segurança, espaços livres ajardinados como parques, entre outros. Há a seletividade de compradores/moradores, com base no poder aquisitivo, contribuindo para a produção de um espaço diferenciado do ponto de vista urbanístico: edificações amplas e projetos arquitetônicos arrojados.

Esse eixo de crescimento urbano, que se consolida pela presença de fortes e mansões, murados ou não, e pela paisagem marcante de um “ambiente esteticamente agradável e tranquila”, contrasta com a periferia pobre que se espalha principalmente pelo eixo Norte da cidade, culminando, ao mesmo tempo, no crescimento dos bairros populares. É nesse contexto que os espaços exclusivos se desenvolvem e se estabelecem como espaços destinados a classe média e alta.

Quando reunidos à propriedade privada, localização e outros elementos fazem com que os espaços exclusivos em Caetité, imprimam uma valorização diferenciada de seus terrenos, com relação aos outros espaços da cidade. Essa postura é ainda mais reforçada pela cobrança dos incorporadores imobiliários, que exigem das novas construções o compromisso de manter o padrão estabelecido pela localização.

Nessa perspectiva, o preço do solo urbano e dos imóveis na cidade, sempre será determinado por certos atributos resultantes da necessidade de morar ou fixar residência. Mas, também, entram nessa conta atributos mais subjetivos, próprios da natureza do modo de produção capitalista. Dessa forma, o espaço é considerado uma mercadoria, já que possui condições específicas quanto à produção, à apropriação e ao consumo.

A Tabela 05 compara o preço do solo por m² nos diferentes setores da cidade em 2018. Evidencia-se os preços mais elevados na zona Sul, Sudeste, Sudoeste e,

consequentemente, onde estão os espaços para exclusividade por se constituírem em produtos imobiliários que agregam satisfação, segurança e/ou trabalho realizado.

Tabela 05 – Caetité-BA - Preço do solo por m² na área urbana, em reais (R\$)

SETOR NORTE			
BAIRROS	VALOR	METROS	M²
Nossa Senhora da Paz	R\$ 20.000,00	8X20	R\$ 125,00
Loteamento Nova Caetité	R\$ 30.000,00	10X30	R\$ 100,00
Santo Antonio	R\$ 40.000,00	10X25	R\$ 160,33
Ovídio Teixeira	R\$ 40.000,00	10X25	R\$ 160,33
SETOR LESTE			
Prisco Viana	R\$ 18.000,00	8X20	112,50
SETOR SUL			
Loteamento Bosque do Jacaraci	R\$ 50.000,00	10X25	R\$ 200, 77
Loteamento Morada Imperial	R\$ 50.000,00	10X25	R\$ 200, 77
Loteamento São Vicente II	R\$ 80.000,00	10X30	R\$ 266,66
SETOR SUDESTE			
Loteamento Village Santa Rita	R\$ 100.000,00	10X30	R\$ 333,33

Fonte: Secretaria de Infraestrutura de Caetité(2018); Sindic Corretora de Imóveis (2018); Imobiliária Caetité (2018)

O setor Sul, Sudeste concentram-se, além dos terrenos mais caros da cidade, os imóveis que mais se valorizam. O loteamento Village Santa Rita o metro quadrado do solo chega a custar R\$ 300,00 e uma casa pode atingir 1 milhão de reais. Na avenida Capitão João Fraga (ver Fotografia 03) uma mansão em andamento custa mais de 1 milhão e meio de reais. Exemplos que demonstram a forte especulação e a supervalorização a que foi submetida esta zona ao longo dos últimos 10 anos. Ressalta-se que, nos preços dos imóveis tem grande importância à qualidade do material empregado na construção, e não somente a localização.

Fotografia 09 - Caetité –Rua Capitão João Fraga – Loteamento Village Santa Rita, **Enclaves fortificados**, 2018.



Autor: Santos (2019)

O valor de troca é atribuído pelo monopólio da propriedade privada do solo urbano, que impõe um preço a uma parcela da população que é destituída dessa propriedade. Por isso que Lefebvre (2008, p. 140) afirmou que “[...] hoje, o espaço inteiro entra na produção como produto através da compra, da venda, da troca de parcelas do espaço”. A demanda capitalista pelo uso do solo é um elemento primordial para o processo de definição e diferenciação do preço desta mercadoria.

O espaço se assemelha a uma grande força produtiva da qual o capital se apodera para tecer as condições gerais de produção, ou seja, o espaço se coloca como integrante das relações de dominação da classe trabalhadora. Assim, cada vez mais, o solo urbano assume características de uma mercadoria, o que favorece a produção e a apropriação da *mais-valia* por parte de grupos seletos, detentores de uma fração considerável dos meios de produção.

Observa-se à vista disso, que parte das mudanças no espaço urbano caetiteense, que a princípio deveriam ocorrer em virtude da insegurança urbana, escondem a verdadeira razão da construção dos espaços exclusivos que é a reprodução do capital e a manutenção das desigualdades socioespaciais.

5.2 Os espaços exclusivos em Caetité: homogeneização e fragmentação espacial.

A cidade de Caetité é tomada nesta seção, no contexto em que se inserem os espaços exclusivos. Neste caso, a acepção de “espaços exclusivos” refere-se a bairros e loteamentos onde estão inseridos os tipos de residências verticais e horizontais murados, encravados na melhor posição no espaço urbano caetiteense, que tem como lógica expressar a condição socioeconômica de seu proprietário. Esses empreendimentos têm como propósito construir barreiras e separar os indesejáveis.

Como em outras cidades o espaço urbano através da morfologia social demonstra a posição social dos sujeitos que usam o espaço na cidade. Em Caetité, essa morfologia social consegue ser mais violenta, separando de um lado a classe trabalhadora e de outro as que detêm posse e as que ideologicamente acreditam que o detêm.

Diversas pesquisas nos últimos anos tem relacionado à morfologia social e o crescimento de empreendimentos imobiliários fechados, “os condomínios”. Estes, por sua vez, são utilizados como forma de segregação das classes. Sposito e Góes (2013) analisam a construção de espaços fechados nas cidades de Marília, Presidente Prudente e São Carlos do estado de São Paulo, que de forma acentuada transformou-se em uma tendência na produção do espaço urbano em médias e grandes cidades. As autoras estudam o crescimento, principalmente, dos condomínios fechados motivados pelo discurso da insegurança e como esse fenômeno tem modificado as práticas socioespaciais das cidades.

Em Caetité não se observa o surgimento de empreendimentos fechados por muros físicos como os condomínios, mas em contrapartida observa-se o crescente feito de produção de espaços que tendem para um segmento social, os “espaços exclusivos”. Nesses espaços não existem muros, guaritas ou regras de acesso, como definidos nos espaços fechados “condomínios”, as limitações de acesso são mais severas, os muros são simbólicos e os obstáculos são socioeconômicos.

O acesso aos espaços exclusivos aqui estudados acaba sendo definido pelo poder de compra do terreno e pela capacidade econômica em construir enclaves fortificados nas áreas tranquilas e nobres. Destarte, os espaços fortificados remete-se a imagem da fortaleza como na medievalização ou da feudalização, apresentam um caráter de proteção individual. Essas fortalezas na cidade de Caetité são símbolo de isolamento e da securitização dos bairros ricos que levantam “muralhas” e utilizam de uma parafernália tecnológica de segurança para se protegerem dos pobres ou dos indivíduos desiguais. Para Capron (2006, apud SPOSITO; GÓES 2013, p. 67)

Se as muralhas servem para proteger os habitantes das fortalezas contra os “bárbaros” e ladrões de todos os tipos, a analogia acaba aí, e não se pode ignorar que tanto as relações sociais como a natureza da insegurança mudaram fortemente de conteúdo e de modalidades de expressão. Os historiadores mostraram que a cidade medieval era socialmente heterogênea, orgânica, integrada, sem separação entre ricos e pobres, entre os bairros residenciais e os setores do trabalho. Na cidade moderna, a rigidez inequívoca das barreiras sociais é o que permite a coexistência de indivíduos desiguais.

Assim, na essência, se os muros medievais demarcavam a unidade espacial da cidade, continente de diferenças, os que circundam nos espaços residenciais para exclusividade têm como razão precípua separar os desiguais, reforçando e mudando o valor das diferenças, atualmente expressadas sob a forma de novos modos de separação social (SPOSITO; GÓES, 2013).

Na cidade de Caetité, a separação social pode ser observada pelo processo de ocupação dos espaços exclusivos, e um dos fatores que se destaca é a tendência à localização mais periférica do que central, conforme Mapa 01. Isto se explica do ponto de vista dos proprietários fundiários e incorporadores, pois esse tipo de investimento exige terras de tamanho médio ou grande em relação aos terrenos urbanos na cidade, devem estar disponíveis e de preferência não edificadas para que o lucro e a taxa de renda diferencial sejam mais altas.

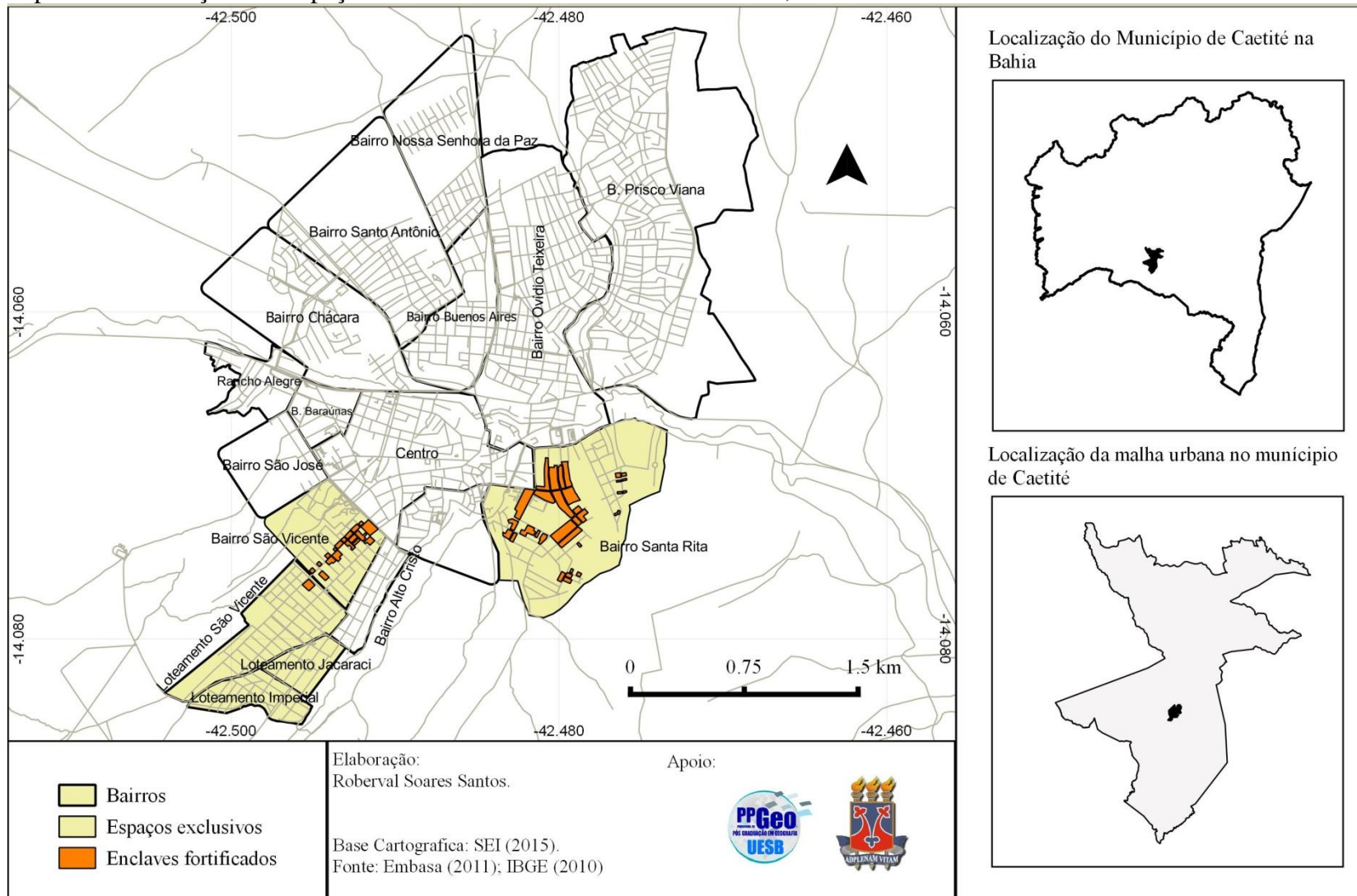
Para Sposito e Góes (2013, p. 71) investimentos desse tipo “[...] tendem a se localizar mais distantes das áreas centrais e/ou consolidadas do ponto de vista da ocupação e da dotação de meios de consumo coletivo (infraestruturas, equipamentos e serviços urbanos)”.

Em Caetité, isso se justifica pela fala de um incorporador de imóveis, Paulo Figueiredo de Souza⁷, quando perguntado o que mais leva em consideração, quando oferece um projeto de obras? E porque não é uma tendência dos corretores oferecerem imóveis na planta para o setor norte da cidade?

Acho que o local e a infraestrutura. No Village Santa Rita, por exemplo, a prefeitura já asfaltou parte do loteamento e está com uma obra grande de calçamento. **Pergunta:** Percebi que o lado norte da cidade você não tem projetos ou obras, porque não oferece projetos para o lado norte da cidade? **Souza:** Sinceramente não ofereço e outras imobiliárias também não devido à má fama, o loteamento Nova Caetité ninguém tem muito interesse porque está próximo às casinhas, ainda há um preconceito pelo local.

⁷ Entrevista concedida por Paulo Figueiredo de Souza [ago. 2018]. Entrevistador Roberval Soares Santos (2018). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta dissertação.

Mapa 04- Localização dos Espaços Exclusivos na cidade de Caetité - BA, 2018.



Fonte: SEI (2015); Embasa (2011); IBGE (2010).
 Elaboração: Santos (2018)

As dinâmicas orientadas por interesses de proprietário e incorporadores, expressam as lógicas de produção capitalista da cidade, a expansão territorial urbana de Caetité, bem como, a localização dos espaços exclusivos tem suas especificidades. Assim, um caminho para melhor observar as nuances do tecido urbano caetiteense, seria elaborar uma abordagem de como essa se formou.

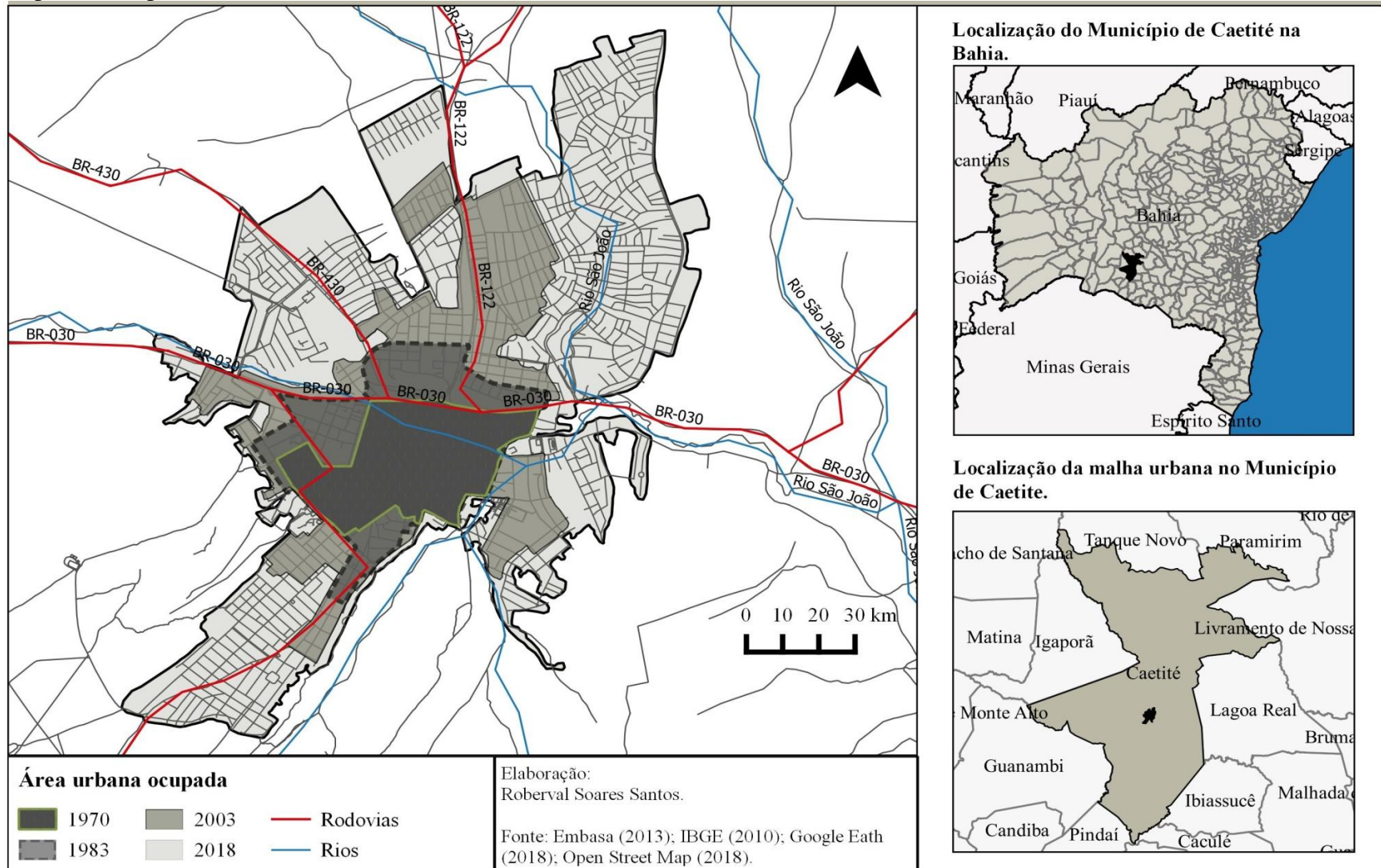
Afirma Mendes (1996) que, com a implantação de loteamentos ou ocupação do espaço urbano de Caetité, acompanharam o sistema de vias Avenida Santana, Avenida Barão de Caetité e Avenida 2 de Julho.

Em toda a região Norte, que envolve especialmente os bairros Nossa Senhora da Paz, Ovídio Teixeira, Buenos Aires, Santo Antônio, os processos de parcelamento do solo aconteciam isoladamente, sem a regulação do poder público. O entorno Ovídio Teixeira, Buenos Aires, se estabeleceu pelo conflito de ocupação da Fazenda do senhor Pedro Cruz, como já mencionada neste trabalho, isso significou a possibilidade de acesso à terra por uma parcela da população que se deslocava do meio rural em busca de melhorias na cidade, boa parte dessa população passaram a atuar com a mais diversa forma de trabalho na cidade.

No Mapa 02, o leitor tem uma síntese das tendências do crescimento urbano caetiteense a partir dos anos 1970. Trata-se de uma dinâmica conformada pelas condições do relevo, pois o sítio urbano é orientado pelas restrições impostas, que dão formas de escarpas contornando o espaço onde se assenta a cidade. Nesta discussão, aponta-se para uma abordagem sobre o espaço referenciado, mediante uma ampla reflexão de sua história, sua dinâmica, além da análise do crescimento e o desenvolvimento da cidade sob a égide dos interesses capitalistas.

Vê-se assim, que a partir do ano de 1983 até 2003 o crescimento urbano da cidade de Caetité, avançou em todas as direções vencendo até mesmo os limites topográficos, mas é notório tomando como ponto de referência a rodovia BR - 030, o espaço urbano de Caetité, seguiu em direção ao Norte, Nordeste escalando a chamada Ladeira do Cemitério, para as áreas da BR- 112, onde localizam-se a Cerb e a antiga Escola Agrícola, intensificando a ocupação dos então bairros: Ovídio Teixeira, Buenos Aires e Nossa Senhora da Paz, desenvolvendo um núcleo residencial de pessoas, na sua maioria humildes, o que fez com que essa região ficasse conhecida como a “Caetité Pobre” (MENDES, 1996).

Mapa 05 - Expansão territorial urbana de Caetité - BA, 1970 a 2018.



Fonte: SEI (2015); Embasa (2011); IBGE (2010).
Elaboração: Santos (2018).

A implantação no entorno Ovídio Teixeira, Buenos Aires, Santo Antonio, do conjunto habitacional popular Nossa Senhora da Paz, em 1989, consolidou o processo de desigualdade socioespacial em Caetité, uma vez que delimitou duas áreas antagônicas, mas complementares, no espaço urbano. De um lado, os eixos Sul-Sudeste ocupado pelas elites, que recebia os melhoramentos públicos necessários à salubridade, higiene e embelezamento da “cidade moderna”. Do outro, os bairros do eixo Norte, ocupados pelas classes trabalhadoras, onde os investimentos públicos não chegavam e para onde são direcionados os equipamentos e/ou serviços públicos e privados, tidos como indesejáveis para as classes mais abastadas.

Percebe-se que desde a implantação do Cemitério Municipal de Caetité, em 1891 na localidade de expressão popular chamada de “Ladeira da Saudade” no bairro Buenos Aires, a implantação recente da Delegacia de Polícia Civil nos limites do bairro Ovídio Teixeira, essa encontrava-se no centro da cidade, que medidas de afastamento são implantadas na cidade. Esses e outros equipamentos implantados no entorno Ovídio Teixeira, Buenos Aires, Santo Antonio, Nossa Senhora da Paz, Prisco Viana se contrastam com os artefatos e a infraestrutura do setor Sul-Sudeste, como demonstra as Fotografias 10 e 11.

Fotografia 10 - Caetité , Rua doze de outubro - Bairro Santa Rita, Praça da Ciência, Eixo Sudeste, 2018.



Autor: Santos (2018)

Fotografia 11 - Caetité , Parque Paulo Jakson - Bairro Ovídio Teixeira, Eixo Norte, 2018.



Autor: Santos (2018)

Dessa forma, a não implantação e/ou remoção de vários equipamentos urbanos para o entorno Ovídio Teixeira, Buenos Aires, Santo Antonio, Nossa Senhora da Paz, tidos como “indesejáveis” pela elite, representa a contribuição direta do poder público ao processo de segregação socioespacial que se delineava.

O desejo da modernização é caracterizado pelo controle, pela ordem e pela estética, expresso nos planos do poder público, ligado ao interesse, em especial das elites, na ruptura do ambiente citadino e na apartação da pobreza. Se, por um lado, as localidades ao Norte, foram se consolidando como típicos bairros da classe trabalhadora pobre, diante do processo de expansão urbana que começara a ocorrer; por outro, as terras do eixo Sul-Sudeste foram, paulatinamente, concentrando as classes mais abastadas.

Como já pontuado, em 2005, intensificaram-se as construções na cidade, motivadas, principalmente, pela implantação e investimentos de novas empresas destacadas na Tabela 06. O que provocou mudanças no quadro urbano e, por seu turno, nos instrumentos de atuação urbana e na organização interna da cidade.

Tabela 06 - As novas corporações implantadas em Caetité - Bahia de 1995-2012

Empresa	Ano	Nº de trabalhadores	Investimento
INB	1995	500	R\$ 41 milhões
BAMIN	2010	8000	US\$ 2,5 bilhões
FIOL	2010	18000	R\$ 7,43 bilhões
Renova Energia	2011	1300	R\$ 1,2 bilhões

Fonte: Santos (2018)

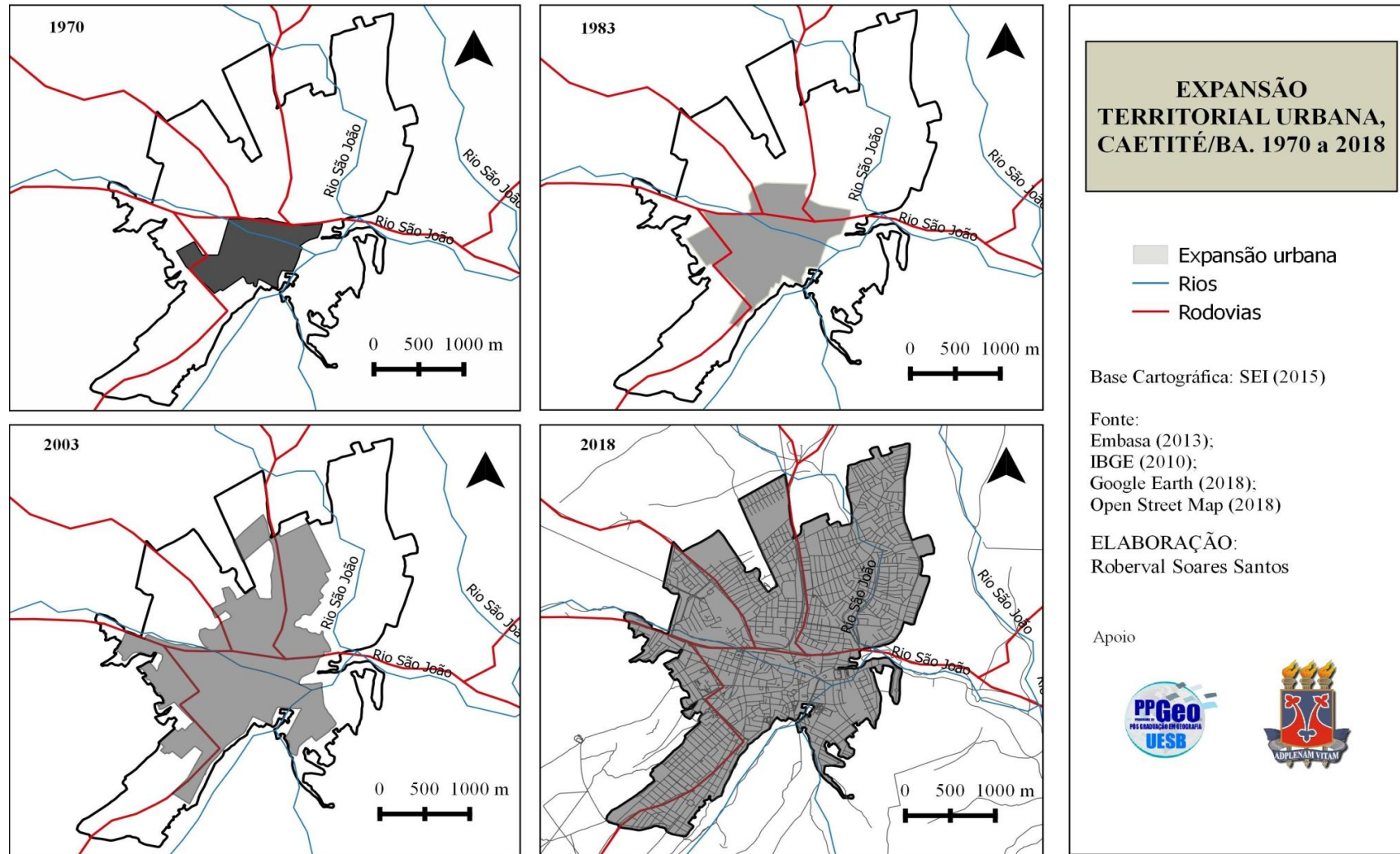
Nota: Informações coletadas na pesquisa de campo (2018)

Dessa forma, a Indústria Nuclear do Brasil (INB) é implantada no município no final do século XX, atuando na extração de minério de urânio. Segundo informações da empresa, foram investidos 41 milhões de reais e em 2012 emprega 500 trabalhadores. No início do século XXI, estão sendo implantadas empresas no município de Caetité e região. Em Caetité destaca-se a Bahia Mineração (BAMIN), que atua na extração de minério de ferro. Segundo informações da empresa, estão sendo investidos 2,5 bilhões de dólares, empregando 8.000 trabalhadores. Outra empresa a ser instalada é a Renova Energia atua na produção de energia eólica, mantendo escritórios nas cidades de Caetité e Guanambi. Segundo dados da empresa, os investimentos são de 1,2 bilhões de reais, com 1.300 vagas de empregos diretos. Deve-se destacar também o projeto de obras que já está em execução da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), que passa pelo município de Caetité, que contará com estação para o transporte de minério de ferro e urânio. É importante salientar a existência de um número significativo de empresas terceirizadas prestando serviços para estas grandes corporações.

Assim, expandindo por meio do núcleo urbano, especificamente através da Avenida Dom Manoel Raimundo, Av. Contorno e da Praça (Parque das Arvores) a ocupação foi se direcionando para o Sul e mais tarde para o Sudeste da sede, atraindo a elite local e parte dos trabalhadores especializados dos empreendimentos aqui destacados, essa expansão pode ser verificada através do Mapa 03.

No Mapa 03, é possível fazer uma observação da evolução da expansão urbana acompanhando a sequência dos quatro mapas. A partir da década de 1980 inicia-se o aumento territorial da cidade ao Norte e Nordeste, criando-se bairros de forma diferenciada, seguindo uma estrutura de uma cidade ora fragmentada, em que aparecem espaços vazios, ora com grandes adensamentos de acordo como os interesses de ocupação capitalista.

Mapa 06: Expansão territorial urbana Caetité - Ba, 1970 a 2018.



Fonte: SEI (2015); Embasa (2011); IBGE (2010).
Elaboração: Santos (2018)

A Sul e Sudoeste pode-se verificar fragmentos do solo por ora sem residência. Mesmo sem residências os fragmentos recortes desempenham papel importante para especulação imobiliária. Nessas duas áreas o que aconteceu foi um processo de evolução de forma desigual das demais áreas de Caetité, com processo de expansão urbana mais acelerado, com baixa e média ocupação criando áreas com vazios não parcelados, vazios e não ocupados, onde apresenta espaços fragmentados na malha urbana. Isso aconteceu devido a alto valor agregado ao terreno, o que dificulta o acesso ao bem, ver as fotografias (12 e 13).

Fotografia 12 – Caetité - Vista aérea do Loteamento São Vicente II, Eixo Sul, 2018.



Autor: Cláudio Amaral (2018)

Fotografia 13 - Caetité – Vista aérea do Loteamento Vilage Santa Rita, Eixo Sudeste 2018.



Autor: Cláudio Amaral (2018)

Algumas constatações, ainda que insuficientes para explicar o processo de ocupação do solo urbano caetiteense, podem auxiliar na compreensão da consolidação do setor Sudeste-Sudoeste como área de maior interesse imobiliário: infraestrutura como água, energia e pavimentação das ruas, pois é área prioritária dos investimentos públicos.

Para o então secretário de infraestrutura, Rodrigo Gondim, o município tem as melhores condições de infraestrutura na parte Sul-Sudeste e, por isso, a expansão urbana está se dando naquele sentido. “Além disso, é um local mais alto, com clima mais ameno e, pela valorização imobiliária, tem tendência a se elitizar, virou um sonho de consumo”.

A fala do representante do poder público municipal não evidencia a problemática que condiciona um intenso processo de segregação que a morfologia urbana caetiteense demonstra, como se o ato de morar fosse uma mera opção e não uma das necessidades básicas de todos (RODRIGUES, 1988).

Dessa forma, a escolha de morar no eixo Sul-Sudeste não pode ser justificada simplesmente pelas características naturais do local, pela altitude elevada no contexto do sítio urbano. É necessário considerar que o eixo Sul-Sudeste, com todas as suas características naturais e infraestruturais, é uma *construção histórica*. Tornando-se um “sonho”, poucos conseguem a sua realização, porque depende da condição de pagar de cada indivíduo.

O setor sul, sudoeste acentuou a maior concentração dos investimentos de grandes grupos imobiliários, que passaram a lançar números cada vez maiores de projetos voltados ao consumidor de média e alta renda. Percebe-se que junto a esses projetos, desenvolveram estratégias para aumentar o potencial de valorização dos espaços, como a criação de parques, áreas verdes, áreas tranquilas e nobres.

Na lógica capitalista da propriedade privada da terra, da cidade, os equipamentos públicos e privados se inserem no espaço urbano relacionados a estilos arquitetônicos diferenciados e diversificados. São implantados de acordo com os interesses públicos e privados, segundo suas estratégias de ação que, muitas vezes, se conjugam com o objetivo de aumentar rendas, lucros e juros e influenciar um mercado possível a aquisição de padrões de vida e seletividade, como pode-se constatar em Caetité-BA.

5.3 A produção dos espaços exclusivos e as práticas socioespaciais em Caetité

Como já debateu-se os espaços exclusivos em Caetité se caracterizam, como espaços tranquilos e nobres, construídos para um segmento que busca segurança e tranquilidade. Em diversas cidades, principalmente nos bairros mais antigos, é possível perceber uma

homogeneidade entre as formas urbanas, (mansões, casas pequenas) essas se misturam em um mesmo loteamento, bairro, em um mesmo espaço.

Em Caetité as forma urbanas são rigidamente heterogêneas, não se misturam, e os espaços que classificamos como espaços exclusivos, se localizam em um eixo específico da cidade. É possível notar, ao percorrer a cidade de Norte – Sul uma violenta separação. Nessa perspectiva, a Rodovia Federal BR – 030, que corta a cidade, serve como principal marco para demonstrar, em que posição social os sujeitos que apropriam do espaço estão.

A morfologia urbana demonstra a forma violenta, como o espaço urbano caetiteense separa os sujeitos: de um lado a classe trabalhadora (ao Norte); e do outro a classe hegemônica (ao Sul, Sudeste), destacam-se também nos eixos Sul e Sudeste segmentos da classe média que se identifica com a classe que detém os meios de produção.

Os espaços exclusivos são responsáveis também, por produzir uma nova prática socioespacial entre aqueles que, apropriam o espaço na cidade analisada. Deve-se fazer algumas ressalvas, as práticas socioespaciais dos espaços exclusivos caetiteense, se diferenciam de práticas estabelecidas pelos espaços exclusivos fechados (condomínios fechados). Sposito e Góes (2013) destacam como práticas espaciais, as medidas de controle adotadas pela maioria dos espaços fechados (condomínios) nas cidades do interior paulista (Presidente Prudente, São Carlos, Marília), que caracterizam-se como: (portarias, câmeras, cancelas), entradas separadas para residentes e não residentes, entre outras regras, voltadas principalmente para os trabalhadores pobres que, adentram cotidianamente esses espaços.

Em Caetité os conteúdos se direcionam para outra forma, a configuração espacial se desenvolve em uma busca constante de separar-se do outro que não é igual, que não se identifica enquanto classe, parte daí: “o papel desempenhado pela poderosa representação dos pobres perigosos”. É nessa perspectiva que ao enfatizar o contexto brasileiro e as relações entre mudança política e forma a urbana, Caldeira (2000), atribui a importância ao processo de democratização que, longe de aproximar as diferentes classes sociais, acabou por estimular a busca de novos mecanismos de distinção. Dessa forma, surge à violência urbana como um “bode expiatório”, ou um pretexto para a opção por residir em espaços residências exclusivos, por exemplo. Para essa antropóloga, a gênese desse processo estaria na década de 1980, durante a qual, inclusive foi promulgada a nova constituição.

À vista disto, para abordar a problemática da pesquisa a partir da análise do cotidiano, tomou-se como referência o foco analítico das práticas espaciais. O instrumento metodológico que adotou-se foi a realização de entrevistas. Tal perspectiva não tem como objetivo de levantamento “censitário” de informações, ou seja, de atingir amostra estatística significativa.

Tem-se como referência principal, o universo dos moradores nos espaços exclusivos em Caetité nos eixos Sul, Sudeste.

O que interessa destacar e que se tomou para a análise a fala dos moradores: seus depoimentos sobre as experiências que vivem, as razões que apresentam para justificar a escolha por esse tipo de espaço (bairro, loteamento), o modo como avaliam essa experiência e essa opção, dos discursos que elaboram a respeito de suas próprias práticas espaciais e as de outros moradores desses espaços. Dedicou-se atenção para os trajetos diários, os percursos realizados, as escolhas espaciais que efetuam, os espaços públicos que frequentam, ou não, ao deixar para trás os espaços e os muros que representam proteção, uma vez que não nos interessa apenas compreender as práticas espaciais entre bairros e loteamentos, mas avaliar também como os moradores dos espaços exclusivos se relacionam com a cidade

Nessa parte da seção encontraram-se muitos indícios que, confirmam o distanciamento cada vez mais radical entre os cidadãos, expresso de maneiras variadas, cuja afinidade mais evidente parece ser a ausência de *características comuns* que, sejam percebidas pelos moradores de espaços residenciais exclusivos que foram entrevistados, entre si em relação aos outros, de fora dos espaços. Isso pode ser constatado, embora na aparência, tão valorizada na sociedade contemporânea, todos estejam cada vez mais iguais, vestindo jeans, bebendo coca-cola, portando telefones celulares, colocando grades nas janelas, ou seja, há uma relação dinâmica e contraditória entre homogeneidade e diferenciação, que se inscreve nos diferentes espaços da cidade de Caetité.

Dessa forma, para entender como se desenvolve as práticas socioespaciais indagou-se em primeiro momento, sobre as razões que os levaram a optar por aquele bairro ou loteamento, as respostas que seguem foram recorrentes, ou seja, a segurança e tranquilidade foram mencionadas pela quase totalidade dos entrevistados, conforme demonstram os seguintes exemplos:

Pela segurança e tranquilidade [Xisto, 32 anos, Funcionário Público, Loteamento Vilage Santa Rita]

Um primeiro aspecto, o nível de segurança, e um segundo aspecto, a liberdade maior, e também é um investimento financeiro. [Raimunda, 30 anos, Professora, Loteamento Vilage Santa Rita]

A questão de segurança hoje, eu acho que é primordial até, a gente fica mais tranquila por aqui. [Alan, 46 anos, Funcionário Público, Loteamento São Vicente]

Local seguro e tranquilo. Esse fator foi fundamental na escolha. [Melo, 38 anos, advogado, Loteamento São Vicente Tranquilidade, Segurança e porque havia uma perspectiva de crescimento e desenvolvimento do bairro. [Romeu, 42 anos, Policial Militar, Loteamento Bosque do Jacaraci]

Ambas, tranquilidade e segurança e pela grande perspectiva de investimento econômico. [Julieta, 33 anos, Professora, Loteamento Bosque do Jacaraci]

Quando atenta-se para a referência, à problemática e a “ameaçadora mudanças de valores” que, nortearam as explicações fornecidas pelos entrevistados para o crescimento da insegurança em Caetité, as mudanças identificadas por Bauman (2009) sua característica sobre “confiança e medo na cidade”, e a constatação de Souza Santos (2002), sobre a “crise do contrato social” atualmente vivenciadas, precisam ser levadas em consideração para analisar a dimensão dessa “incerteza endêmica”. Quando se questionou sobre a que você atribui o aumento da insegurança nas cidades?

Eu acho que o principal fator para insegurança nas cidades é a violência. Acho que a falta de oportunidade do ser humano, a falta de emprego, a falta de dinheiro não é que [...], o que gira o mundo é o dinheiro. Sem dinheiro o ser humano não tem como estudar, não tem um emprego, não tem como trabalhar, então ele parte para violência. Nunca passei por alguma situação de violência, já a insegurança, é um sentimento que faz parte do nosso ser, devido à notícias sobre violência presentes no nosso cotidiano. [Julieta, 33 anos, Professora, Loteamento Bosque do Jacaraci]

É importante destacar como a representação de insegurança é demonstrada a partir do cotidiano dos sujeitos, a maioria dos entrevistados alegou que a insegurança é um sentimento presente no cotidiano e está diretamente ligada as notícias de violência presentes em nosso dia a dia, como reforça a entrevistada: “já a insegurança, é um sentimento que faz parte do nosso ser, devido às notícias sobre violência presentes no nosso cotidiano”. [Julieta, 33 anos, Professora, Loteamento Bosque do Jacaraci]

Essa postura é apontada por Caldeira (2000), quando faz referência a “fala do crime”. A autora destaca as narrativas cotidianas, comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas que, têm o crime como tema que contrapõem-se ao medo e à experiência de ser uma vítima do crime e, ao mesmo tempo, fazem o medo proliferar. Para Caldeira (2000, p. 09 - 10)

A fala do crime promove uma reorganização simbólica de um universo que foi perturbado tanto pelo crescimento do crime quanto por uma série de processo que vem afetando profundamente a sociedade brasileira nas últimas décadas. [...] A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais.

Como já foi destacado, os índices criminais em Caetité não são tão alarmantes, a cidade não pontua com indicadores de crimes violentos, como demonstra o Mapa da violência

2017. Dessa forma, a violência urbana classificada a partir das ocorrências criminais não seria indicativo para que sujeitos busquem novos espaços seguros na cidade analisada.

Dessa forma, não encontrando elementos que partissem dos índices criminais, como motivador para escolha dos espaços exclusivos em Caetité. A pesquisa dirigiu-se para um segundo momento quando se questionou aos entrevistados sobre: a decisão de morar no loteamento ou bairro relacionado à *identidade cultural*, as repostas mais expressivas foram:

Em relação a identidade cultural e social de alguns vizinhos tem muito haver com o nossa Os vizinhos os poucos que temos amizades, são pessoas trabalhadores e responsáveis. [Julieta, 33 anos, Professora, Loteamento Bosque do Jacaraci]

Também, mas não foi um fator predominante. [Melo, 38 anos, advogado, Loteamento São Vicente]

Eu acho isso subjetivo, quando você procura um imóvel, você já procura no seu nível, em que você se sente bem. Aqui em Caetité, hoje, um dos melhores investimentos é no Loteamento Vilage Santa Rita. Estamos próximos do centro da cidade. No Loteamento tem delegado, engenheiros, bancários, oficial de justiça, policiais, quando a gente vem em um loteamento para comprar, você analisa isso tudo que você colocou. Principalmente o nível cultural, porque nem sempre dinheiro traz junto a cultura. [Borges, 32 anos, bancário, Loteamento Vilage Santa Rita]

Nota-se que a busca pelos bairros e loteamentos (*espaços exclusivos*) em Caetité, tem muito haver com a identificação social. A condição de morar próximo a sujeitos que se identifiquem culturalmente sugere aos que apropriam daquele espaço, um sentimento de segurança e tranquilidade. Em contrapartida, essa prática tende a provocar um maior afastamento social, uma maior heterogeneidade, esse feito é percebido na cidade analisada.

Para Bauman (2009), os estratagemas arquitetônico-urbanísticos são equivalentes e tecnicamente atualizados dos fossos do mundo pré-moderno. Segundo autor, a cidade antiga com todos os seus muros e torres tinha como propósito defender, todos os seus habitantes de inimigos externos. No contexto atual, “os muros servem para dividir e manter separados seus habitantes: para defender uns dos outros, ou seja, daqueles a quem se atribuiu o *status* de adversários” (BAUMAN, 2009, p. 17).

Por meio dos *espaços exclusivos* (abertos ou fechados), a cidade vai perdendo seu sentido, depositado principalmente na *confiança* (de gente, de atividades, de convicções etc.) e a possibilidade de conviver com o diferente. Nos espaços públicos era possível integrar (ou reintegrar), sem anular as diferenças, ou, antes, exaltando-as. O medo e a insegurança são mitigados pela conservação das diferenças e também pela possibilidade de mover-se livremente pela cidade. Para Bauman (2009, p. 33)

A tendência a retirar-se dos espaços públicos para refugiar-se em ilhas de "uniformidade" acaba se transformando no maior obstáculo para viver com a *diferença*, e, desse modo, enfraquece os diálogos e os pactos. Com o passar do tempo, a *exposição à diferença* transforma-se em fator decisivo para uma convivência feliz, fazendo secar as raízes urbanas do medo.

Nota-se que algumas características apresentadas por Bauman (2009), vêm se desenhando nas cidades contemporâneas, a exemplo, quando ao invés de conviver com as diferenças presentes nas cidades, sujeitos buscam espaços (ilhas uniformes) e, passam a viver como adversários em um campo de guerra urbano.

Dessa forma, adversários são rigidamente separados na lógica capitalista por meio do poder de compra. O espaço mercadoria apropriado pelo Capital, cegamente em busca do lucro, define um suposto campeão entre os adversários urbanos (classe rica). Neste caso, o elemento da valorização espaço estabelece que, para o sujeito possuir uma residência bem equipada, longe de todos os transtornos urbanos e hipervalorizada, deve ter poder financeiro para comprar. A valorização do espaço delimita quem realmente apropria os melhores equipamentos. Parte daí o terceiro momento analisado pela pesquisa, ao se perguntar aos entrevistados se considera ter realizado um bom negócio, ao edificar e residir no local? Tem informações sobre a valorização do imóvel? Teria condições para adquirir esse imóvel atualmente? As respostas recorrentes foram que os loteamentos e bairros onde estão os (*espaços exclusivos*) tenderam para uma hipervalorização.

Sim. Nosso imóvel deve estar avaliado em R\$ 180.000,00. [Entrevistador: Teria condições para adquirir esse imóvel atualmente?] Acredito que sim já que o imóvel foi financiado. [Raimunda, 30 anos, Professora, Loteamento Vila Santa Rita]

Sim. Sei que o imóvel valorizou-se muito, aproximadamente 55% devido a melhorias na infraestrutura da rua (calçamento) e reforma no imóvel. [Entrevistador: Teria condições para adquirir esse imóvel atualmente?] Não teria condições de adquiri-lo atualmente. [Alan, 46 anos, Funcionário Público, Loteamento São Vicente]

A caracterização geral dos espaços exclusivos revela mais semelhanças do que diferenças entre eles, principalmente quando comparamos iniciativas que vêm se consubstanciando pelos moradores da cidade analisada. Destaca-se a mercadoria imobiliária resultante de estratégias que visa à maximização de lucros; ter como características uma supervalorização e o controle de acesso pela propriedade privada do solo urbano; ser um valor que se agrega ao preço da mercadoria, estão associados também à ideia de segurança e a qualidade de vida.

Dessa maneira, um quarto momento passou-se a se desenhar, inquiriu-se aos entrevistados a forma como se relacionam com a cidade. Dedicou-se atenção para os trajetos diários, os percursos realizados, as escolhas espaciais que efetuam, os espaços públicos que frequentam.

Como já destacou-se os espaços exclusivos de Caetité são loteamentos e bairros destinado a um público exclusivo, distante do Centro consolidado antigo. Os espaços para exclusividade imprimem aos moradores uma dinâmica espacial diferenciada dos demais bairros da cidade, principalmente pelo uso de automóveis, para realização das tarefas diárias. Quando se indagou sobre como são feitos os deslocamentos para o Centro e demais bairros da cidade, a resposta foi unanime:

Meu deslocamento para o centro da cidade, as idas na creche, esses são feitos por meio de transporte (carro e moto), pois o bairro é distante do centro da cidade. [Julieta, 33 anos, Professora, Loteamento Bosque do Jacaraci]

De carro e de moto. O bairro é distante do centro e não é comercial, por tanto sempre precisamos deslocar para o centro para diversas atividades, compras, banco, farmácia, padaria, lazer, trabalho, enfim. Só é possível tais deslocamentos utilizando veículos motorizados. [Borges, 32 anos, bancário, Loteamento Vilage Santa Rita]

É notável a alteração da visão que se tem da cidade, e também do que é central, quando se mora em espaços residenciais exclusivos, que tendem a localização mais afastada dos centros tradicionais das cidades. Esse aspecto deve ser observado com atenção, porque não se trata de fazer paralelos com outros tipos de localização residência periférica, como a dos conjuntos habitacional ou loteamentos populares. A fim de atentar para as particularidades das novas localizações periféricas, quando se trata de cidades médias, Sposito e Góes (2013, p. 122) destacaram três pontos:

1º há diferenças de grau de mobilidade, definidas pelo tipo de transporte, [...] são elas que expressam o grau de acessibilidade dos cidadãos ao conjunto da cidade, visto que ela não se mede pela distancia, mas pela relação entre distancia e tempo necessário para se fazer o deslocamento, bem como a qualidade das condições segundo as quais se realiza esse deslocamento, o que quer a consideração do tipo de transporte utilizados para se dirigir de um ponto a outro na cidade;

2º os residenciais fechados (*exclusivos*), nas cidades, são áreas de uso estritamente residencial. Isso significa que o consumo de bens e serviços tem que se realizar fora dos seus limites, o que é bastante diferente da convivência de uso do solo residencial e terciário que é observada em outras partes da cidade ainda que haja predomínio de uns usos sobre os outros, conforme o setor da estrutura que se esteja analisando;

3º há distinções entre as formas de produção do espaço urbano em cidades médias e em metrópoles. Nestas, o tamanho da área urbana e do mercado, bem como o preço da terra, tornam interessante, e muitas vezes necessários, que as iniciativas de áreas residenciais fechadas (*exclusivas*) incluam áreas comerciais e de serviços [...]. Nas cidades médias, as distancias menores e as melhores condições de deslocamento, em

função de trânsito menos intenso, possibilitam que o consumo de bens e serviços não esteja integrado aos limites dos espaços residenciais.

Como já ressaltou anteriormente os espaços exclusivos na cidade de Caetité e todo seu processo de ocupação tende para a localização mais periférica do que central, ver o mapa nº. Essa condição deriva para um afastamento espacial de cidadãos que se deslocam por transporte automotivo individual, em busca de serviços e convivência com segmentos sociais de mesmo poder aquisitivo, principalmente no Centro da cidade.

A localização desses espaços nobres, trata-se não apenas de pluralização de usos de áreas que compõem o anel periférico que cerca a cidade, mas também de um significado de moradia tranquila e segura, como atesta o trecho do depoimento de entrevistadas, quando foi solicitada a fazer um balanço dos pontos positivos e negativos que decorreriam de sua opção por esse local para morar:

Estou satisfeito. Em primeiro lugar porque minha casa é própria, depois é um bairro tranquilo, seguro, tem ruas amplas, espaços abertos que proporcionam a possibilidade de realizar caminhadas, corridas e pedaladas. Infraestrutura razoável. Os pontos negativos é que é distante do centro, não tem comércio, não tem serviço de entrega de correios. Perdemos tempo e dinheiro com combustível se deslocando para o centro para realizar diversas tarefas do dia a dia. Apesar destes problemas, o bairro é bom. . [Romeu, 42 anos, Policial Militar, Loteamento Bosque do Jacaraci]

Muito satisfeito em morar no bairro, primeiramente porque saímos do aluguel para morar em nossa casa própria, em um loteamento novo onde os índices de violências e roubo não se ouve falar, os vizinhos os poucos que temos amizados, são pessoas trabalhadores e responsáveis. Houve uma alteração na coleta do lixo, na qual nos moradores não fomos comunicados, colocamos o lixo pra fora nos dias esperados pelo carro, o mesmo não passa, e os cachorros fazem a maior bagunça. Os correios também não fazem entregas das correspondências, esses são alguns pontos negativos do bairro. [Xisto, 32 anos, Funcionário Público, Loteamento Vila Santa Rita]

Os dois depoimentos atestam que, há uma nova visão sobre esse jeito de morar, quando se considera o afastamento territorial, bem como as relações entre os moradores dos espaços exclusivos e a cidade. Os entrevistados ressaltam como pontos negativos a distância do Centro, a falta de comércio e o principal deles a falta de serviço dos correios.

É importante também destacar o papel das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) que, passaram a influenciar as relações espaciais da cidade, não só porque substituem deslocamentos, que antes era necessário e demandavam ao Centro, como também porque geram, em função das facilidades de conexão, novos deslocamentos que reforçam ou redefinem práticas socioespaciais (SPOSITO e GÓES, 2013).

As NTICs propiciam uma gama de possibilidade para solucionar demandas sem sair de casa, diminui tempo necessário para realizar necessidades e desejos. Uma das entrevistadas, ao responder se utilizava estabelecimentos comerciais através das NTICs, assim se manifestou:

Eu uso, e é muito prático, porque você compra pelo telefone (zap): lanche, água, gás, pizza, até mercado é possível entregar. O principal uso é para compra e entrega de lanche, sorvete e pizza. Uso bastante o telefone para isso. [Luiza, 37 anos, Advogada, Bairro Santa Rita]

Essa postura permite ilustrar a intrínseca relação entre tempo e espaço. Afirma que uso as NTICs e explica que solicita por telefone, serviços mais cômodos. Para Sposito e Góes (2013) esclarece que Ascher (2000) contribui para pensar a relação entre tempo e espaço, ao afirmar que temos hoje uma cidade de todas as mobilidades e de todas as temporalidades. As autoras fazem ressalvas, para essa postura pensando sob o ponto de vista da sociedade, tendo em vista que os meios dessa mobilidade (NTICs) são mercadorias também, isto é, os verdadeiros vetores das desigualdades múltiplas, numa economia capitalista.

Outro momento da pesquisa foi analisar à situação das pessoas que trabalham nos espaços exclusivos, sobretudo as que tem empregos domésticos, o que implica deslocamentos rotineiros. O depoimento que se segue ajuda a compreender como a mobilidade pode ser ampla ou restrita, conforme as condições socioeconômicas. Quando indagada sobre os bairros em que habitavam as funcionárias domésticas e como se deslocavam para chegar aos espaços exclusivo, a resposta dada pela nossa entrevistada foi:

[Você sabe em que bairro mora a empregada doméstica?] Sei, mora no bairro Ovídio Teixeira. [E ela vem trabalhar de condução automotiva?] Não, percebo sempre que ela vem a pé, o bairro que ela mora não é muito longe, dá para vim a pé. [Qual a rotina dela aqui em sua casa?] Combinamos que ela chega por volta das 07h, realiza o trabalho doméstico e sempre vai embora por volta das 15h. [Gláucia, 45 anos, Comerciante, Bairro Santa Rita]

Dessa forma, a prática socioespacial pelos sujeitos que apropriam do espaço exclusivos e definida pela acessibilidade que é elemento que se combina com a proximidade quando se quer analisar as relações espaço temporais na cidade contemporânea, a partir da circulação por veículos automotivos. O que é próximo é, de fato, aquilo que está mais acessível a esse tipo de transporte, quando individual, pois ele potencializa os deslocamentos urbanos e o direito de escolha de trajetos a serem percorridos e de horários em que eles se realizarão.

Ainda que não se tenham esgotados as possibilidades de análise do tema, o cotidiano dos sujeitos nos auxilia a sintetizar tendências observadas nas práticas socioespaciais dos espaços residenciais exclusivos, para que abram novos elementos de análises para pesquisas posteriores.

CONCLUSÕES

A noção de produção do espaço desenvolvida por este trabalho baseia-se, na hipótese segundo a qual o contexto atual do processo de reprodução do espaço urbano, com sua composição social, se realiza pelo aprofundamento da cisão entre o criador (a sociedade responsável pela produção do espaço) e sua criação (o espaço urbano que no mundo moderno se reproduz pela lógica da mercadoria).

Nesse contexto o espaço produzido pela lógica da mercadoria assume os elementos valor de uso e valor de troca. A constituição da sociedade de consumo capitalista estabelece, a vitória do valor de uso sobre o valor de troca.

No espaço urbano a vitória do valor de uso sobre o valor de troca, se concretiza por meio da urbanização que, muda significativamente o sentido das cidades. Lefebvre (2000) destaca as transformações sofridas nas cidades históricas, e a tendência que as cidades modernas caminham para (implosão e explosão) de referenciais.

Com urbanização a cidade cria, destrói e modifica referenciais, em um movimento intenso de explosão-implosão. Esse movimento é responsável por diversos danos e agravos sociais, principalmente, quando a produção do espaço nas cidades passa a ser definida, no contexto capitalista, de forma mais severa, pela apropriação privada.

Essa forma de apropriação viola direitos humanos e sociais indispensáveis para reprodução do homem em sociedade. À vista disso, para expor os conteúdos do processo de produção do espaço violentos, por ora não revelados, pensou-se em construir um caminho para análise a partir do processo de urbanização, e de como ele se realiza pela extrema violência, destacando como fundamentos desse processo a propriedade privada e a valorização do espaço.

Cabe salientar que a violência urbana, passa a ser utilizada como estratégia para produção do espaço como mercadoria. Nesse sentido, notou-se, durante o caminho acadêmico, que o entendimento da concepção de violência urbana, é insuficiente e ininteligível para revelar os processos de produção do espaço urbano capitalista. Passou-se então a considerar como objeto da reflexão teórica o processo de urbanização capitalista como um processo fundamentalmente violento, não revelado por ora, e como o discurso da insegurança e do medo, são utilizados como estratégia pelo mercado imobiliário para sua reprodução.

O universo da insegurança e do medo oferece imagens, sentimentos e representação que permitem tanto expressar sentimentos de perda, de insegurança social, quanto legitimar o

tipo de reação que se vem adotando: segurança privada para garantir o isolamento, encerramento e distanciamento daqueles que são considerados perigosos. Em Caetité esse processo de reação ao medo e a insegurança urbana tem transformado o espaço através principalmente da construção de *espaços exclusivos*, que separam, segregam e fragmentam o espaço urbano.

Através do medo e da insegurança, espaços são criados para atender uma classe que busca distinção, esses espaços imprimem uma força de repulsão através da hipervalorização espacial. A valorização que se desenha no espaço urbano, com todos os seus danos e constrangimentos, é necessariamente uma forma de violência do sistema capitalista para aqueles que não dispõem dos meios de produção e de renda, parte daí o sentido de negação do direito à cidade.

Percebe-se que, ao construir espaços para um seleto grupo, a principal intenção é a valorização do espaço e a retirada de renda. Entende-se, também, a valorização do espaço, como um processo que se movimenta para a segregação socioespacial, como negativa de acesso a propriedade privada do solo urbano, processo esse, que se estabelece pela urbanização, com conteúdos, extremamente, violentos.

Em Caetité, percebe-se que uma nova dinâmica vem se desenhando. Espaços são produzidos, comercializados e hipervalorizados a partir da estratégia utilizada pelos (corretores imobiliários), (proprietários) e (incorporadores), estratégia essa, que parte para a criação de novos espaços destinados a uma classe exclusiva, “que possa pagar altos valores pelo espaço”; localizam-se distantes das zonas tidas como violentas; e conferem para seus compradores tranquilidade e segurança.

Alude-se, então, que a dinâmica da produção do espaço geográfico se articula seguindo os interesses de acumulação capitalista, de modo que configuram e reconfiguram o espaço urbano sob a égide de um processo *violento de urbanização*. Processo, induzido pela reprodução das relações de propriedade, impondo a valorização de diferentes locais no urbano, que refletirá em espaços desiguais, em torno de um bem de acesso restrito e seletivo.

Nessa perspectiva, ressalva-se que esse processo de valorização do espaço traz reflexos em sua produção social, e elucida como a atuação do capital público e privado em sua produção emana conflitos e interesses de diferentes classes. Os agentes imobiliários impregnaram e disseminaram o discurso, justificado pela busca por segurança, de que a classe detentora de poder aquisitivo deva buscar por espaços diferenciados e valorizados, *espaços exclusivos*. Ou seja, o que se propõe através do discurso da insegurança é legitimar a

segurança privada como forma de garantir o isolamento e distanciamento de parcela da população.

A pesquisa demonstrou que os índices de violência (violência urbana) utilizados como pretexto para o medo e insegurança, em Caetité são baixíssimos. A cidade não se destaca como uma cidade violenta. Então, o porquê de uma busca insana por espaços seguros e tranquilos direcionados a um público exclusivo.

Percebeu que a busca pelos espaços exclusivos em Caetité (áreas nobres e tranquilas) está mais associada à dificuldade de conviver com o diferente, e uma maneira de demonstrar sua condição econômica através da residência e da localização onde mora. Isso foi destacado quando questionado sobre a decisão da escolha pelo local, as respostas recorrentes forma (tranquilidade, segurança) e “identidade cultural” com a vizinhança.

A pesquisa revelou que os loteamentos e bairros (exclusivos) em Caetité estão distantes do Centro antigo, são altamente de ocupação residencial e não dispõem de serviços como: comércio, padarias, escolas, serviços de correios; essa premissa imprime para quem apropria desses espaços um maior deslocamento para o Centro

Outro elemento de destaque percebido por meio da pesquisa é como, os moradores dos espaços exclusivos se relacionam com a cidade por meio do automóvel. Diferente das cidades grandes e metrópoles que a distancia para utilizar serviços gera certo desconforto, assim, espaços exclusivos (fechados), principalmente, tendem a inserir em seus arredores serviços de: academia, supermercado, pet shop, entre outros serviços, para facilitar a vida dos moradores desses espaços. Em cidades médias e pequenas as distâncias são menores para o deslocamento, o uso do carro se faz indispensável. Essa condição foi realçada quando os sujeitos que apropriam dos espaços exclusivos de Caetité relataram que utilizam do carro para deslocar-se principalmente para o Centro da cidade.

É importante também destacar o papel das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) que, passaram a influenciar as relações espaciais da cidade, não só porque substituem deslocamentos, que antes era necessário e demandavam ao Centro, como também porque geram, em função das facilidades de conexão, novos deslocamentos que reforçam ou redefinem práticas socioespaciais. As NTICs propiciam uma variedade de possibilidades para solucionar demandas sem sair de casa, diminui tempo necessário para realizar necessidades e desejos. Os entrevistados demonstraram que utilizam bastante essa ferramenta para a compra de serviços rápidos como: pizzaria, sorveteria, água, gás, farmácia, mercado, entre outros.

Assim, os espaços exclusivos analisados nessa pesquisa têm como características a utilização de equipamentos de segurança, práticas socioespaciais de diferenciação, bem como, são responsáveis pelo distanciamento crescente entre os cidadãos numa relação contraditória de homogeneidade e diferenciação. Os *exclusivos* buscam diferenciar e se afastar de toda sorte de *(in)desejáveis*. Esses espaços têm como lógica expressar a condição socioeconômico de seu proprietário.

Observa-se à vista disso, que parte das mudanças no espaço urbano caetiteense, que a princípio deveriam ocorrer em virtude da insegurança urbana, escondem a verdadeira razão da construção de tais espaços que é a reprodução do capital e a manutenção das desigualdades socioespaciais.

Buscou-se uma tentativa de análise que explicasse a representação do sentimento de insegurança urbana, a partir produção do espaço urbano, longe é claro, de esgotar todas as possibilidades de análises sobre seus conteúdos. Dessa forma, pretendeu-se com este estudo contribuir com a sociedade acadêmica, a fim de, desvendar os interesses na produção de espaços exclusivos e como estes tomam forma nas cidades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços *In*: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. Rio De Janeiro: Record, 2001.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte – 5. ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2014.
- ARENDT, H **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo – 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2009.
- BORDIN, M. **Geografia do Crime em Curitiba: A produção de Espaços segregados pela violência**. 2009. 113p. Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-Graduação) – Setor de Ciências da Terra – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- BOTELHO, A. **A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo**. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 18, 2ª sem., p. 15-38, 2007.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução: Nathanael C. Caixeiro; 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- Brasil. Código Penal. 8ª.ed. São Paulo. Rideel, 2009.
- CALDEIRA, T. P. do R.. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARLOS, A. F. A. A privação do urbano e o direito à cidade em Lefebvre *In*: CARLOS, A. F. A; ALVES. G; PADUA. R. F. (org.), **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.
- CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. p. 53 - 73. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. da E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ed.,4.reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. 1. ed – São Paulo: Contexto, 2015.
- CARLOS, A. F. A **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CARLOS, A. F. A **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro, 2. Ed. Editora Bertrand Brasil, 1991.

CAPEL, H. Agentes y estrategias em la producción del espacio urbano español. Revista de Geografía. Barcelona, v.08, n.1-2, 1974, p.19-58.

COSTA, M. R. da. **A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?** Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEAD, p. 3-12, volume 13 (4), São Paulo, 1999. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=3140>, acessado em 20/05/2018

COUTO, A. C. de O. **A geografia do Crime na Metrópole: da economia do narcotráfico à territorialização perversa em uma área de baixada de Belém.** 2008. 110p. Monografia do Curso de Especialização em desenvolvimento de áreas na Amazônia- Núcleo de Altos Estudos na Amazônicos – Universidade Federal do Pará, Belém.

FERNANDES, N. N. Sentido espacial da renda da terra e espaço urbano. In: Ruy Moreira (Org.). **Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: USP, 1993. (Título original: The social production of urban space, 1985).

HARVEY, D. **Espaços do capitalismo global: rumo a uma teoria da desigualdade geográfica desenvolvimento.** Nova Iorque, Verso, 2006.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo. Annablume. 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HARVEY, D. A justiça social e a cidade. Prefacio e tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins . Belo Horizonte: 3ª impressão; Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política.** Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Editora Ática, 1991, Série Temas.

LEFEBVRE, H. **O pensamento marxista e a cidade.** Tradução de Maria Idalina Furtado. Belo Horizonte: Editora Ulisseia, 1972.

MARCUSE, P. **Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado.** In: **Espaço e Debates.** São Paulo: NERU. v. 24, n. 45, p. 24 – 33, jan./jul. 2004.

MARICATO, E. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrôpoles Brasileiras.** São Paulo em Perspectiva, p. 21-33, volume 14 (4), São Paulo, 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>, acessado em 18/05/2018

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível; *In*: MARICATO, E (org.), **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx: tradução de Reginaldo Sant' Anna – 33ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, K O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx: tradução de Rubens Enderle – São Paulo-SP: Editora Boitempo, 2013.

MARX, K. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da econômica política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider – São Paulo-SP: Editora Boitempo, 2011.

MARX, K Contribuição à crítica da econômica política. Tradução de Mario Florestan Fernandes–2ª Ed. - São Paulo-SP: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, K **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, K. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas v. 1).

MARX, K. **O Capital:** Crítica da economia política. Volume III. Tomo 2. (Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe) . São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATOS, R. O. **Roberto Oliveira de Matos:** Entrevista [Ago. 2018]. Entrevistador: Roberval Soares Santos; Caetité, 2018. Entrevista concedida a dissertação, Cidades e Muros: a produção de espaços exclusivos na cidade de Caetité.

MELGAÇO, L. **Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança;** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2010. 274p.

MENDES, B. de J. Caetité: a terra, a cultura e sua gente. Caetité: (s.n.), 1996.

MICHAUD, Y. **A violência.** Tradução L. Garcia. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. **A valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAIS, R. de. **O que é Violência Urbana.** São Paulo: Brasiliense, 1981. 116 p.

NEGRI, S. M. **Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises**. COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

ODALIA, N. **O que é Violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 96 p.

OLIVEIRA, A. U. A lógica da especulação imobiliária. In: Ruy Moreyra (org.). **Geografia: teoria e crítica - o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PADUA, R. F. de. Produção estratégica do espaço e os “novos produtos imobiliários”; In: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. (org.), **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, I. **Produção e valorização do espaço urbano de Vitória Da Conquista: Uma análise das estratégias e transformações no Bairro Boa Vista**. 2011, p. 153; Dissertação de (Mestrado), Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia.

RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo: FFLCH/USP. São Paulo, 1988.

SAMPAIO, R. A. Da violência do processo de urbanização. p 55-84; In: CARLOS, A. F. A(orgs.), **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

SAMPAIO, R. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana**. 2011, p. 148; Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SANTOS, B. S. Reinventar a Democracia. Lisboa: Gradiva, 2002.

SANTOS, H. L. **Caetité, pequenina e Ilustre**. 2. Ed. Caetité, BA: Tribuna do Sertão, 1995.

SANTOS, M. **Por Uma Economia Política da Cidade: O caso de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, M.. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, M.. *et al.* **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, Julho de 2000.

SANTOS, M.. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo Editora Hucitec. 1994.

SANTOS, M.. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M.. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M.. **Manual de Geografia Urbana**. 2. ed. São Paulo Editora Hucitec. 1989.

SCHMID, C. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional**. Tradutores: Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto; *In: GEOUSP – Espaço e tempo*, São Paulo, Nº 32, p. 89-109, 2012.

SILVA, J. A. da. **Criminalidade nas Cidades Centrais da Bahia**. 2010. 317p. . Dissertação de Doutorado (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Urbano) – Universidade de Salvador, UNIFACS, Salvador.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. Trad. Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky, São Paulo: Martins Fontes, 1ª ed., 2003.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, Capital e a Produção de Espaço. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, M. L. de S. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, P. F. **Paulo Figueiredo de Souza: Entrevista** [Ago. 2018]. Entrevistador: Roberval Soares Santos; Caetité, 2018. Entrevista concedida a dissertação, Cidades e Muros: a produção de espaços exclusivos na cidade de Caetité.

SOUZA, R. J. P. **Negros dos pés vermelhos: racismo e preconceito no Sertão da Bahia – Caetité**. IV Encontro estadual de História - Anpuh-Ba História: Sujeitos, Saberes e Práticas. Vitória da Conquista, Agosto de 2008.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. 199p.

SPOSITO, M. E. B; GÓES. E. M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. 1º Ed; São Paulo: Editora Unesp, 2013

SPOSITO, M. E. B. **O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade**. São Paulo: USP, FFLCH, Tese de Doutorado, 1991.

VELHO, G. Medo, insegurança e violência. *In: MACHADO, L. Z; BORGES, A. M; MOURA, C. P. (org.), A cidade o medo*. Brasília: Verbena/Francis, 2014.

VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano; *In: CARLOS, A. F. A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. (org.), A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE I:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO EM GEOGRAFIA



Venho por meio desta entrevista pedir sua contribuição para o desenvolvimento da minha dissertação sobre a Produção do Espaço na Cidade de Caetité para o Mestrado em Geografia pela Universidade do Estadual do Sudoeste da Bahia. Desde já agradeço e asseguro a segurança das informações.

Roberval Soares Santos (Mestrando - UESB)

IDENTIFICAÇÃO

Data ____/____/____ N° ____

Nome: _____ Naturalidade: _____

Endereço: _____

Profissão: _____ Idade: () Cargo: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA IMOBILIÁRIA E INCORPORADORES

1- Comercializa lotes e terrenos? Caso a afirmativa seja verdadeira qual a média de preço dos lotes (valor x tamanho)?

2- Perfil dos compradores:

3- Quais loteamentos estão se expandindo nos últimos 10 anos nos setores leste, oeste, norte, sul da cidade de Caetité? Porque?

4- Quem são os proprietários dos loteamentos que mais se expandem na cidade de Caetité?

5- Quando oferece um projeto o que mais leva em consideração?

6- Quais bairros ou loteamentos você e sua empresa mais executam projetos?

APÊNDICE II:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO EM GEOGRAFIA



Venho por meio desta entrevista pedir sua contribuição para o desenvolvimento da minha dissertação sobre a Produção do Espaço na Cidade de Caetité para o Mestrado em Geografia pela Universidade do Estadual do Sudoeste da Bahia. Desde já agradeço e asseguro a segurança das informações.

Roberval Soares Santos (Mestrando-UESB)

IDENTIFICAÇÃO

Data ____/____/____ N° ____

Nome: _____ Naturalidade: _____

Endereço: _____

Profissão: _____ Idade: () Cargo: _____

ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA OS MORADORES

A. PERFIL

A.1. Idade;

A.2. Profissão;

A.3. Número de componentes da família, idades e profissões respectivas;

A.4. Renda familiar aproximada;

A.5. Há quanto tempo mora nesse bairro ou loteamento;

A.6. Onde mora antes, apartamento ou casa, bairro e cidade, se era própria ou alugada;

B. MOTIVAÇÃO

B.1. Por que morar nesse loteamento ou bairro?

B.2. (Caso venha mencionar a questão de insegurança, tem explicá-la). A que você atribui esse aumento de insegurança na cidade?

B.3. Como a violência ou insegurança aparece no seu cotidiano?

B.4. (Caso venha mencionar). Houve alguma situação violenta ou de insegurança com alguém da sua família ou alguém próximo, que a influenciasse nessa decisão?

B.5. (Caso não tenha sido mencionada). Quais medidas de segurança você e sua família adotam depois que mudaram para o loteamento ou bairro, ou não foi mais necessário?

B.6. (Caso não tenham mencionado a questão da distinção social). A decisão de morar nesse loteamento ou bairro tem relação com sua identidade cultural ou social com os outros moradores?

B.7. Você considera eficazes as medidas?

B.8. As condições para aquisição do imóvel foram um dos fatores que influenciaram a escolha para a moradia neste loteamento ou bairro? Poderia descrever como isso ocorreu?

B.9. Considera ter realizado um bom negócio, ao edificar e residir no local? Tem informações sobre a valorização do imóvel? Teria condições para adquirir esse imóvel atualmente?

C. COTIDIANO E A CIDADE

C.1. Descreva a rotina de sua família;

C.2. O que adicionou na sua rotina, quando mudaram para esse loteamento ou bairro?

C.3. (Caso não mencionem nas resposta anteriores). Seus deslocamento para os locais da cidade são feitos de carro? Realizam quais tipos de atividades? Que locais frequenta com assiduidade?

C.4. (Se não mencionadas nas respostas anteriores). Gostaria que houvesse mais atividades comerciais e de serviços próximos ao loteamento ou bairro para evitar o deslocamento a outros locais da cidade?

D. LAZER E A CIDADE

D.1. Quais as praticas de lazer de sua família?

D.2. O loteamento ou bairro dispõe de espaços para lazer?

D.3. Frequentam espaços públicos para lazer?

D.4. (Em caso de resposta anterior positiva). Com qual frequência?

D.5. (Em caso de resposta anterior negativa). Por que motivo não frequentam?

E. VIZINHANÇA

E.1. Conhece seus vizinhos?

E.2. (Em caso de positivo) Costuma realizar atividades conjuntas com eles? Quais?

E.3. Seus filhos mantêm relações com as crianças da vizinhança?

F. VISITAS

F.1. Você e sua família costumam receber visitas de pessoas que não moram no loteamento ou bairro?

F.2. (Em caso de positivo). Quem são os visitantes?

G. SERVIÇOS

G.1. Há empregados em sua residência?

G.2. Em que bairro mora(m) seu(s) empregado(s)?

H. AVALIAÇÃO

H.1 Você está satisfeito em morar no loteamento ou no bairro? Destacar pontos positivos e negativos.

APÊNDICE A:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO EM GEOGRAFIA



Venho por meio desta entrevista pedir sua contribuição para o desenvolvimento da minha dissertação sobre a Produção do Espaço na Cidade de Caetité para o Mestrado em Geografia pela Universidade do Estadual do Sudoeste da Bahia. Desde já agradeço e asseguro a segurança das informações.

Roberval Soares Santos (Mestrando-UESB)

IDENTIFICAÇÃO: Paulo Construtor.

Data 20/08/2018 **Nº** _____

Nome: Roberto Oliveira de Matos **Naturalidade:** Caetité

Endereço: Avenida Santana, Bairro Centro, Caetité.

Profissão: Corretor de imóveis **Idade:** (40) **Cargo:** Sócio

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

1- Comercializa lotes e terrenos? Caso a afirmativa seja verdadeira qual a média de preço dos lotes (valor x tamanho)?

Roberto: Os valores em média dos lotes nos loteamentos (Imperial, Village Santa Rita) giram em torno de R\$ 100.000, 00 para lotes de tamanho 10x30. Na parte mais alta do loteamento Village Santa Rita temos lotes para venda com valores de 120.000,00 para lotes de tamanho 12x30. É um ótimo investimento futuro para quem compra.

2- Perfil dos compradores:

Roberto: Classe média, normalmente via financiamento.

3- Quais loteamentos estão se expandindo nos últimos 10 anos nos setores leste, oeste, norte, sul da cidade de Caetité? Porque?

Roberto: Hum! Os loteamentos que mais se expandem são o do setor Sul da cidade devido ao preço e facilidade de financiamento.

4- Quem são os proprietários dos loteamentos que mais se expandem na cidade de Caetité?

Roberto: Village Santa Rita é de Mega sena; o próximo aqui é de Tota; São Vicente II – Dr Zequinha e Família; Bosque Jacaraci e Imperial– Empreendimento Epaminondas. Mas hoje a maioria já se encontra em mão de terceiro.

5- Quando oferece um projeto o que mais leva em consideração?

Roberto: Trabalho com vendas via lotes mais construção e o projeto é escolhido pelo cliente.

6- Quais bairros ou loteamentos você e sua empresa mais executam projetos?

Roberto: Loteamento Village Santa Rita, Bosque do Jacaraci.

APÊNDICE B:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO EM GEOGRAFIA



Venho por meio desta entrevista pedir sua contribuição para o desenvolvimento da minha dissertação sobre a Produção do Espaço na Cidade de Caetité para o Mestrado em Geografia pela Universidade do Estadual do Sudoeste da Bahia. Desde já agradeço e asseguro a segurança das informações.

Roberval Soares Santos (Mestrando-UESB)

IDENTIFICAÇÃO: Paulo Construtor.

Data 19/02/1976 **Nº** _____

Nome: Paulo Figueiredo de Souza **Naturalidade:** Caetité

Endereço: Rua Rubens Braga, nº 27, Bairro Santo Antonio, Caetité.

Profissão: Mestre de obras – Empreiteiro **Idade:** (42) **Cargo:** Proprietário

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

1- Comercializa lotes e terrenos? Caso a afirmativa seja verdadeira qual a média de preço dos lotes (valor x tamanho)?

Paulo: Vamos lá, trabalho como construtor a mais de 14anos e conheço um pouco sobre construções e venda de lotes existe diversas forma de valor, por exemplo, no bairro onde moro Santo Antonio, temos até 3 ou 4 valores de lotes do mesmo tamanho. Os lotes próximo ao comercio de Nilo, (com tamanho de 10x25), custam em média R\$ 100.000,00. Enquanto temos lotes do nos mesmo tamanho dos próximos a Nilo, mais agora próximo ao Clube da INB, próximo às cercas do clube, encontra lotes la de R\$ 40.000,00 a R\$ 50.000,00. Outro valor são os lotes que se aproximam da cerâmica, lotes lá custam os mesmos valores dos lotes próximo ao de Nilo R\$ 100.000,00, tem uma tendência de lotes comprados para construção de galpão. **Pergunta:** o bairro apresenta 3 valores possíveis para compra de lotes? **Paulo:** sim esse o perfil do Bairro Santo Antonio. **Pergunta:** E os outros Bairros e Loteamentos da Cidade? **Paulo:** O loteamento Santa Rita tenho um posse lá, os valores de lotes estão entorno de R\$ 100.000,00, no Bosque do Jacaraci tem lotes para comprar la de R\$ 45.000,00 a R\$ 50.000, 00, tamanho (10x25), (10x30). No imperial os valores são bem parecidos que o Jacaraci, se subir mais para o Gerais, encontra mais barato; cerca de R\$ 35.000,00 lotes do tamanho de (10x25). No São Vicente II, tentei ate fechar um negocio la, uma obra; o lote que iria comprar custava R\$ 80.000,00 tamanho de (10x30).

2- Perfil dos compradores:

Paulo: A grande maioria das execuções de compra e obra são para trabalhadores do estado, professores, tem alguns do município também. Perfil classe média eu acho. A maioria também por financiamento da Caixa.

3- Quais loteamentos estão se expandindo nos últimos 10 anos nos setores leste, oeste, norte, sul da cidade de Caetité? Porque?

Paulo: Olha! Os loteamentos que mais se expandem são o Village Santa Rita e o próximo aqui de Tota, não sei o nome. Acho que estão se expandido por estarem próximo do centro da cidade um local mais plano, próximo também a Praça da Juventude, talvez.

4- Quem são os proprietários dos loteamentos que mais se expandem na cidade de Caetité?

Paulo: O que estou com obra agora, Village Santa Rita é de Mega sena; o próximo aqui é de Tota; São Vicente II – Dr Zequinha e Família; Bosque Jacaraci e Imperial– Empreendimento Epaminondas.

5- Quando oferece um projeto o que mais leva em consideração?

Paulo: Acho que o local e a infraestrutura, no Village Santa Rita, por exemplo, a prefeitura já asfaltou parte do loteamento e esta com uma obra grande de calçamento. **Pergunta:** Percebi que o lado norte da cidade você não tem projetos ou obras, porque não oferece projetos para o lado norte da cidade? **Paulo:** Sinceramente não ofereço e outras imobiliárias também não devido a má fama, o loteamento Nova Caetité ninguém tem muito interesse porque esta próximo as casinhas, ainda há um preconceito pelo local.

6- Quais bairros ou loteamentos você e sua empresa mais executam projetos?

Paulo: Loteamento Santa Rita, Bosque do Jacaraci.